



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

**OBSERVAÇÕES SOBRE A *GRAMÁTICA*
DO SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU**

SALVADOR

2009

CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

**OBSERVAÇÕES SOBRE A *GRAMÁTICA*
DO SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia
para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Edson Farias

Salvador
2009

B327 Bastos, Cristiana Mercuri de Almeida
Observações sobre a gramática do social em Pierre Bourdieu. -- Salvador, 2009.

139 f.

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Farias.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

1. Epistemologia. 2. Gramática (Filosofia). 2. Linguagem. 3. Ciência – Aspectos Sociais. 4. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. 4. Wittgenstein, Ludwig, 1889 – 1951.
I. Farias, Edson Silva de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

CDD - 121
CDU – 165

CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

**OBSERVAÇÕES SOBRE A GRAMÁTICA
DO SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

Salvador, 3 de dezembro de 2009.

Professor Doutor Carlos Benedito de Campos Martins – Universidade de Brasília

Professor Doutora Anete Brito Leal Ivo – Universidade Federal da Bahia

Professor Doutor Paulo César Borges Alves – Universidade Federal da Bahia

Professor Doutor Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza – Universidade Federal da Bahia

Professor Doutor Edson Farias – Universidade de Brasília

A meus pais,
Antônio e
Liliana

AGRADECIMENTOS

Uma tese é o produto de muitos esforços e do esforço de muitos. E, portanto, agradeço a paciência e colaboração de cada um e de todos os que me cercam.

Muito especialmente, a João, Gabriela e Clínio, ressaltando que a ordem é devida às correspondentes exigências de compreensão, que tomam proporções inversas ao tempo de vida. Muito obrigada por acolherem tantas ausências.

A meus pais, Antônio e Liliana, a quem dedico esta tese, agradeço sem poder expressar nem de perto, o incomensurável cuidado revelado em atitudes cotidianamente atentas a todo tipo de falta que pudesse me abalar. E, como sempre, também neste período, estiveram incondicionalmente ao meu lado. Obrigada, Merci, Vielen Dank, Grazie a... E com eles estendo o agradecimento a toda a família Tom, Dam e Marco, Nane e Quinta, Marquinhos e Diana, Biel e Tais, Nana e Emerson, Mai, Nina, Caiu, Lídia e Clarice, Tia Sílvia, Pedro, Mara e Guga e a saudosa Tia Marília, obrigada pelos afagos, passos, compassos, tons e ritmos que envolveram momentos marcantes durante a construção deste trabalho.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Edson Farias, pelos diálogos incansáveis, sempre comprometidos com as possibilidades e limites desta elaboração, e pela permanente cumplicidade, apesar dos riscos implicados em uma reflexão traçada por fronteiras disciplinares. MUITÍSSIMO obrigada pela confiança e dedicação.

A Olival Freire e Graça Druck, membros da Banca de Qualificação, agradeço as considerações que se tornaram fundamentais para o desvelamento do eixo que viabilizou a tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, agradeço o empenho, e, mais especialmente, agradeço a Anete Ivo, professora e amiga, pela gentileza e atenção constantes.

A Elyana Barbosa, com quem divido o doce e o amargo da Filosofia, agradeço a semente da inquietação epistemológica plantada e cultivada em incontáveis diálogos.

A Maria José Bacelar, responsável pela revisão e normalização, agradeço, veementemente, o acolhimento sempre terno e a disponibilidade construída diante das inúmeras solicitações que decorrem da seriedade e competência com os quais desenvolve as exigentes tarefas deste ofício, dedicado, com o mesmo zelo aos pontos centrais e a cada detalhe presente nos *usos* das palavras.

A George Mascarenhas, obrigada pelo extremo cuidado com as traduções solicitadas.

A Isabela Cardoso Pinto, gostaria de agradecer o carinho, a disponibilidade e a paciência para compartilhar leituras e inseguranças.

A Denise Lima, companheira de muitos momentos, agradeço as alegrias e reflexões sócio-psicanalíticas.

Obrigada à Escola de Serviço Social da Universidade Católica, e em especial à diretora e amiga Maria do Socorro Paim de Figueiredo, à secretária Maria do Carmo Melo, aos colegas professores e aos alunos que, no dia a dia, compartilham as esperanças e desafios, e assim, partilharam cada passo desta construção.

Obrigada Paulinho Gonçalves, Licinha Valente, Stela Sennes, Cheila Queiroz, Oscar e Lélia Lepkison, Nazarela Rego, Antrifo Sanches, Neusa Nascimento, Margô Nascimento, Maria Célia Monteiro, Casimiro Irala, Ângela Araújo, Ilma Oliveira, Márcia Macedo, Vanda Farias, Marcelo Dantas, Zalther Póvoas, Zezé Póvoas e Fred e Kitty Carmel, que aqui representam tantos amigos que envolvem minha vida de alegrias e sentidos, estando presentes de criativas maneiras, mas sempre presentes.

“Se você, de facto, sabe que *aqui está uma mão*,
admitiremos tudo mais.”

Ludwig Wittgenstein
(*Da certeza*, 2000, p. 15)

RESUMO

A *gramática do social*, instituída nos discursos de Pierre Bourdieu, conforma o objeto da tese ora apresentada. Com o propósito de refletir sobre os “fundamentos” da arquitetura teórica do sociólogo francês, os pressupostos da *gramática de jogos de linguagem*, elaborada por Ludwig Wittgenstein, foram constituídos em instrumentos de investigação. Para tanto, são apresentadas inicialmente, algumas das principais *construções* de Bourdieu sobre a *ciência*, mais especificamente, os princípios de “seu” *racionalismo aplicado* e as *constatações* relativas às características do *campo científico*, estes delineando um panorama de seu pensamento que está presente nas observações sobre sua *linguagem*. A apresentação da *gramática de jogos de linguagem*, por sua vez, inclui alguns dos argumentos que constam em *Investigações Filosóficas* e *Da certeza*, e que, *essencialmente*, sustentam a *autonomia da linguagem* na constituição do *sentido*. Em outras palavras, nos termos do filósofo austríaco, as práticas linguísticas estabelecidas por *formas de vida* instituem o *sentido* que, deste modo, apenas pode ser desvelado na dependência dos esclarecimentos relativos aos *usos* de palavras e enunciados de uma *linguagem*. Desta perspectiva, conhecer o *funcionamento* da *linguagem* de Bourdieu tornou-se condição para desvelar o *sentido* de suas *constatações* sociológicas, por permitir o reconhecimento das *regras* determinadas pelas aplicações de palavras e proposições em seus discursos, estes destinados à *descrição* do *objeto/conceito social*. O que orientou as observações sobre a referida *linguagem* sociológica, mais precisamente, relativas às *técnicas* ou recursos linguísticos mobilizados para a *descrição do social* nas obras selecionadas. Assim, a atenção dirigiu-se aos *usos* de palavras que instituem as peculiaridades do *modo de representação do social* de Bourdieu, tendo como referência as noções de *paradigma*, *imagem* e *aspecto*, a exemplo dos *usos* de *conceitos* como *espaço*, *estrutura*, *sistema*, além de termos mais característicos, como *campo*, *habitus* e *capital*. A reflexão estende-se, mais propriamente, em relação aos *fundamentos* da sociologia bourdieuniana, com base na concepção de *proposições gramaticais*, conduzindo a questões sobre a possibilidade de reconhecer fronteiras entre o empírico e o *gramatical* em seus discursos. Portanto, este exercício de observação, assentado em tais pressupostos, permitiu uma reflexão sobre possibilidades e limites implicados no esforço para reconhecer os fins de sua *justificação* ou as *bases inamovíveis* do *jogo de linguagem* bourdieuniano, abrigado pelas *formas de vida* associadas às ciências sociais. Proximidades e distinções entre o ponto de vista sócio-epistemológico de Bourdieu e a perspectiva da *autonomia da linguagem* sustentada por Wittgenstein, também, integram esta elaboração, como objeto das digressões que apresentam uma teia de questões e tensões relativas ao “encontro” das *certezas* sócio-históricas de Bourdieu com as *razões* wittgensteinianas sobre as “contingências” inerentes à *linguagem*. Este exercício, portanto, não se volta ao *social* como fenômeno do mundo, e sim sobre a constituição do “fenômeno social” pela *gramática do objeto/conceito/prova* designado pela palavra *social*, na *gramática* instituída por práticas linguísticas de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Bourdieu. Wittgenstein. *Gramática. Jogos de linguagem. Social.*

ABSTRACT

The *grammar of the social* established in Pierre Bourdieu's discourse is the object of investigation of the present thesis. Aiming to reflect upon the "basis" of the French sociologist's theoretical architecture, this study applies the presuppositions of a *language game grammar* elaborated by Ludwig Wittgenstein as research tools. Initially, some of Bourdieu's major *constructs* in science, particularly the principles of "his" *applied rationalism* and verifications on the features of the *science field* are displayed, thereby unfolding an overview of his thinking which is present in the observations of his *language*. The introduction to a *language game grammar* comprises some of the arguments that are developed in *Philosophical Investigations* and *On certainty*, which uphold the idea of *autonomy of language* in the construction of *meaning*. In other words, according to the Austrian philosopher, linguistic practices established by *forms of life* create *meaning* whose understanding depends on the clarification of word and phrase *usage* in a *language*. From such viewpoint, to investigate Bourdieu's *language functioning* has become an *essential* condition to reveal the *sense* of his sociological *observations*, allowing for the recognition of word and preposition *usage rules* in his discourse which aims mostly to *describe the social object/concept*. Such procedure has guided the observations on the above mentioned sociological *language*, especially in relation to *techniques* or linguistic resources used for *social description* in the selected works. Thus, the focus is drawn to the *use* of words that establish the particularities of Bourdieu's *social representations*, for example the *concepts* of *space*, *structure*, *system*, besides the most typical terminology, such as *field*, *habitus* and *capital*, having the notions of *paradigm*, *image* and *aspect* as references. The reflection concentrates more precisely on the *fundamentals* of Bourdieu's sociology, based upon the concept of *grammatical propositions*, leading to questions on the possibilities of recognizing the boundaries between empirical and *grammatical* features in his discourse. Therefore, this observation exercise based on such presuppositions has allowed for a reflection on the possibilities and limits implied in the effort to understand the purposes of his *argument* or the *immovable basis* of Bourdieu's *language game*, which lie within the *forms of life* associated with social sciences. Proximities and distinctions between Bourdieu's socio-epistemological viewpoint and Wittgenstein's *autonomy of language* perspectives are also a part of this study as digressing subjects that offer a web of questions and tensions related to the confrontation of Bourdieu's socio-historical *certitudes* with Wittgenstein's *reasoning* on "natural" *language* "contingencies". This exercise, therefore, does not focus on *social* as a world phenomenon, but instead on the constitution of a "social phenomenon" through a *grammar of object/concept/evidence* defined by the word *social* within the *grammar* that is established by Pierre Bourdieu's linguistic practices.

Key words: Bourdieu. Wittgenstein. *Grammar*. *Language games*. *Social*.

RÉSUMÉ

La *grammaire du social* instituée dans le discours de Pierre Bourdieu compose l'objet de cette thèse. Ayant pour objectif la réflexion sur les "fondements" de l'architecture théorique du sociologue français, ce travail utilise les pressupposés de la *grammaire des jeux du langage*, élaborée par Ludwig Wittgenstein, comme un outil de recherche. Ainsi, ce sont présentés d'abord les principales *constructions* de Bourdieu sur la *science*, particulièrement les principes de "son" *rationalisme appliqué* et les *constats* sur les caractéristiques du *champs scientifique*, lesquels délimitent un panorama de la pensée comprise dans les observations sur son langage. L'introduction à la *grammaire des jeux du langage* comprend quelques arguments qui sont présentés dans *Les Investigations Philosophiques et De la certitude*, lesquels soutiennent l'*autonomie du langage* dans la constitution du *sens*. En d'autres mots, selon le philosophe autrichien, les pratiques linguistiques établies par des *formes de vie* instituent le *sens*, lequel ne peut être dévoilé qu'à partir des clarifications de l'*utilisation* des mots et des énoncés dans un *langage*. Dans cette perspective, la connaissance du *fonctionnement* du langage chez Bourdieu est devenue une condition pour dévoiler le sens de ses *constats* sociologiques, en permettant de reconnaître les *règles* déterminées par l'application des mots et des propositions dans son discours lequel est destiné à la *description de l'objet/du concept social*. Cela a orienté les observations sur le langage sociologique mentionné, plus précisément sur les *techniques* ou les ressources linguistiques utilisés pour *décrire le social* dans les oeuvres choisies. Ainsi, l'attention est dirigée vers l'utilisation des mots qui instituent les particularités de la *manière de représentation du social* chez Bourdieu, par exemple les concepts de *espace*, *structure* et *système*, aussi que les termes plus caractéristiques comme *champs*, *habitus* et *capital*, ayant pour référence les notions de *paradigme*, *image* et *aspect*. La réflexion s'étend proprement sur les *fondements* de la sociologie de Bourdieu, à partir de la conception des *propositions grammaticales*, en apportant des questions sur la possibilité de reconnaître les frontières entre l'empirique et le *grammatical* dans son discours. Alors, cet exercice d'observation, basé sur ces pressupposés, a permis de réfléchir sur les possibilités et les limites impliquées dans l'effort de reconnaître les buts de sa *justification* ou les *bases inamovibles* du jeu du langage chez Bourdieu, qui habitent les *formes de vie* associées aux sciences sociales. Les proximités et les distinctions entre le point de vue socio-épistémologique chez Bourdieu et la perspective de l'*autonomie du langage* soutenue par Wittgenstein intègrent aussi ce travail, en tant qu'objet des digressions qui présentent un réseau de questions et de tensions concernant la "rencontre" entre les *certitudes* socio-historiques de Bourdieu et les *raisons* de Wittgenstein sur les "contingences" inhérentes au langage. Cet exercice, alors, ne se dirige pas vers le *social* en tant que phénomène du monde, mais plutôt sur la constitution du "phénomène social" à travers la *grammaire de l'objet/concept/épreuve* désignée par le mot *social*, dans la *grammaire* instituée par les pratiques linguistique de Pierre Bourdieu.

Mots-clefs: Bourdieu. Wittgenstein. *Grammaire. Jeux du langage. Social.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 <i>PARA UMA</i> APRESENTAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU	25
2 <i>RAZÕES</i> FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN	44
3 NOTAS SOBRE OS <i>USOS</i> DE PALAVRAS, <i>IMAGENS</i> E <i>PARADIGMAS</i>	64
4 <i>DAS CERTEZAS</i> SOCIOLOGICAS DE BOURDIEU	96
CONFISSÕES CONCLUSIVAS	127
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

Na dependência da filosofia de Ludwig Wittgenstein, notadamente, assumindo o pressuposto da *autonomia da linguagem* e a noção de *jogos de linguagem*, construímos a *gramática do social* de Pierre Bourdieu como objeto desta reflexão. Sob as “lentes” adotadas, esta *gramática do social* é reconhecida como o conjunto das *regras* ou *fundamentos* engendrados pelos *usos* das palavras e proposições instituídos nos discursos do sociólogo francês. Consideramos que a referida construção constitui a possibilidade de fazer leituras dos escritos bourdieunianos observando as *técnicas* ou recursos linguísticos mobilizados em suas práticas com a *linguagem* e, assim, também explicitar os *a priori* sociológicos de suas *constatações*.

Mais precisamente, o propósito consiste em tecer algumas observações sobre a referida *gramática* que, como dito, é apresentada na dependência dos pressupostos do filósofo austríaco, cuja perspectiva defende que a atividade com a *linguagem* exerce a *função transcendental* ao ser “responsável” pela constituição, *a priori*, do *sentido* da experiência (Cf. MORENO, 2002). De modo que, ao assumir esse ponto de vista, supomos poder afirmar: a atividade com a *linguagem* realizada ou partilhada por Pierre Bourdieu, e expressa significativamente em seus discursos, exerce a função de estabelecer os *a priori* sociológicos de suas *constatações*, considerando as *técnicas* linguísticas por ele aplicadas para falar do *social*. Assim, a *autonomia da linguagem*, suposta na *gramática* de *jogos de linguagem*, é tomada como *princípio de busca de verdades*¹ para a elaboração ora proposta.

Destarte, neste exercício partimos do princípio que o *sentido* das experiências sociológicas de Bourdieu se estabelece, *a priori*, nas atividades com a *linguagem*, na esfera das ciências sociais, o que se expressa em seus discursos. E, desvelar o *sentido*, de acordo com as referências apontadas, supõe estar atento aos *usos* de palavras e proposições, “âmbito” em que se engendram as *regras* ou, mais propriamente, o *gramatical*. Portanto, fazer observações sobre a *gramática* do *jogo de linguagem* deste sociólogo exige atenção ao *funcionamento* de sua *linguagem*.

A opção por refletir os discursos de Bourdieu, à luz da *gramática* de *jogos de linguagem* traçada por Wittgenstein, decorre do interesse despertado nos estudos sobre o

¹ Nos discursos de Bourdieu, os *princípios de busca de verdades* são conteúdos que operam como verdades, embora não admitidos, necessariamente, como tais (Cf. *A profissão*, 2000). Tal concepção poderá ser melhor esclarecida com base na explicitação dos pressupostos epistemológicos do referido autor, objeto de atenção do primeiro capítulo deste trabalho.

discurso epistemológico de Bourdieu, em busca de possíveis respostas para compreender os “fundamentos últimos” que autorizam as conclusões sociológicas deste autor, não obstante encontrarmos-nos, agora, à sombra da dissolução destes. Mais especificamente, consideramos significativo para os propósitos que animam este exercício, refletir sobre o *jogo de linguagem* de um sociólogo que atribui a qualidade de *ser científico* a conhecimentos sustentados essencialmente no trabalho de *ruptura* com o *pré-construído* (Cf. *A profissão*, 2000),² à luz das posições de um filósofo que afirma a existência de *convicções não fundamentadas* na base de todas as *convicções bem fundamentadas*.

A filosofia de Wittgenstein, embora não consista em uma epistemologia, ou em um metadiscurso do conhecimento científico, ao apresentar a *autonomia da linguagem* na constituição do *sentido* e, ao defender a impossibilidade de uma “gramática absoluta” nos moldes da pretensão da Lógica, coloca problemas ou pontos de reflexão relevantes às atividades científicas, especialmente a uma perspectiva que supõe o trabalho de *ruptura* como essencial ao *fazer verdadeiramente científico* (Cf. *A profissão*, 2000).

Vejamos mais de perto as ideias que inspiraram o ponto de vista sustentado nesta elaboração. Nos termos de Moreno (2000, p. 60), com base na concepção do filósofo austríaco, notadamente em *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 2002):

[...] a significação lingüística [sic] torna-se por princípio, independente dos fatos, e a referência, ainda que virtual, isto é, por mais abstrata e formal que seja, não mais terá privilégio sobre outros mecanismos possíveis. Assim, a linguagem passa a ser considerada do ponto de vista da multiplicidade de usos que podem ser feitos das palavras e enunciados, e o mecanismo referencial será, então, relativizado e situado em seu justo lugar: corresponderá a um dos usos possíveis.

Portanto, se a *gramática de jogos de linguagem* atribui à própria *linguagem* a condição de *mecanismo referencial* na constituição do *sentido*, supomos que esta possa ser tomada como instrumento para examinar as determinações conceituais presentes nas investigações sociológicas de Bourdieu, assim como as fronteiras entre tais determinações e suas *constatações* empíricas. Desse modo, também supomos que tal referência pode configurar-se como um recurso privilegiado para a efetivação da *vigilância epistemológica* tão cara a Bourdieu. Tomar como objeto de atenção os discursos deste sociólogo, com as ferramentas disponíveis na filosofia wittgensteiniana, pareceu ainda muito apropriado à *reflexividade*

² Neste trabalho, foi adotado o sistema de chamada autor-data para indicar as citações. Entretanto, nas citações de Bourdieu, tendo em vista a frequência e para facilitar o reconhecimento das obras, o sobrenome será substituído por palavras do título citado, seguido do ano e número da página. Este procedimento dispensou o uso de letras minúsculas após a data, distintas das obras publicadas no mesmo ano, na lista de referências.

exigida pelo próprio Bourdieu, mesmo considerando que não poderíamos supor a sua adesão ao princípio da *autonomia da linguagem* na constituição do “sentido”.

Não obstante, reiteramos que as reflexões do filósofo austríaco parecem poder contribuir com a *polêmica incessante da razão*, indissociavelmente epistemológica e sociológica, pelo reforço à *crítica lógica das noções* e, assim, à identificação de *pré-construções*, favorecendo a produção de conhecimentos *verdadeiramente científicos*, para usar uma ênfase de veras bourdieuniana, pois “A influência das noções comuns é tão forte que todas as técnicas de objetivação devem ser utilizadas para realizar efetivamente uma ruptura [...]” (*A profissão*, 2000, p. 24).³ Sugestão que encontramos explicitamente, quando Bourdieu enuncia:

As divisões operadas pelo vocabulário comum não são as únicas pré-construções inconscientes e incontroladas que ameaçam insinuar-se no discurso sociológico e essa técnica de ruptura que é a crítica lógica da sociologia espontânea encontraria, sem dúvida, um instrumento insubstituível na nosografia da linguagem corrente que se apresenta – pelo menos no estado de esboço – na obra de Wittgenstein [...] (*A profissão*, 2000, p. 33).⁴

Nesse sentido, esclarecemos: os objetivos deste trabalho não alcançam as reflexões por ele, aparentemente, suscitadas. Restringimo-nos aqui, tão somente, ao esforço de estabelecer algumas das referências construídas por Wittgenstein para pensar a *linguagem* comum como instrumento de leitura dos textos de Bourdieu, o que acreditamos ter possibilitado a observação de certas características peculiares ao *jogo de linguagem* bourdieuniano e, assim, ter permitido “tocar” suas *regras* ou *fundamentos*.

E, aquém das “razões” que permeiam toda a elaboração a seguir, que apenas no processo de sua construção foi possível tornar claras, as motivações primeiras da opção por Wittgenstein, para a fundamentação desta pesquisa, estão vinculadas à presença significativa

³ “L’emprise des notions communes est si forte que toutes les techniques d’objectivation doivent être mises en oeuvre pour accomplir effectivement une rupture [...]” (*Le métier*, 1983, p. 28).

Em busca de garantir maior rigor a esta reflexão, optamos por apresentar, em notas, as citações de Bourdieu nas suas versões originais em francês. Acrescentamos ainda que os textos originais em francês, do próprio Bourdieu e de outros autores, que não têm tradução consolidada em Português, ou cuja tradução não consideramos satisfatória, foram traduzidos por George Mascarenhas, ator, diretor e tradutor, doutorando em artes cênicas e Mestre em Artes (UFBA); Licence de Estudos Teatrais – Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), Diploma de Mímica Corporal Dramática – Ecole de mime corporel dramatique (Londres).

Informamos que não foi possível o acesso aos originais de alguns textos utilizados neste trabalho. São eles: *O Campo Econômico*, que reúne uma série de entrevistas com Bourdieu; e o capítulo terceiro de *O Poder Simbólico*.

⁴ “Les découpages qu’opère le vocabulaire commun ne sont pas les seules pré-constructions inconscientes et incontrôlées qui risquent de s’insinuer dans le discours sociologique et cette technique de rupture qu’est la critique logique de la sociologie spontanée trouverait sans doute un instrument irremplaçable dans la nosographie du langage ordinaire que se présente, au moins à l’état d’esquisse, dans l’oeuvre de Wittgenstein [...]” (*Le métier*, 1983, p. 38).

do filósofo austríaco nos próprios textos de Bourdieu, como já indicado. Este, além de explicitamente reconhecer que Wittgenstein elaborou “[...] um dos pensamentos mais sutis e mais úteis contra as deformações e as reduções, ou pior, as anexações e as contaminações [...]” (*Wittgenstein, le sociologisme*, 2002, p. 346),⁵ mobiliza, inúmeras vezes, citações e ideias de Wittgenstein para expressar suas posições, o que, por si só, já instiga a curiosidade sobre a obra desse pensador. E para mencionar uma provocação, por assim dizer, do próprio Bourdieu, que suscita a possibilidade de maiores aproximações entre os dois autores, vejamos a citação a seguir:

Pelo fato de que cada campo como “forma de vida” é o lugar de um “jogo de linguagem” que dá acesso a aspectos diferentes da realidade, poder-se-ia indagar sobre a existência de uma racionalidade geral, transcendente às diferenças regionais e, por mais intensa que possa ser a nostalgia da reunificação, sem dúvida é preciso renunciar, à maneira de Wittgenstein, a buscar algo assemelhado a uma linguagem de todas as linguagens. (*Méditations*, 2001, p. 120).⁶

Trechos como este, além do *uso* de palavras e expressões, a exemplo de *jogo* e *usos sociais da ciência*, ilustram alguns dos sinais presentes nas obras de Bourdieu que favorecem uma *inclinação* ou *criam a disposição* em seus leitores para seguir na direção de Wittgenstein.

Entretanto, apenas com a leitura de *Da certeza* (WITTGENSTEIN, 2000), após algumas incursões em outras referências para buscar os instrumentos que permitiriam tratar dos “fundamentos últimos” da sociologia de Pierre Bourdieu, foi possível encontrar a *justificação* que consideramos satisfatória para lidar com a questão. Assim, diante da possibilidade da própria dissolução e reconstrução do referido problema, à luz da afirmação de que, “Na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada [...]” (WITTGENSTEIN, 2000, §253, p. 77), a filosofia de Wittgenstein tornou-se o instrumento para enfrentar a inquietação acima enunciada.

Destarte, tomar Wittgenstein para fazer uma leitura dos discursos de Bourdieu implica assumir como pressuposto que a atividade com a *linguagem* é constituidora do *sentido* (Cf. MORENO, 2002) ou que o *sentido* é constituído pela atividade com a *linguagem*.

O que parece *ter* que existir, pertence à linguagem. É um paradigma no nosso jogo de linguagem, uma coisa com a qual se podem efectuar [sic] comparações. E

⁵ “[...] une des pensées les plus subtiles et les plus utiles contre les déformations et les réductions, ou, pire, les annexions et les contaminations.” (*Wittgenstein, le sociologisme*, 2002, p. 346).

⁶ “Du fait que chaque champ comme ‘forme de vie’ est le lieu d’un ‘jeu de langage’ qui donne accès à des aspects différents de la réalité, on peut s’interroger sur l’existence d’une rationalité générale, transcendante aux différences régionales et, si intense que puisse être la nostalgie de la réunification, il faut sans doute renoncer, avec Wittgenstein, à chercher quelque chose comme un langage de tous les langages [...]” (*Méditations*, 1997, p. 119).

constatá-lo pode significar que se faz uma constatação importante; mas é no entanto uma constatação acerca do nosso jogo de linguagem, do nosso modo de representação. (WITTGENSTEIN, 2002, § 50, p. 215).⁷

Nessa perspectiva, “A palavra ‘linguagem’ indica, a partir de então um conjunto aberto de diferentes atividades envolvendo palavras, uma ‘família’ de situações em que usamos palavras relativamente a circunstâncias extralingüísticas [sic]” (MORENO, 1995, p. 15). E, ainda, o que as palavras designam apenas pode ser revelado ao olharmos como são aplicadas, ou melhor, se apreciarmos o modo como associamos as palavras e a finalidade correspondente a seus *usos* que, por sua vez, estabelecem distinções com outros *usos*, supõem *regras*, ao tempo em que explicitam os acordos tácitos inerentes à comunicação.

As implicações dessas referências parecem adquirir maior gravidade ao evocarmos a mesma ideia, com outras palavras: “As condições de significação são dadas inteiramente no interior da linguagem [...] e as explicações de sua relação com a realidade já fazem parte, também, de *jogos de linguagem*.” (MORENO, 1995, p. 51). Ou ainda, como veremos adiante, o significado é atributo dos *usos* das palavras, e os conteúdos do *mundo* são linguisticamente elaborados ao serem introduzidos em uma *linguagem* (Cf. MORENO, 1995).

Entretanto, o que significa assumir tais supostos para observar um discurso sociológico? Mais precisamente, seria cabível *usar* as afirmações da filosofia de Wittgenstein, para desenvolver uma reflexão sobre um discurso inscrito nas ciências sociais? E em que termos seria possível desenvolver tal exercício?

Partiremos da afirmação do próprio Wittgenstein (2002, § 23, p. 190) de que há uma multiplicidade de *jogos de linguagem* e dentre eles estão:

Descrever um objecto [sic] a partir do seu aspecto ou das suas medidas – Construir um objecto [sic] a partir de uma descrição (desenho) – Relatar um acontecimento – Fazer conjecturas sobre o acontecimento – Formar e examinar uma hipótese – Representação dos resultados de uma experiência através de diagramas – Inventar uma história [...] traduzir uma língua para outra [...]

Desse modo, parece ser possível sustentar que os discursos de Bourdieu mobilizam, ao tempo em que estão também imersos em uma diversidade de *jogos de linguagem*. Para mergulharmos mais detidamente nesta afirmação, faz-se necessária uma reflexão sobre outras tantas dimensões da perspectiva wittgensteiniana, a exemplo do que afirma o aforismo 23 de *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 2002, p. 189): “[...] falar uma língua é uma parte de uma actividade [sic] ou de uma forma de vida.” Ou ainda, “Chamarei

⁷ Neste trabalho, todos os destaques nos trechos citados fazem parte das obras consultadas.

também ao todo formado pela linguagem com as actividades [sic] com as quais ela está entrelaçada o ‘jogo de linguagem’.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 7, p. 177). Salientamos aqui não apenas a diversidade de atividades com a *linguagem* inclusa nos discursos de Bourdieu, mas a relação de seus discursos com diversos outros discursos que, por sua vez, mobilizam outros *usos*.

Talvez bastassem as afirmações acima para interditar a construção deste trabalho, caso a pretensão fosse dissecar os *jogos de linguagem* presentes nos discursos de Bourdieu e suas intercessões ou, mesmo, o reconhecimento de novos *jogos* articulados em seus tantos diálogos com as diversas tradições e autores, pertencentes, por sua vez, também a uma variedade de disciplinas ou campos do saber. Portanto, esclarecemos que não há tais pretensões e, mais uma vez, reiteramos que o objetivo consiste em, inicialmente, estabelecer a possibilidade de tomar as afirmações de Wittgenstein como instrumentos de leitura de uma obra sociológica, com o propósito de sistematizar algumas observações sobre os *usos* de palavras e enunciados que Bourdieu mobiliza em sua *linguagem* ao apresentar suas teorias e *descrições* sobre o *social* e, assim, trazer à luz traços característicos ou *aspectos* de sua *gramática*.

Vale ressaltar ainda que, embora os escritos do sociólogo sejam tratados aqui como espaços, por assim dizer, de *usos* diversos de palavras e enunciados e, portanto, espaços com a presença de uma multiplicidade de *jogos de linguagem*, com base nos termos definidos acima, ao mesmo tempo, os discursos de Bourdieu serão concebidos como uma unidade, partindo do pressuposto que, “Quando começamos a *acreditar* em alguma coisa, aquilo em que acreditamos não é uma proposição isolada, é um sistema completo de proposições. (Faz-se luz gradualmente sobre o conjunto)” (WITTGENSTEIN, 2000, § 141, p. 53). E que este “[...] sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos” (WITTGENSTEIN, 2000, § 105, p. 43). Ou seja, o tratamento proposto supõe tanto a diversidade como a unidade em seus discursos, o que constitui o *modo de representação* de Pierre Bourdieu.

Nessa perspectiva, interessa “[...] a multiplicidade das ferramentas da linguagem e dos seus modos de aplicação [...]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 23, p. 190). Wittgenstein (2002, § 11, p. 180) afirma que as palavras têm muitas funções e “O que nos confunde nas palavras é a sua aparente identidade quanto à forma, quando as ouvimos ditas ou as encontramos escritas ou impressas. Então a sua *aplicação* não nos aparece tão claramente”. E, portanto, “Não se pode adivinhar como é que uma palavra funciona. Tem que se *olhar* para a sua aplicação e aprender a partir daí” (WITTGENSTEIN, 2002, § 340, p. 376). No caso, devemos dirigir o *olhar* para as aplicações de palavras e enunciados presentes nos textos de Bourdieu.

Considerando mais proximamente: que parâmetros devem ser tomados para pensar a *linguagem*? Em contraponto com o que Wittgenstein defendeu no *Tractatus*,⁸ afirma Moreno (2000, p. 59): “[...] não mais poderemos apoiar-nos na estrutura fixa dos fatos para estabelecer o elo com a forma lógica fixa da linguagem, ou a forma geral das proposições.” A *linguagem*, ainda segundo Moreno (2000, p. 60), passa a ser considerada como o que “[...] engendra a significação ainda que na ausência de qualquer fato que pudesse ser a referência das palavras ou dos enunciados”. No lugar do “mundo” do *Tractatus* encontramos agora a noção de *forma de vida*. E esta, assim como as noções de *jogo de linguagem* e de *parecença ou semelhança de família*, conforma o encontro com a precisa vagueza com que Wittgenstein passa a refletir sobre a *linguagem*. Moreno (2000, p. 61) alerta: “Estejamos, portanto, precavidos: passaremos a pensar com conceitos vagos, que são instrumentos precisos para caracterizar imprecisamente o vago.”

Cabe destacar a noção de *forma de vida*. De acordo com Glock (1998, p. 173-174): “O uso que Wittgenstein faz do termo enfatiza [...] o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem.” Esse autor também faz ressalvas importantes, como a não correspondência necessária entre uma *forma de vida* e um *jogo de linguagem*, e ainda destaca a relevância que o termo *forma de vida* atribui à “natureza” histórica das práticas humanas e, portanto, dos *usos* da *linguagem*. “No que diz respeito às práticas lingüísticas [sic], Wittgenstein não adota um naturalismo determinista, mas antes um relativismo cultural [...], que decorre do relativismo conceitual presente na idéia [sic] de AUTONOMIA DA LINGUAGEM.” (GLOCK, 1998, p. 175).

Resumidamente, Wittgenstein efetiva a substituição do ponto de vista *transcendental* pelo *gramatical*, ao substituir as formas *a priori* por *formas de vida*, passando estas a serem “responsáveis” pela “tradução” do *solo da linguagem*, ou *mundo*, considerado aqui como “[...] a estabilidade relativa dos objetos empíricos e dos comportamentos dos seres vivos” (MORENO, 1995, p. 16) e, assim, a instituírem *as condições de possibilidade da significação* (Cf. MORENO, 1995) em suas multiplicidades.

Tal concepção implica em assumir que “Só podemos escapar à injustiça ou ao vazio das nossas asserções se apresentarmos o modelo como aquilo que é, como objeto de comparação – como, por assim dizer, um padrão de medida, e não como preconceito ao qual a realidade tem que corresponder [...]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 131, p. 264).

⁸ Ou, *Tratado Lógico-Filosófico* (2002).

Nesse sentido, podemos expressar que *olhar* os discursos de Bourdieu, em consonância com a referida ruptura, significa assumir que a trama *gramatical* deste autor é a “responsável” por engendrar as necessidades instituídas pelas *regras* presentes em seu *modo de representação do social*. As condições de significação de sua *linguagem*, desse modo, são constituídas por práticas linguísticas associadas às *formas de vida* relativas às ciências sociais, o que impõe a recusa de qualquer “saída” que remeta a metafísicas ou ontologias. O interesse *gramatical* não se volta, portanto, a “objetos” do *mundo*, não obstante estes sejam referências dos *jogos de linguagem*, ou das “traduções” *gramaticais* do *mundo* operadas pelas *formas de vida*; quer dizer, embora estejamos tratando de um discurso sociológico, o “social” como “objeto” do *mundo*, ou os “fatos sociais”, não serão aqui “tematizados”.

De acordo com o enfoque até então apresentado, o objeto desta reflexão consiste no modo peculiar de apresentação ou na *descrição do social* instituída nos discursos de Bourdieu, pelas aplicações que ele faz das palavras e enunciados. Ou seja, seus *conceitos* e formas do dizer, ou o *quadro de referência* por ele estabelecido para organizar os *usos* das palavras ou a *linguagem* para falar do *social*. Ou, ainda, as configurações linguísticas que engendram a *formação da significação* em seus discursos. No caso, o que também supõe a *interpelação das formas de vida* que “abrigam” ou “são abrigadas” pelas ciências sociais (Cf. MORENO, 1995).

Identificando a *linguagem* de Bourdieu como uma das *situações regionais teoricamente organizadas* (Cf. MORENO, 1995), a atenção dirige-se às palavras, *conceitos* e proposições, mais especificamente, às funções exercidas por eles, a exemplo da introdução de *paradigmas*, *imagens* e *objetos* que configuram o *sistema expressivo* (Cf. MORENO, 1995) deste sociólogo, ou a *gramática* que abriga e determina o *sentido do conceito/objeto social* em seus discursos. Nessa concepção, o significado de *social* em Bourdieu é um atributo dos *usos* da palavra *social* e de tantas outras situadas nos arranjos presentes em sua *linguagem* que, ao desenharem conexões entre palavras, engendram as peculiaridades dessa arquitetura linguística e de sua correspondente *justificação*, estabelecendo, *a priori*, o *sentido* das experiências sociológicas ou as condições que permitem colocar à prova o modelo conformado pelo *objeto social* por ele construído.

Alguns esclarecimentos tornam-se imprescindíveis, mesmo antes de estabelecer o quadro mais amplo de referências que, com base em Wittgenstein, será instrumento para organizar esta reflexão: o primeiro, relativo aos *sentidos* do termo *conceito*; e o segundo, explicita os contornos deste trabalho quanto ao *uso* da palavra *paradigma*.

De acordo com Moreno (1995, p. 113), os *conceitos*, para Wittgenstein, são “[...] formas convencionais de organizar a experiência, quadros de referência que estabelecemos para comparar objetos”. Desse modo, a despeito da *parecença* com o *uso* mais corrente, deste se diferencia, na medida em que, a exemplo dos comentadores e do próprio discurso de Bourdieu, são comumente reconhecidos como “conceitos” as nomeações características deste autor, ou melhor, um conjunto relativamente resumido, notadamente *campo*, *habitus*, *capital*, em torno do qual gravita um vocabulário, também peculiar ao sociólogo, nos termos apresentados por Chauviré e Fontaine (2003), que inclui um leque bem mais amplo de palavras e expressões, a exemplo de: *ação*, *agente*, *estrutura*, *epistemologia da sociologia*, *Estado*, *illusio* etc. Ainda assim, tal vocabulário não esgota, ou melhor, não inclui todas as palavras a propósito das quais reconhecemos a introdução de *paradigmas* na *linguagem* de Bourdieu, como no caso de *lógica*, *sistema* e, mesmo, *social*, que constitui o eixo desta reflexão *gramatical*. Destacamos então que o *uso* da palavra *conceito*, neste trabalho, corresponde ao referido significado, mais amplo, por assim dizer, definido pelas “lentes” de Wittgenstein.

O outro esclarecimento é relativo à noção de *paradigma*, que aqui é apresentada à luz do exemplo do *uso* da expressão *sensação de dor*. Ou melhor, no exemplo de Wittgenstein, segundo Moreno (1995, p. 50), o *uso* da expressão *sensação de dor* é tomado como o *critério* publicamente aceito em *jogos de linguagem* comuns e, assim, tornou-se *paradigma* para aplicação da palavra *dor*, porque *filtrado* pelo *conceito* de *dor*. Este exemplo consiste em uma das possibilidades, relativas aos *jogos de linguagem*, que ilustra a *relevância dos conteúdos do mundo* para a *linguagem*. No caso deste exercício, com base no esclarecimento acima, tomaremos mais comumente, devido à complexidade do *jogo de linguagem* bourdieuniano, como *paradigmas*, conteúdos expressos em vocábulos comuns presentes em dicionários de português e francês, além dos que configuram a *linguagem* tradicionalmente aceita nas ciências sociais. Nesse sentido, *conceitos* serão tomados como *paradigmas*, ou mesmo, como *prova*. Até porque, “[...] embora sendo técnicas distintas, a ostensão e a prova cumprem a mesma função na linguagem, a saber, introduzem paradigmas.” (MORENO, 1995, p. 64).

Como veremos mais detalhadamente adiante, as relações entre palavras, *conceitos*, *paradigmas*, *imagens*, *provas*, *objetos* etc., postas no *modo de representação* de Wittgenstein, conformam seu quadro de referências que visa a organização do nosso conhecimento sobre o *funcionamento da linguagem* (Cf. MORENO, 1995), remetendo a atenção inevitavelmente às finalidades específicas de cada *linguagem* e, assim, aos respectivos limites de *justificação* feitos necessários ou suficientes em cada caso. Destarte, delinear o modo peculiar de

apresentação do *social* construído nos discursos de Bourdieu, observando algumas das aplicações que ele faz das palavras e enunciados, constitui-se em um instrumento para pensar sobre as *convicções não fundamentadas* que se encontram *na raiz das convicções bem fundamentadas* defendidas por este autor.

Mais precisamente, o pressuposto adotado sustenta que, “Dizer do homem, no sentido de Moore, que ele sabe alguma coisa, que o que ele diz é, portanto, incondicionalmente verdade, parece-me errado. É verdade só na medida em que é uma base inamovível nos seus jogos de linguagem” (WITTGENSTEIN, 2000, § 403, p. 115). Acrescentamos ainda: “[...] parece que não se pode dizer num caso *individual* que isto e aquilo têm de ser indubitáveis para que haja um jogo de linguagem, mas pode dizer-se que, *em regra*, alguns juízos empíricos têm que ser indubitáveis.” (WITTGENSTEIN, 2000, § 519, p. 147).

Portanto, uma questão central consiste em refletir com Wittgenstein (Cf. 2000, § 370, § 192 e § 205), onde reside, por assim dizer, a *ausência de dúvida* nos discursos de Bourdieu, ou qual o *fim* ou o *fundamento* que *não é “verdadeiro” nem falso* do *jogo de linguagem* bourdieuniano. Para construir as condições que permitam enfrentar esta questão, supomos ser necessária a observação dos *usos* das palavras e dos enunciados, em seus discursos.

Tomamos aqui indistintamente as afirmações de Wittgenstein para tratar a *linguagem* comum como ferramentas para observar o *funcionamento da linguagem* de Bourdieu, não obstante algumas de suas observações relativas às diferenças entre as *linguagens* comum e científica. Consideramos, no entanto, que a atenção devida às respectivas finalidades e, assim, também às suas *vivências características*, buscando trazer à tona as peculiaridades relativas às *formas de vida* associadas às ciências sociais, seja suficiente para não incorrerem em confusões significativas. Até porque, segundo Giannotti (1995, p. 58):

Um jogo de linguagem, objeto de comparação exemplar e constituído de proposições indicativas de uso, não deve ser confundido com uma teoria que arma hipóteses e proposições bipolares. Toda teoria, porém, pode ser vista como jogo de linguagem, quando se ressalta seu aspecto gramatical [...]

A expressão “discursos de Bourdieu” e outras a esta assemelhadas, aqui, muito frequentes nos trechos voltados à explicitação do *funcionamento da linguagem* do sociólogo, neste trabalho referem-se exclusivamente às obras selecionadas. A escolha dos textos de Bourdieu que se tornaram objeto de observação, inicialmente, baseou-se no livro de Delsaut e Rivière (2002), *Bibliographie des Travaux de Pierre Bourdieu*. Devido à extensão da obra e ao caráter não exaustivo proposto aqui, o primeiro critério adotado supõe a exclusão de livros

que tenham sido escritos em co-autoria,⁹ posto que não há como distinguir as específicas contribuições dos autores a exemplo de *Le Métier de Sociologue*. Considerando que, embora possamos imaginar tácita a concordância de Bourdieu em relação às proposições contidas nessas obras e, por isso, algumas delas estão incluídas na síntese apresentada no primeiro capítulo, supomos ser mais coerente, para proceder as observações relativas ao *funcionamento* de sua *linguagem*, não atribuir a Bourdieu, *usos* de palavras que porventura tenham sido elaborados por terceiros.

Acrescentamos ao critério acima adotado a exclusão de obras publicadas em período anterior aos anos 1970. Neste caso, a circunscrição decorre de considerações tecidas por Sérgio Miceli (2009), no artigo publicado em 2003, *Bourdieu e a Renovação da Sociologia da Cultura*, sobre a aplicação dos conceitos de *campo*, *habitus* e *prática*. Miceli (2009) adota uma divisão da obra de Bourdieu, definindo como a “primeira fase” o período entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1970, e afirma que, neste, houve “[...] as primeiras tentativas de formulação conceitual das noções de campo e *habitus*, bem como de seu emprego na prática analítica [...]” (MICELI, 2009, p. 2), porém ainda sem a consonância, por assim dizer, entre as noções de *habitus* e *prática*. Nas palavras de Miceli (2009, p. 6), até o início dos anos 1970, “[...] Bourdieu ainda não havia encontrado um jeito desarmado de lidar com as disposições num registro próximo ou assimilável à idéia [sic] de uma prática social”.

Tomando como referência a “segunda fase”, Miceli (2009) identifica três obras, como exemplos privilegiados do ultrapassamento operado por Bourdieu em relação ao que ele denominou de “intenção heurística”. A primeira obra desta fase, à qual Miceli (2009) faz referência, é *Esquisse d’une théorie de la pratique*, publicada em 1972, notadamente a segunda parte, cujo título é o mesmo do livro, e sobre a qual enuncia:

A importância estratégica dessa intervenção teórica prendia-se, de um lado, ao empenho em conectar suas análises etnográficas, aliás republicadas na primeira parte do volume mencionado, a uma concepção propriamente sociológica do mundo social, como que assumindo com nitidez certa tomada de distância em relação ao paradigma estruturalista, tão modelador dos estudos citados e, de outro, ao projeto deliberado de conceder um *status* ativo e determinante à prática social enquanto tal. (MICELI, 2009, p. 7).

Os dois outros textos, nos quais Miceli (2009, p.10) afirma encontrar “[...] as provas mais bem acabadas dessa fase no trabalho de análise empírica e reflexão teórica a que foram

⁹ A única obra que não corresponde ao critério que exclui os livros escritos em co-autoria é *Réponses: pour une Anthropologie Réflexive*, porque nesta há a possibilidade de distinguir os discursos de Bourdieu dos de Loïc Wacquant.

submetidos os conceitos de campo e de *habitus* [...]”, estão publicados nos livros *Les Règles de l’Art: Genèse et Structure du Champ Littéraire* e *Méditations Pascaliennes*.¹⁰

Desse modo, assumimos a delimitação temporal de Miceli (2009), porém optamos por privilegiar os seguintes títulos: *La Distinction*, *Méditations Pascaliennes* e *Science de la Science et Réflexivité*. Sobre o primeiro deles, segundo a revista *Sciences Humaines* (DE LA DISTINCTION..., 2000, p. 29), um artigo do *Le Monde*, afirma: “Em 1979, ele publica *La Distinction*, sua obra principal, e recebe em 1981 a consagração tornando-se titular da cadeira de sociologia no Collège de France (o CNRS lhe concederá sua distinção suprema, a medalha de ouro, em 1993)”.¹¹ Portanto, a escolha de *La Distinction* é devida ao reconhecimento da importância da obra, e porque consideramos de especial utilidade para este trabalho, juntamente com *Science de la Science et Réflexivité*, por se tratar de discursos voltados à descrição do social. Vale, entretanto, a ressalva das diferenças significativas entre as duas análises, o que, também, se tornou critério para a escolha. Acrescentamos ainda que *Science de la Science et Réflexivité* foi incluída por ser a última obra publicada em vida pelo autor, além das razões apresentadas no primeiro capítulo, relativas à importância das reflexões sobre a ciência. *Méditations Pascaliennes* foi especialmente escolhida por constituir “[...] a declaração mais completa de Bourdieu de seu paradigma teórico e antropologia filosófica, ancorados em racionalismo histórico [...]” (WACQUANT, 2003, p. 24).

Como será detalhado adiante, as descrições gramaticais supõem a explicitação das imagens, técnicas e regras mobilizadas nos jogos de linguagem. Desse modo, fundamental ainda se faz esclarecer que a priorização das referidas obras não implica em que todas elas tenham sido tomadas para tratar a totalidade das dimensões relacionadas aos usos das palavras e enunciados, ou às práticas linguísticas de Bourdieu e, nem mesmo, que outras obras tenham sido completamente excluídas, como poderá ser percebido ao longo da leitura.

Não obstante as pretensões anunciadas, um tratamento mais preciso dos pressupostos adotados, nos termos das exigências do rigor filosófico, bem como a construção de mediações que permitissem uma correspondência exata, por assim dizer, entre as classificações e os conceitos do filósofo e as aplicações linguísticas do sociólogo, mostraram-se como obstáculos intransponíveis para este trabalho. Isto porque os discursos de Bourdieu envolvem jogos de

¹⁰ Miceli (2009) refere-se, especificamente, às reflexões desenvolvidas por Bourdieu sobre a obra *A Educação Sentimental* de Flaubert (1948), no livro *Les Règles de l’Art*, e com vagueza em relação a trechos de *Méditations Pascaliennes*, ao dizer genericamente “certas passagens iluminadoras”, sem no entanto identificá-las.

¹¹ “En 1979, il publie *La Distinction*, son ouvrage majeur, et reçoit en 1981 la consécration en devenant titulaire de la chaire de sociologie au Collège de France (le CNRS lui décernera sa distinction suprême, la médaille d’or, en 1993).”

* CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica).

linguagem complexos (Cf. MORENO, 1995) e, em muitos ângulos, distantes dos objetos de reflexão mais explicitamente tomados por Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas e Da certeza*, como já apontado inicialmente.

Consideramos, no entanto, que as dificuldades, e mesmo os riscos implicados nesta construção, não impedem que a filosofia de Wittgenstein seja assumida como um instrumento valioso e fértil para suscitar questões sobre *aspectos* peculiares dos discursos de Bourdieu. E, assim, reconhecemos a possibilidade de que seus pressupostos tenham sido tomados aqui, mais propriamente como “inspiração” do que como fundamentação. O que não significa a renúncia ao rigor teórico-metodológico, tanto exigido na elaboração de discursos filosóficos como sociológicos, mas, antes, ao contrário, ao colocar tal suspeita, pretendemos, em respeito ao rigor, trazer à tona o desafio de mergulhar, com *exatidão*, na vagueza imanente à *gramática de seguir regras*.

A exposição dos conteúdos deste trabalho está organizada em quatro capítulos. No primeiro, as ideias de Bourdieu são apresentadas, do ponto de vista que assume seus próprios pressupostos, com o objetivo de explicitar as especificidades de uma leitura, entre tantas disponíveis, que se tornou referência, no sentido de um panorama que está presente, direta ou indiretamente, nas demais considerações sobre a *linguagem* do autor no decorrer desta elaboração. Portanto a intenção, também, é favorecer o reconhecimento da demarcação ou, mais propriamente, das diferenças entre uma sistematização das posições teóricas e epistemológicas de Bourdieu e um exercício voltado para esboçar uma *descrição gramatical* de seus discursos. Esta síntese, ainda, será condição para o desenvolvimento de algumas digressões a respeito de proximidades e distinções entre os fundamentos sustentados pelo filósofo austríaco e o sociólogo francês.

O segundo capítulo expõe a sistematização das leituras de Wittgenstein, notadamente da primeira parte de *Investigações Filosóficas*, apresentando as reflexões que suportam a possibilidade de estender os pressupostos wittgensteinianos para traçar as observações sobre as práticas linguísticas de Bourdieu e, assim, conformam as *bases inamovíveis* deste *jogo de linguagem*. Ou melhor, em linhas gerais, esboça uma tradução da *gramática* de *jogos de linguagem* e de suas razões, com o apoio de textos de comentadores do filósofo, que construíram o *olhar* pelo qual propomos observar os discursos do sociólogo.

No terceiro capítulo, além das referências diretas à obra de Wittgenstein, recorreremos mais expressivamente às interpretações de Arley Moreno (1995, 2000), presentes em dois títulos essenciais a este trabalho, a saber, *Wittgenstein, através das Imagens* e *Wittgenstein, os Labirintos da Linguagem* que ademais permitiram a inclusão de pressupostos presentes em

outras obras do filósofo não diretamente consultadas. Assim, reconhecemos que a leitura desses textos possibilitou, em muito, o desenvolvimento das observações sobre os *usos* das palavras nos discursos de Bourdieu, a exemplo de *espaço, estrutura, sistema*, entre outras, que partindo da própria palavra *social* “alcança” os *conceitos habitus, campo e capital*. Tais observações, neste caso, estão voltadas, mais especificamente, às conexões ou associações de palavras, tendo em vista as noções de *prova, paradigma e imagem*.

O quarto capítulo dedica-se a observações sobre o propriamente *gramatical* em Bourdieu ou sobre as *regras* que instituem necessidades em suas *descrições* do *social*. Entretanto as considerações consistem, mais precisamente, em uma problematização sobre as possibilidades e limites de um esforço para traçar as “fronteiras” entre o normativo e o empírico. Voltada a trechos mais extensos, tomados como objeto de considerações sobre as possíveis *bases inamovíveis* dos discursos sociológicos bourdieunianos, essa sistematização exigiu referências presentes, notadamente, em *Da Certeza* e na concepção de *proposições gramaticais* resumida por Moreno (1995).

Para concluir, sob o título *Confissões Conclusivas*, levantamos questões relativas à possibilidade de *observar a gramática de jogos de linguagem* à luz do ponto de vista sociológico bourdieuniano, sobre a constituição do “sentido”, além de traçarmos em linhas gerais algumas das lacunas que consideramos importantes para o reconhecimento dos limites deste exercício.

1 PARA UMA APRESENTAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU

A síntese do pensamento de Pierre Bourdieu, apresentada a seguir, tem como propósito a explicitação de um ponto de vista, ou de uma leitura entre tantas leituras possíveis deste pensador, que, por sua vez, condiciona as reflexões desenvolvidas nos capítulos voltados à observação de suas práticas linguísticas. Quer dizer, considerando que esta abordagem desenha um Bourdieu dentre a multiplicidade de Bourdieus presentes na “polêmica da razão sociológica” contemporânea, acreditamos que sua explicitação contribui para esclarecer alguns limites e possibilidades deste exercício.

Outra motivação para traçarmos esta seção é podermos dispor de uma elaboração das ideias de Bourdieu que não tem como objetivo desnudar *regras*, com base na observação de aplicações de palavras e proposições, mas que, ao mesmo tempo, não deixa de apresentá-las, buscando ser um instrumento para revelar as distinções e aproximações entre as duas abordagens presentes neste trabalho. Além disto, constitui-se em uma referência importante para a digressão apresentada nas considerações finais.

Muitos podem ser os caminhos para iniciar um discurso sobre a obra de Pierre Bourdieu. Esta sistematização pretende apresentar alguns dos principais eixos de sua arquitetura teórica, através das reflexões sobre *a ciência*, por considerarmos que estas favorecem tanto a elucidação de seus *princípios de busca de verdade*, ou suas posições epistemológicas, como seus pressupostos e análises sociológicos, ao tempo que permitem refletir sobre os elos que os entrelaçam. Para as lentes bourdieunianas, “[...] o advento da razão é inseparável da autonomização progressiva de microcosmos sociais fundados no privilégio, onde aos poucos foram sendo inventados modos de pensamento e de ação teoricamente universais [...]” (*Meditações*, 2001, p. 95).¹

A unidade suposta entre as reflexões sobre o metadiscurso que configura o *fazer científico*² e a sociologia, ou mais especificamente a centralidade atribuída à *socioanálise*,

¹ “[...] l’avènement de la raison est inséparable de l’autonomisation progressive de microcosmes sociaux fondés sur le privilège, où se sont peu à peu inventés des modes de pensée et d’action théoriquement universels [...]” (*Méditations*, 1997, p. 93).

² Consideramos relevante chamar a atenção para que o uso da expressão *fazer científico* e mesmo do termo *científico* comportam certa ambiguidade nesta elaboração, que tentamos contornar a partir da redação que os envolvem. Por certo, se tomamos a concepção de *científico*, tendo como referência o discurso epistemológico de Bourdieu, apenas poderíamos atribuir tal predicado a conhecimentos, como veremos adiante, que tenham sido submetidos à *polêmica incessante da razão* nos termos previstos pelos *atos epistemológicos*, e embora o sociólogo em questão defenda que tal *polêmica* ou a *reflexividade* seja exercida pelo *campo científico*, em alguns discursos, notadamente em *A Profissão de Sociólogo* (2000), refere-se a conhecimentos reconhecidos

constitui-se um ponto central da obra de Bourdieu. Nas palavras de Bonnewitz (2003, p. 18), a aparente diversidade presente na obra do sociólogo “[...] esconde *uma problemática unificada e uma vontade científica permanente*: fazer da sociologia uma ciência total, capaz de restituir a unidade fundamental da prática humana”.

Nessa perspectiva, em consonância com as rupturas concomitantes em relação à visão logicista, que despreza a história, e à visão relativista, que, por sua vez, não incorpora a *invenção* da razão, um dos pilares que sustenta a pretensão de Bourdieu encontra-se na defesa de uma *dupla verdade*: a ciência é histórica e, em sua história, é produtora de sua autonomia em relação à história.

É necessário admitirmos que a razão não caiu do céu, como um dom misterioso e votado a permanecer inexplicável e, portanto, que é inteiramente histórica; mas disto não somos de maneira alguma forçados a concluir, como comumente se faz, que seja redutível à história. É na história, e só nela, que devemos buscar o princípio da independência relativa da razão perante a história da qual ela é produto; ou, mais precisamente, na lógica propriamente histórica, mas absolutamente específica, segundo a qual se instituíram os universos de exceção [sic] em que a história singular da razão se consuma. (*Meditações*, 1998, p. 93).³

Nessa perspectiva, ele assume que o *fazer científico* é uma *prática social* destinada à *objetivação* e dispõe da razão, gestada na história, como pressuposto e instrumento para seu próprio desvelamento. Vale lembrar que, sobre o impasse entre a *lógica do conhecimento escolástico* e a *lógica da prática*, e assim, sobre a possibilidade da primeira *capturar* a segunda, Wacquant (2004, p. 103-104) afirma que Bourdieu apresenta duas “soluções”, notadamente, para o *hiato* reconhecido entre ambas, a saber: a *suave*, que supõe o *esforço consciente de teorização* pautado na *reflexividade* como capaz de superar o referido *hiato*; e a *dura* que, por sua vez, supõe “[...] uma distância insuperável entre o conhecimento prático e o conhecimento científico [...]”. Wacquant (2004, p. 104) prossegue sua argumentação:

[...] afirmar a tese "dura" não impede Bourdieu de levar adiante sua própria análise das condições sociais que leva em conta a "ambigüidade [sic] fundamental da

no *campo* como científicos embora não tenham sido produzidos, segundo ele, considerando rigorosamente tais princípios e, portanto, não dignos, por assim dizer, de serem reconhecidos como *conhecimentos científicos*. Entretanto, ao mesmo tempo, o predicado *científico* é utilizado por ele, e também aqui, em alguns trechos, apenas para identificar fazeres ou *práticas científicas* porque incluídas em *campos científicos*, de acordo com seus pressupostos sociológicos.

³ “Il faut admettre que la raison n’est pas tombée du ciel, comme un don mystérieux et voué à rester inexplicable, donc qu’elle est de part en part historique; mais on n’est nullement contraint d’en conclure, comme on le fait d’ordinaire, qu’elle soit réductible à l’histoire. C’est dans l’histoire seulement, qu’il faut chercher le principe de l’indépendance relative de la raison à l’égard de l’histoire dont elle est le produit; ou, plus précisément, dans la logique proprement historique, mais tout à fait spécifique, selon laquelle se sont institués les univers d’exception où s’accomplit l’histoire singulière de la raison.” (*Méditations*, 1997, p. 130-131).

disposição escolástica", nomeadamente, que ela capacita-nos a conhecer o mundo enquanto o mutila, na medida em que requer que nos retiremos do mundo e nos inclinemos para vê-lo como algo diferente do que é por ele mesmo [...] (WACQUANT, 2004, p. 104).

Destarte, confiar na *aposta de Bourdieu* (Cf. WACQUANT, 2004), considerando a multiplicidade de *fazeres científicos*, tanto pela diversidade de disciplinas como pelas diferentes concepções sobre ciência e as formas de produzi-la, significa assumir as razões como indissociavelmente *práticas* e teóricas. O que remete a um dos ângulos pelos quais podemos pensar também a indissociabilidade entre a sociologia e a epistemologia em sua obra. O *campo científico*, para Bourdieu, é um *campo social* como outro qualquer, universo de disputas, interesses, investimentos e lucros e, ao mesmo tempo, carregado de especificidades ou de uma lógica própria, construída em sua história, no que se distingue dos demais *campos* (Cf. *O campo científico*, 1983).

E assim, as próprias razões epistemológicas devem ser refletidas tendo como referência a perspectiva sociológica. O sociólogo francês afirma que “[...] a sociologia da sociologia é uma dimensão fundamental da epistemologia” (*O campo econômico*, 2000, p. 20). Ou ainda, mais enfaticamente:

[...] a sociologia da ciência, a sociologia da sociologia, não é uma especialidade entre outras: é o pré-requisito de toda prática sociológica, no que diz respeito a ser capaz de fornecer os instrumentos do conhecimento dos vínculos sociais que podem agir quer na forma de pressões externas, quer, o que é bem pior, na forma de coerção interiorizada. (*O campo econômico*, 2000, p. 20).

Podemos encontrar já em *A Profissão de Sociólogo*, publicado na França em 1968, a defesa da introdução das razões sociológicas, por assim dizer, na polêmica epistemológica, na afirmação de que

[...] não seria possível dar toda a força à ação polêmica da razão científica sem prolongar a “psicanálise do espírito científico” por uma análise das condições sociais nas quais são produzidas as obras sociológicas: o sociólogo pode encontrar um instrumento privilegiado da vigilância epistemológica na sociologia do conhecimento, meio de aumentar e dar maior precisão ao conhecimento do erro e das condições que o tornam possível e, por vezes, inevitável [...] (*A profissão*, 2000, p. 12).⁴

⁴ “Mais on ne saurait donner toute sa force à l’action polémique de la raison scientifique sans prolonger la ‘psychanalyse de l’esprit scientifique’ par une analyse des conditions sociales dans lesquelles sont produites les oeuvres sociologiques: le sociologue peut trouver un instrument privilégié de la vigilance épistémologique dans la sociologie de la connaissance, moyen d’accroître et de préciser la connaissance de l’erreur et des conditions qui la rendent possible et parfois inévitable [...]” (*Le métier*, 1983, p. 14).

O *ponto de vista* epistemológico de Bourdieu, portanto, requer submeter a própria sociologia da ciência, ou os discursos sobre o *fazer científico*, à *reflexividade* socioepistemológica, já que: “[...] aquilo a que chamamos epistemologia corre sempre o risco de ser apenas uma forma de *discurso justificativo da ciência* ou de uma posição no campo científico, ou ainda, uma repetição falsamente neutralizada do discurso dominante da ciência sobre si mesma.” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 17).⁵ E assim, as escolhas teórico-metodológicas revelam-se, ou apenas podem ser desveladas, como produto da dinâmica dos *campos científicos*. Quer dizer, consequência de suas histórias específicas e de suas *estruturas* que estabelecem as *tomadas de posição* e configuram os respectivos *espaços de possíveis* ou “[...] princípio das opções estratégicas e dos investimentos científicos” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 18).⁶

Radicalmente racional e histórico, o controle da própria *illusio científica* é uma tarefa que, nesses termos, se fez historicamente possível para a ciência. Desse *ponto de vista*, Bourdieu sustenta a necessidade de estar armado sociologicamente, para operar uma desnaturalização do objeto, pois, assim, torna-se possível revelar o que a relação de um *habitus* e um *campo* pode imputar ao objeto e que a este não pertence. Ou melhor, o que na relação entre um conjunto de disposições (no sentido do estar disposto a apostar na aposta *científica*) e um *espaço social*, que conforma este conjunto, inclui-se “clandestinamente” no objeto.

E falar de *socioanálise* é trazer à tona a *reflexividade*, é tratar do retorno reflexivo sobre o ato de conhecer, sobre o “sujeito” que conhece, buscando o conhecimento dos determinismos sociais que recaem sobre a *prática* sociológica, cujo propósito deve ser contribuir para a *polêmica incessante da razão*, como instrumento de *vigilância epistemológica*. Porque,

É ao se proporcionar os meios científicos de tomar como objeto seu ponto de vista ingênuo sobre o objeto que o sujeito científico opera verdadeiramente o corte com o sujeito empírico e, ao mesmo tempo, com os outros agentes que profissionais ou profanos, permanecem encerrados em um ponto de vista que ignoram como tal. (*As regras*, 1996, p. 236).⁷

⁵ “[...] ce que l’on nomme épistémologie est toujours menacé de n’être qu’une forme de *discours justificateur de la science* ou d’une position dans le champ scientifique ou encore une reprise faussement neutralisée du discours dominant de la science sur elle-même.” (*Science*, 2001, p. 19).

⁶ “[...] principe des choix stratégiques et des investissements scientifiques [...]” (*Science*, 2001, p. 19-20).

⁷ “C’est en se donnant les moyens scientifiques de prendre pour objet son point de vue naïf sur l’objet que le sujet scientifique opère véritablement la coupure avec le sujet empirique et, du même coup, avec les autres agents qui, professionnels ou profanes, restent enfermés dans un point de vue qu’ils ignorent comme tel.” (*Les règles*, 1992, p. 342).

Faz-se importante ressaltar que, para Bourdieu, o *verdadeiro sujeito* da obra *científica* é o *campo científico*, pois o conhecimento *científico*, semelhante aos demais produtos culturais, apenas se torna realidade no *campo graças ao qual e contra o qual* se realiza (Cf. *Meditações*, 2001). A *reflexividade*, portanto, é exercida pelas coletividades *científicas* (Cf. *Para uma sociologia da ciência*, 2004). Ao apresentar a sociologia da ciência como instrumento *científico* para a análise do *campo científico*, para a *objetivação do sujeito da objetivação*, ele parece constituir laços “necessários” entre a epistemologia e a sociologia.

Não obstante, essa reflexão merece uma atenção especial, para que os princípios epistemológicos sustentados por ele não sejam “feridos”, ou seja,

Confundir a teoria do conhecimento sociológico, que é da ordem da metaciência, com as teorias parciais do social que engajam os princípios da metaciência sociológica na organização sistemática de um conjunto de relações e de princípios explicativos destas relações, é se condenar, ou a renunciar a fazer ciência esperando de uma ciência da metaciência que ela tenha lugar de ciência, ou a ter uma síntese necessariamente vazia das teorias gerais (ou mesmo das teorias parciais) do social como a metaciência que é a condição de todo conhecimento científico possível. (*Le métier*, 1983, p. 49).⁸

Vejam: se Bourdieu considera que a sociologia da sociologia deve ser instrumento de *vigilância epistemológica* direcionada a controlar os *obstáculos* de “natureza” histórico-sociais, a sociologia da ciência, neste caso, passaria a “funcionar” como metadiscurso da *prática científica* ou a integrar os *princípios de busca de verdade* das ciências. Isto porque vale a ressalva de que, embora ele dedique-se mais diretamente à sociologia, seus argumentos são pertinentes a todas as *práticas científicas*, pois todas são, ao mesmo tempo, *práticas sociais*.

A introdução de conhecimentos notadamente *científicos* nos metadiscursos pode parecer estranha a princípio, entretanto, se considerarmos que, na perspectiva de Bourdieu relativa aos pressupostos do *racionalismo aplicado*, há a interdição da “metodologia científica”

⁸ A opção pela tradução diferente da que consta em *A Profissão de Sociólogo* (transcrita a seguir) foi motivada pela busca de maior fidelidade ao pensamento de Bourdieu. Em português “fazer parte” é distinto de “ser da ordem de”.

“Confondre la théorie de la connaissance sociologique qui est de l'ordre de la méta-science, avec les théories partielles du social qui engagent les principes de la méta-science sociologique dans l'organisation systématique d'un ensemble de relations et de principes explicatifs de ces relations, c'est se condamner, soit à renoncer à faire la science en attendant d'une science de la méta-science qu'elle tienne lieu de science, soit à tenir une synthèse nécessairement vide des théories générales (ou même des théories partielles) du social pour la méta-science qui est la condition de toute connaissance scientifique possible.”

“A confusão entre a teoria do conhecimento sociológico que faz parte da metaciência, e as teorias parciais do social que envolvem os princípios da metaciência sociológica na organização sistemática de um conjunto de relações e princípios explicativos de tais relações, leva o pesquisador a condenar-se a renunciar a fazer ciência na expectativa de que uma ciência da metaciência ocupe o lugar da ciência, ou a considerar uma síntese necessariamente vazia das teorias gerais (ou, até mesmo, das ciências parciais) do social como a metaciência que é a condição de qualquer conhecimento científico possível.” (*A profissão*, 2000, p. 44).

tal como posta na tradição *escolástica*, ou das “receitas metodológicas” que transformam *os princípios de busca de verdades* em *verdades de princípio*, é possível perceber que não há necessariamente contradição em sua posição, se “seguirmos a regra” que coloca a possibilidade de *retificação* do próprio metadiscurso. Os *princípios de busca de verdade* se diferenciam de outros conteúdos pelo “lugar” que ocupam na *construção* do conhecimento *científico* ou pela função de apresentar as “regras” para o trabalho de *objetivação*, e não por uma “natureza” especial ou por serem portadores de verdades absolutas.

Em outras palavras, a exigência da *ruptura social* no âmbito das *rupturas epistemológicas* (Cf. *Meditações*, 2001) e, assim, a afirmação de que a sociologia⁹ é instrumento de *ruptura*, mantém a reflexão em coerência com os termos propostos por Bourdieu para a efetivação do “diálogo” entre a sociologia e a epistemologia, permitindo “conciliar” suas proximidades e distinções.

Destarte, a *reflexividade* socioepistemológica exige tomar por objeto o próprio *fazer científico* como *prática social* e historicamente situada. Portanto, desenvolver tal análise supõe um determinado *ponto de vista* teórico, no caso, também sociológico, considerando que a *prática social* denominada ciência estabelece determinadas relações que apenas adquirem “concretude” em um mundo específico e devido à “existência” deste mundo, ou somente pode ser pensada dentro dos parâmetros colocados por este universo. O *ponto de vista* em questão é a própria teoria social de Bourdieu, que tem como pressuposto a recusa às oposições clássicas como, por exemplo, as que polarizam o indivíduo e a sociedade ou a história e a estrutura.

Para compreender, efetivamente, tanto os pressupostos que afirmam o “diálogo” entre a sociologia e a epistemologia como algumas de suas implicações, faz-se condição transitar, mais detidamente, entre a sociologia e a *teoria do conhecimento social* de Pierre Bourdieu.

Portanto, apresentar a ciência nos termos de Bourdieu suscita alguns ângulos: a *prática* ou o *fazer científico*; o produto, o *conhecimento científico*; o *campo científico*; e os próprios discursos sobre os pressupostos epistemológicos. Reiteramos também que a indissociabilidade entre a epistemologia e a sociologia assenta-se na compreensão de que todo conhecimento é produto de ações desenvolvidas na história *social* dos homens, seja ele filosófico, sociológico ou físico. Como em outros universos *sociais*, o princípio da ação *científica* ou de sua *prática*

Reside na cumplicidade entre dois estados do social, entre a história tornada corpo e a história tornada coisa, ou melhor, entre a história objetivada nas coisas, sob a forma de estruturas e mecanismos (os do espaço social ou dos campos), e a história

⁹ Para Bourdieu, os instrumentos da *ruptura social* são, notadamente, a sociologia do conhecimento, da cultura e do ensino de ciências (Cf. *A profissão*, 2000).

encarnada nos corpos, sob a forma de habitus, cumplicidade que funda uma relação de participação quase mágica entre essas duas realizações históricas. (*Meditações*, 2001, p. 183-184).¹⁰

Entretanto, antes de mergulharmos em sua teia teórica, mais especificamente sociológica, optamos por apresentar, resumidamente, alguns dos traços centrais da concepção de ciência bourdieuniana ou a *polêmica incessante da razão* herdada do *Racionalismo Aplicado* de Gastón Bachelard (1977).¹¹ Este pensador nega a dissociação entre razão e empiria e defende a perspectiva da *ação polêmica da razão*, que, por sua vez, com base no diálogo razão/empiria esforça-se para apreender a lógica do *erro* e estabelecer o conhecimento *científico* por sucessivas e permanentes *retificações* operadas no trabalho de identificação e submissão à objetivação dos *obstáculos* à produção do conhecimento *científico*.

Por esse *ponto de vista*, a qualidade de *ser científico* somente pode ser conferida a conhecimentos que tenham sido constituídos de acordo com os *atos* de *ruptura, construção e constatação*, nos termos da unidade e da hierarquia atribuídas pelos fundamentos do *racionalismo aplicado*. O que significa que não há *constatação* ou a possibilidade de colocar à prova da verificação empírica conteúdos que não tenham sido *construídos* em consonância com as *rupturas* devidas e relativas ao *sensu comum*, tanto o vulgar como o erudito.

O conhecimento *científico*, então, distingue-se porque produto do trabalho de colocar “no lugar do pensado” todo o conhecimento utilizado sob a forma de recursos para a investigação. A *prática científica* tem que utilizar ao máximo o instrumental a seu alcance para evitar o *sensu comum*, ou melhor, para exercer o controle possível em relação à presença de *pré-construções* em suas elaborações.

Em outras palavras, de acordo com os princípios do *racionalismo aplicado* de Gastón Bachelard, assumidos por Bourdieu, a *construção* dos objetos, reconhecidos como *científicos*, exige, constantemente, colocar-se em questão os pressupostos que orientam as operações de experimentação. Admitir a precedência da razão, no caso do *racionalismo aplicado*, não

¹⁰ “Il réside dans la complicité entre deux états du social, entre l’histoire faite corps et l’histoire faite chose, ou, plus précisément, entre l’histoire objectivée dans les choses, sous forme de structures et de mécanismes (ceux de l’espace social ou des champs), et l’histoire incarnée dans les corps, sous forme d’habitus, complicité qui fonde un rapport de participation quasi magique entre ces deux réalisations de l’histoire.” (*Méditations*, 1997, p. 179).

¹¹ Diz Bourdieu (*A profissão*, 2000, p. 101): “Colocando-se no centro epistemológico das oscilações, características de todo pensamento científico, entre o poder de retificação próprio da experiência e o poder de ruptura e criação peculiar à razão, Bachelard pode definir como racionalismo aplicado e materialismo racional a filosofia que se atualiza na ‘ação polêmica incessante da Razão’.”

“En se plaçant au centre épistémologique des oscillations, caractéristiques de toute pensée scientifique, entre le pouvoir de rectification qui appartient à l’expérience et le pouvoir de rupture et de création qui appartient à la raison, Bachelard peut définir comme rationalisme appliqué et matérialisme rationnel la philosophie qui s’actualise dans ‘l’action polémique incessante de la Raison’.” (*Le métier*, 1983, p. 109).

exclui a necessidade permanente de que seus pressupostos sejam colocados em questão, no *diálogo teoria/medida*.

Desse modo, o *fazer científico* apenas se estabelece através de *rupturas* que permitam destruir sistemas de relações constituídos pelo *sensu comum*; realizar *construções*, que consistem na substituição de *totalidades concretas* por um *conjunto de critérios abstratos*; e, ainda, reconhecer o *imperativo da constatação* que identifica uma *ciência experimental*, nos termos da unidade e hierarquia dos *atos epistemológicos* (Cf. *A profissão*, 2000).

Defender juntamente com Bachelard que *o fato científico é conquistado, construído, constatado*, é recusar, ao mesmo tempo, o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação e o convencionalismo que lhe opõe somente as condições prévias da construção. À força de lembrar o imperativo da constatação, contra toda a tradição especulativa da filosofia social da qual tem de se liberar, a comunidade sociológica tende, atualmente, a esquecer a hierarquia epistemológica dos atos científicos que subordina a constatação à construção e a construção à ruptura: tratando-se de uma ciência experimental, a simples referência à prova experimental não passa de uma tautologia, enquanto não for acompanhada por uma explicitação de pressupostos teóricos que servem de base a uma verdadeira experimentação; ora, tal explicitação permanece em si mesma desprovida de virtude heurística enquanto não for acompanhada da explicitação dos obstáculos epistemológicos que se apresentam, sob uma forma específica, em cada atividade científica. (*A profissão*, 2000, p. 22).¹²

De acordo com tais propósitos, Bourdieu apresenta sua *teoria do conhecimento social*, com base na elucidação de alguns dos principais *obstáculos à prática científica* na sociologia, supostos nos seguintes princípios: *o princípio da não-consciência*, *o avesso do princípio da não-consciência*, *a ilusão da transparência* e *o emprego da linguagem comum*.

O *princípio da não consciência* aponta para o fato de que as determinações do *fazer científico* não são “automaticamente” colocadas no “lugar do pensado”. Na perspectiva de Bourdieu, assumir esse princípio constitui uma condição fundamental para o trabalho de *ruptura* e, portanto, impõe seu *avesso* também como um princípio; ou seja, o segundo pressuposto é a necessidade de que o pesquisador submeta *sua prática aos princípios da teoria do conhecimento sociológico*. E, referindo-se a este princípio como o *avesso do princípio da não-consciência*, ele indica o problema central: a relação do intelectual com a

¹² “Poser avec Bachelard que *le fait scientifique est conquis, construit, constaté*, c’est récuser à la fois l’empirisme qui réduit l’acte scientifique à un constat et le conventionnalisme qui lui oppose seulement le préalable de la construction. A force de rappeler l’impératif du constat, contre toute la tradition spéculative de la philosophie sociale à laquelle elle doit s’arracher, la communauté sociologique tend aujourd’hui à oublier la hiérarchie épistémologique des actes scientifiques qui subordonne le constat à la construction et la construction à la rupture: s’agissant d’une science expérimentale, le simple rappel à la preuve expérimentale n’est que tautologie tant qu’il ne s’accompagne pas d’une explicitation des présupposés théoriques qui fondent une expérimentation véritable, et cette explicitation reste elle-même dépourvue de vertu heuristique tant qu’elle ne s’accompagne pas de l’explicitation des obstacles épistémologiques qui se présentent sous une forme spécifique en chaque pratique scientifique.” (*Le métier*, 1983, p. 24-25).

cultura ou, mais precisamente, a relação do intelectual com a condição de intelectual, afirmando que este deve ser submetido à *polêmica da razão* (Cf. *A profissão*, 2000).

Na reflexão sobre esse segundo princípio, podemos encontrar mais claramente um dos fundamentos que entrelaçam a epistemologia e a sociologia na perspectiva bourdieuniana, pois, ao mesmo tempo em que estamos tratando de um princípio epistemológico que aponta para um dos *obstáculos à construção do conhecimento científico*, este *obstáculo* constitui-se em uma relação eminentemente *social* e, para ser controlado, deve ser tomado como objeto da análise sociológica. Aliás, o que é reafirmado por ele próprio em seu último livro publicado em vida: “E não deixaria de me apoiar em Bachelard e na tradição francesa da epistemologia, no meu esforço para fundar uma epistemologia das ciências sociais numa filosofia construtivista da ciência [...] tal como na minha análise do campo científico.” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 146).¹³

Tomando como suposto a proximidade entre a *experiência ingênua* e a *experiência científica*, o terceiro dos princípios, a *ilusão da transparência*, refere-se à necessidade de estar atento à ilusão de que a percepção seja capaz de conferir a possibilidade do conhecimento científico. E, nesses termos, a ideia de que o mundo *social* pode ser desvelado a “olho nu” é objeto de contestação veemente por Bourdieu, que, tomando Durkheim, reafirma que o sociólogo deve penetrar *no mundo social como em um mundo desconhecido* (Cf. *A profissão*, 2000).

O quarto e último dos princípios, *o emprego da linguagem comum*, reivindica a análise da *lógica da linguagem comum*, por admitir que esta seja responsável por introduzir problemas e sistemas a ela inerentes e não elaborados por critérios notadamente *científicos*. Sobre a atenção imprescindível às armadilhas da linguagem, ele afirma:

Com efeito, não basta denunciar a ilusão da transparência e adotar princípios capazes de romper com os pressupostos da sociologia espontânea para acabar com as construções ilusórias que ela propõe. “Herança de palavras, herança de idéias [sic]”, segundo o título de Brunshvicg, a linguagem corrente que, pelo fato de ser corrente, passa despercebida, contém, em seu vocabulário e sintaxe, toda uma sociologia petrificada do social sempre pronta a ressurgir das palavras comuns ou das expressões mais complexas construídas com palavras comuns que, inevitavelmente, são utilizadas pelo sociólogo. (*A profissão*, 2000, p. 32).¹⁴

¹³ “Et je ne cesserai pas de m’appuyer sur Bachelard et la tradition française d’épistémologie, dans mon effort pour fonder une épistémologie des sciences sociales sur une philosophie constructiviste de la science [...], aussi bien que dans mon analyse du champ scientifique.” (*Science*, 2001, p. 207).

¹⁴ “Il ne suffit pas en effet de dénoncer l’illusion de la transparence et de se donner les principes capables de rompre avec les présupposés de la sociologie spontanée pour en finir avec les constructions illusoires qu’elle propose. ‘Héritage de mots, héritage d’idéas’, selon le titre de Brunshvicg, le langage ordinaire qui, parce qu’ordinaire, passe inaperçu, enferme, dans son vocabulaire et sa syntaxe, toute une philosophie pétrifiée du social toujours prête à resurgir des mots communs ou des expressions complexes construites avec des mots communs que le sociologue utilise inévitablement.” (*Le métier*, 1983, p. 36-37).

Como já antecipado, os princípios da *teoria do conhecimento social* de Pierre Bourdieu remetem ao que ele identifica como *obstáculos epistemológicos* ou *causas de inércia*, uma *noção* também bachelardiana. Tais *obstáculos* são “mecanismos” que carregam o risco da inclusão de *pré-noções* não “compatíveis” com a *polêmica da razão*. Por ser tomada como ferramenta teórica, “responsável” pela identificação e explicitação de *erros* e dos mecanismos que os engendram, a *noção* de *obstáculo epistemológico* torna-se condição para o conhecimento destes e, assim, para a *vigilância epistemológica* necessária à efetivação da *ruptura*.

A *vigilância epistemológica* pode ser definida como a atitude de atenção permanente. Para que se efetive, requer instrumentos e técnicas relativos aos riscos apontados pelos princípios da *teoria do conhecimento social*, acima citados. São três os graus de *vigilância*: a *vigilância simples*, que supõe a própria existência do método, porque admite as contingências imanentes aos “objetos concretos”; a *vigilância da vigilância simples*, que se volta para o rigor na aplicação do método; e a *vigilância de terceiro grau*, identificada por Bourdieu como a da ordem propriamente epistemológica, que se refere ao método, permitindo permanecer colocando seus princípios na “mira”, por assim dizer, da *polêmica da razão científica*, o que rompe, segundo ele, com o caráter absoluto do método (Cf. *A profissão*, 2000).

Melhor dizendo, o *terceiro grau da vigilância* trata da polêmica relativa à *metaciência* que, para Bourdieu, é imprescindível para o conhecimento *científico*. A *metaciência da sociologia* proposta por ele, ou a *teoria do conhecimento do social*, apresenta-se como o *princípio unificador*, pois

[...] como sistema de regras que regem a produção de todos os atos e discursos sociológicos possíveis, e somente destes, é o princípio gerador das diferentes teorias parciais do social (quer se trate, por exemplo, da teoria das trocas matrimoniais ou da teoria da difusão cultural) e, por consequência [sic], o princípio unificador do discurso propriamente sociológico que não deve ser confundido com uma teoria unitária do social. (*A profissão*, 2000, p. 43).¹⁵

Reiteramos que este caráter de *ponto de vista* fundador atribuído à *teoria do conhecimento social* não a retira do foco da *vigilância epistemológica*, pois a *cientificidade* é atributo dos procedimentos que asseguram a retificação continuada. Nesse sentido, reforça Bonnewitz (2003, p. 7): “P. Bourdieu, assim como Durkheim, afirma a possibilidade de um

¹⁵ “La théorie de la connaissance sociologique, comme système des règles qui régissent la production de tous les actes et de tous les discours sociologiques possibles, et de ceux-là seulement, est le principe générateur des différentes théories partielles du social (qu’il s’agisse par exemple de la théorie des échanges matrimoniaux ou de la théorie de la diffusion culturelle) et, par là, le principe unificateur du discours proprement sociologique qu’il faut se garder de confondre avec une théorie unitaire du social [...]” (*Le métier*, 1983, p. 48-49).

conhecimento científico do mundo social que se define menos pela especificidade do seu objeto do que pela especificidade do seu procedimento.”

A exemplo de quando propõe que se faça a *socioanálise* de debates clássicos, como os realizados entre racionalistas e empiristas, Bourdieu reivindica a instituição de um *ponto de vista* mais amplo sobre os *pontos de vista* existentes em um *campo*, considerando que a identidade *científica* de um discurso sociológico apenas pode ser estabelecida por uma *teoria do conhecimento sociológico*. Assim, ele assume o *ponto de vista* do *racionalismo aplicado* como o *ponto de vista* sobre os demais *pontos de vista* relativos aos discursos epistemológicos. Ressaltamos, porém, que seria incoerente afirmar que o *racionalismo aplicado* é um *ponto de vista* absoluto, tanto quanto deixar de admitir que, quando este é colocado como o *ponto de vista* sobre o conjunto de *pontos de vista*, como no caso do pensamento de Bourdieu, ele cumpre a função de um *ponto de vista absoluto*. A discussão, decerto, é muito mais ampla. Entretanto, a questão que interessa aqui enfatizar é que, se o próprio discurso do discurso *científico* é produto de uma *prática* social, e as condições sócio-históricas constituem-se em *obstáculos epistemológicos*, para ser fiel aos princípios da *ação polêmica da razão*, tais condições devem ser submetidas à *vigilância epistemológica*. E ainda, para que essa *vigilância* seja efetivada, Bourdieu requisita a sociologia como instrumento. Ele afirma que a sociologia do conhecimento e da cultura, e a sociologia do ensino das ciências, são instrumentos quase indispensáveis da *vigilância do terceiro grau* (Cf. *A profissão*, 2000).

Esboçada, em seus princípios, a relação entre a sociologia e a epistemologia, trataremos, então, da segunda dimensão anunciada no início desta apresentação: a dimensão sociológica ou os pressupostos da *socioanálise* proposta por Bourdieu para o desvelamento das condições *sócio-históricas* imanentes às *práticas científicas*.

A sociologia de Bourdieu tem suas bases nas *noções* de *campo*, *habitus* e *capital* (Cf. WACQUANT, 2004). Estas são ferramentas teóricas para o desvelamento do mundo *social* e têm como pressuposto que o *real é relacional*. Para ele, as *noções* exercem a função de delimitar as escolhas no trabalho de *construção* do objeto, o que significa o mesmo que *construção* de *sistemas de relações* dotadas de capacidade para elucidar os dados sensíveis.

Resumidamente, a perspectiva relacional defendida por Bourdieu sustenta que o *habitus* é a expressão do corpo socializado, é a incorporação da história das relações vivenciadas em *trajetórias sociais*. E estas são definidas como sinônimo das sucessivas *posições* ocupadas pelos *agentes* nos *espaços sociais*. É nesse sentido que a história incorporada (*habitus*) é produto da história objetivada (*campo*) e, ao mesmo tempo, ambas são produto e também produtoras das *práticas* ou ações dos *agentes*. Considerando que o *habitus*

expressa-se em um conjunto de disposições e categorias de percepção e avaliação e que as *práticas* são o mesmo que *habitus em ação*, o *habitus* apenas se realiza em relação com *espaços sociais* específicos. Mais precisamente, em palavras do próprio Bourdieu,

A relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que freqüentemente [sic] se estabelece entre o “meio” e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica: quando a história que freqüenta [sic] o *habitus* e o *habitat*, as atitudes e a posição, o rei e a sua corte, o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese, é a mesma, então é a história que comunica de certo modo com ela própria, se reflecte [sic] nela própria, se reflecte [sic] ela própria. (*O poder*, 2003, p. 83).¹⁶

Assim, a ideia de *sentido prático* encerra o caráter não consciente das ações, mas, ao mesmo tempo, revela o conhecimento comum a todos os *agentes* que partilham um *habitus*, ou seja, conhecimento incorporado no sentido mesmo de tornado corpo e, de certo modo, automatizado.

Em decorrência da compreensão dos automatismos do *habitus*, Bourdieu sugere a substituição da *noção* de “regras” por *estratégias*, alegando que a ideia de “seguir regras” carrega o risco de que as ações dos *agentes* possam ser identificadas como produto de um cálculo com base em conhecimentos explícitos. Já o termo *estratégia*, para ele, define as ações, mais precisamente, como produto das disposições incorporadas, portanto, como já foi dito, como produto do sentido do *jogo* inscrito nos corpos e de natureza não-consciente.

A *noção* de *capital* também integra a essência da perspectiva relacional de Bourdieu e refere-se às propriedades dos *agentes* que, em um *campo*, são reconhecidas como valores. Nesses termos, cada *campo* define em sua história seu *capital simbólico* específico. Em outras palavras, *capital simbólico* porque assim reconhecido pela lógica específica de um coletivo de *agentes* que partilha semelhantes categorias de percepção e avaliação, partilha um mesmo *habitus* e, por sua vez, reconhece o valor que ele mesmo confere às propriedades. Bourdieu cita como espécies fundamentais de *capital*, o econômico, o *cultural* e o *social*. Mais precisamente, em *Réponses* (1992, p. 94), ele esclarece os nexos entre as diversas espécies de *capital*, ao afirmar que *capital simbólico* é “[...] a forma que uma ou outra destas espécies reveste-se quando é percebida através das categorias de percepção que

¹⁶ “Le rapport au monde social n’est pas la relation de causalité mécanique que l’on établit souvent entre le ‘milieu’ et la conscience mais une sorte de complicité ontologique: lorsque c’est la même histoire qui hante l’habitus et l’habitat, les dispositions et la position, le roi et sa cour, le patron et son entreprise, l’évêque et son diocèse, l’histoire communique en quelque sorte avec elle-même, se réfléchit en elle-même, se réfléchit elle-même.” (*Le mort*, 1980, p. 6).

reconhecem a lógica específica ou, se preferirem, que desconhecem o arbitrário de sua posse e de sua acumulação”.¹⁷

No caso do *campo científico*, por exemplo, a posse de *capital econômico* é importante por favorecer o acesso ao *capital cultural* ou *informacional* específico, ou seja, por favorecer a posse dos recursos *científicos* acumulados e disponíveis sob a forma de teorias. O *capital científico* é apresentado por Bourdieu sob duas formas: o *poder temporal ou político* e o *poder específico ou prestígio social*. O primeiro, relacionado às *posições* ocupadas nas instituições desse *campo*, confere a seus detentores um poder de produção e reprodução da *estrutura*; e o segundo, que se constitui no alto reconhecimento dos pares (Cf. *Para uma sociologia da ciência*, 2004).

Notadamente, então, os *campos* são espaços de *posições* relativas umas às outras e definidas pela posse de *capital*. E assim, a *estrutura* de um *campo* é definida como uma configuração espacial que reúne as diversas *posições*, cada uma detentora de um determinado volume e composição de *capital*, este reconhecido na dependência das categorias de percepção e avaliação inscritas no *habitus* correspondente.

Falar de *campo* impõe a explicitação do que Bourdieu denomina *illusio* ou a *crença fundamental* em um *jogo* (Cf. *As regras*, 1996). Cada *campo* sustenta sua *illusio*, que, ao mesmo tempo em que é condição para seu funcionamento é por ele produzida. A *illusio* ou o “acordo secreto” inerente a um *campo* é o lastro das disputas e, assim, do próprio *jogo*. Em outras palavras, a *illusio*, a *crença fundamental no jogo*, é uma ilusão tornada “concreta” pela história, porque compartilhada coletivamente como verdade. É o *jogo* levado a sério, que somente pode ser *jogado* devido à *crença fundamental*.

Nesses termos, por exemplo, a história da ciência é tomada como a responsável por constituir determinados critérios de *racionalidade científica* e, assim, instituir “regras” que definem o *jogo* que se *joga*; e a obediência a essas “regras” é condição para a continuidade do *jogo científico*. Portanto, compreender o *fazer científico* supõe admiti-lo como uma *prática* histórica e *social*, inscrita em um *campo de produção cultural* como outro qualquer; portanto *campo* de uma *prática social*, porém, ao mesmo tempo, distinto, pelas formas específicas que se revestiu e se constituiu historicamente.

Essa perspectiva remete ao reconhecimento de que a *coincidência necessária* entre a *prática* e a *illusio* científicas não se constitui em uma coincidência no sentido da casualidade,

¹⁷ “[...] la forme que l’une ou l’autre de ces espèces revêt quand elle est perçue à travers des catégories de perception qui en reconnaissent la logique spécifique ou, si vous préférez, qui méconnaissent l’arbitraire de sa possession e de son accumulation [...]”

porque construída pela história do *habitus* e do *campo científico*. Da mesma forma que a *prática é habitus* em ação, o *campo* supõe uma *illusio* “ativa”. O que significa que o *fazer científico*, a *prática* desse *campo*, coincide com sua *illusio*, já que esta *illusio*, que instituiu a *prática*, passa a ser também reproduzida pela *prática*, como em um ciclo contínuo. Ou ainda, o *fazer científico* coincide com a *illusio* do *campo científico*, porque ambas são produto da história incorporada e institucionalizada. No entanto esta *coincidência* é negada e reconhecida por todos os *agentes*, porque, se assim não fosse, o *jogo científico* não existiria. A *crença fundamental*, a *illusio* científica, é ilusória porque sempre aposta, mas por ser aposta pode realizar-se na história, como já mencionado. A *crença* coletiva no poder da ciência constrói a ciência, instituindo *socialmente* sua existência e poder. A realização histórica da *aposta*, do próprio *jogo*, cria a legitimação, o que permite operar a relativização da própria relativização histórica.

Nesse sentido, as *verdades construídas* pela ciência, segundo Bourdieu, devem ser reconhecidas em seu caráter potencialmente provisório e, ao mesmo tempo, potencialmente absoluto, porque assim instituído pela *illusio científica*, da qual participa o próprio Bourdieu. A *noção* de *dupla verdade*, ou a referência que admite a possibilidade de conciliar o aparentemente inconciliável, contribui para esclarecer os termos com os quais Bourdieu conclui que é preciso não opor (por exemplo), no caso da ciência, de um lado, o que a própria ciência assume como verdade, a saber: “[...] objetividade, originalidade e utilidade – e as normas que ela professa – universalismo, comunismo intelectual, desinteresse e ceticismo [...]” (*Razões*, 1996, p. 84-85);¹⁸ e, de outro, todas as propriedades de um *jogo social* com suas *estruturas* e lutas. E acrescenta,

Lembrar a dimensão social das estratégias científicas não é reduzir as demonstrações científicas a simples exibicionismos retóricos; invocar o papel do capital simbólico como arma e alvo de lutas científicas não é transformar a busca do ganho simbólico na finalidade ou na razão de ser únicas das condutas científicas [...] (*Razões*, 1996, p. 86).¹⁹

Também mobilizando a concepção de *duplas verdades*, Bourdieu apresenta outra das características peculiares ao *jogo científico*, ou o fato dele ser *jogado* em um *campo* identificado por ele como um dos universos em que existe a “negação” do interesse econômico, o que

¹⁸ “[...] objectivité, originalité et utilité, et les normes qu’elle professe, universalisme, communisme intellectuel, désintéressement et scepticisme [...]” (*Raisons*, 1994, p. 93).

¹⁹ “Rappeler la dimension sociale des stratégies scientifiques, ce n’est pas réduire les démonstrations scientifiques à de simples exhibitions rhétoriques; invoquer le rôle du capital symbolique comme arme et enjeu des luttes scientifiques, ce n’est pas faire de la poursuite du profit symbolique la fin ou la raison d’être exclusives des conduites scientifiques [...]” (*Raisons*, 1994, p. 94).

elucida uma das bases de compreensão desse mundo constituído em um *mercado* específico. A ambiguidade das *práticas* é constitutiva e constituidora desses *mercados* e, neste sentido, são *mercados* que instituíram uma *dupla verdade*.

A *noção* de *dupla verdade* permite refletir, aqui, em relação aos *campos de produção cultural*, e, dentre eles, o *campo científico*, sobre uma aparente contradição introduzida pelas análises sociológicas desses universos: “[...] falar do preço de coisas sem preço [...]” (*Razões*, 1996, p. 169). O que fundamenta a análise desta aparente contradição é a *noção* de *dupla verdade*, porque permite o reconhecimento de que, na *economia das trocas simbólicas*, há uma produção coletiva de *crenças* que são incorporadas em um processo de socialização comum. E esta é condição imprescindível às ações, o que suprime, por assim dizer, a necessidade da consciência das trocas ao tempo que as supõe, considerando que a história incorporada, o *habitus*, torna os *agentes* capazes de *jogar* de acordo com as *estratégias* condicionadas pelo *jogo*, ainda que sem a intenção de fazê-lo. Portanto, a produção e reprodução da *crença* coletiva na “racionalidade científica”, como também produto e produtora do *campo científico*, instituiu a possibilidade do desvelamento de um dos traços essenciais a sua *illusio*, ou seja, não admitir o *preço das coisas* ou, em outras palavras, não explicitar que o *desinteresse é interessado* (Cf. *Os usos*, 2004).

A *lógica escolástica* é uma das características também essenciais à apresentação do *campo científico*, tendo em vista que a análise dos “princípios” *escolásticos* torna-se condição para a compreensão das especificidades desse *campo* e de sua *illusio* (Cf. *Meditações*, 2001; *As regras*, 1996). Os *campos escolásticos* (seja o religioso, artístico, jurídico ou científico), ao serem instituídos como *campos de produção simbólica* e, assim, diferenciados do universo econômico, passaram a possuir “regras” e princípios próprios.

Reproduzindo a lógica das instituições escolares, os *campos escolásticos* estabelecem suas *práticas* sob a forma de *jogos sérios* e *exercícios gratuitos* (Cf. *Meditações*, 2001). Nesses universos em que se vive “[...] as revoluções na ordem das palavras como se fossem revoluções na ordem das coisas” (*Meditações*, 2001, p. 11),²⁰ as estruturas cognitivas, produto e condição de funcionamento, ao tempo que carregam o arbitrário ou a *doxa* em seus princípios, também as incorporam às *práticas* e, como em um ciclo, à compreensão dessas *práticas* ou à “*teoria prática*”, termo utilizado por Bourdieu em oposição a *teoria científica*.

E assim, mais uma vez, ressaltamos que, para Bourdieu, a tarefa de colocar “no lugar do pensado” a *doxa* e a *prática* a esta engendrada é destinada à sociologia, ciência capaz de

²⁰ “[...] les révolutions dans l’ordre des mots comme des révolutions radicales dans l’ordre des choses.” (*Méditations*, 1997, p. 10).

realizar, de *dentro da própria escolástica* – respeitando as exigências do *jogo científico* – a *objetivação* que permita submeter a *prática científica* às análises necessárias para que se possa avançar na *ruptura* com a *doxa* e, conseqüentemente, manter sob a *vigilância* possível o risco da *adesão pré-reflexiva à ordem estabelecida*, considerando que

O campo de discussão que a ortodoxia e a heterodoxia desenham, através de suas lutas, se recorta sobre o fundo do campo da *doxa*, conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão [...] (*O campo científico*, 1983, p. 145).²¹

Nessa perspectiva, Bourdieu compreende o *fato científico* como produto de um *campo cultural*, uma *construção* coletiva de *agentes* que supõe tanto os *produtores* como os *consumidores*, em um *jogo* cujos pares conferem o reconhecimento mútuo. É o *espaço* de *posições*, ou de distribuição de *capital*, o “responsável” pela delimitação das possibilidades de reconhecimento. E sobre o caráter peculiar do *jogo científico*, notadamente do *capital científico*, Bourdieu enuncia:

Esse capital de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir, não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo. (*Os usos*, 2004, p. 27).²²

Como consequência dessa concepção de *jogo científico*, ele afirma que, ao impor seus produtos, os cientistas necessitam impor sua definição de ciência, sua delimitação de problemas, metodologias e teorias mais adequadas à legitimação de seu trabalho. Portanto uma de suas conclusões é que a definição de ciência vigente no *campo científico* é produto do *jogo* de forças entre as *posições*, o que reitera a *coincidência* entre um *habitus* e seu *habitat*.

Embora o desvelamento das condições de produção da ciência exponha a própria *prática* imbuída de seu *sentido do jogo*, ao reconhecer os mecanismos desse *jogo*, Bourdieu

²¹ “Le champ de discussion que dessinent, par leurs luttes, l’orthodoxie et l’hétérodoxie se découpe sur le fond du champ de la *doxa*, ensemble des présupposés que les antagonistes admettent comme allant de soi, en deçà de toute discussion, parce qu’ils constituent la condition tacite de la discussion [...]” (*Le champ scientifique*, 1976, p. 100).

²² “Ce capital d’un type tout à fait particulier repose pour une part sur la reconnaissance d’une compétence, qui, outre les effets de connaissance qu’elle produit, et en partie à travers ces effets, procure l’autorité et contribue à définir non seulement les règles du jeu, mais encore les régularités du jeu, les lois selon lesquelles vont par exemple se distribuer les profits dans ce jeu, les lois qui font qu’il est important ou non d’écrire sur tel sujet, que c’est brillant ou dépassé, qu’il est plus payant de publier dans *l’American Journal of so and so* que dans la *Revue Française de ceci-cela*.” (*Les usages*, 1997, p. 20-21).

reconhece também que as condições específicas do *campo científico* produzem as condições de produção do *fato científico*. Para ele, isto não permite tomar as *construções científicas* como *ficções*, pois isso significaria reduzir a lógica das *trocas simbólicas* a interesses pertinentes à lógica do *campo econômico*.

O *olhar científico* é possível pela constituição de condições *sociais* específicas, que permitem a existência do *ponto de vista escolástico*, uma visão afastada das urgências do mundo. Este afastamento, entretanto, que é a própria condição de sua existência, apresenta-se como um risco, porque, pela implicação no *jogo escolástico* e pela política específica dos *mercados de bens simbólicos*, o investigador tem uma vulnerabilidade maior, uma tendência a ignorar tal condição.

Para retomar a articulação entre as diversas dimensões suscitadas em termos sociológicos e epistemológicos, é preciso retornar à afirmação de que o verdadeiro “sujeito” da produção do *conhecimento científico* é o *campo científico*. Esse *ponto de vista* sustenta-se na compreensão de que o *campo*, como espaço de relações, constitui a condição de existência do produto, seja ele a arte, a obra literária ou a ciência.

Nesse sentido, mais uma vez a sociologia é apresentada como *meio científico* que, ao ser instrumento para a análise do *campo científico* é, portanto, instrumento de *objetivação do sujeito da objetivação*. E esta *construção* inscreve-se na *vigilância epistemológica do terceiro grau* ou na *vigilância* relativa ao método, ao discurso do discurso, à reflexão epistemológica, porque conhecer os determinismos *sociais* é condição para dominá-los. Para Bourdieu, o *fazer verdadeiramente científico*, devido às condições *sociais* que permitem a sua existência, oferece os meios para garantir esse domínio.

Decorre do referido reconhecimento a concepção de que as disputas características do *campo científico* e, portanto, travadas com as armas deste *campo*, com o *capital simbólico* específico, são conflitos inscritos indissociavelmente na ordem *social* e na ordem da *racionalidade científica*. O *campo científico*, condição *social* objetiva, é constituído de todas as implicações e pressupostos que incluem as lógicas do *sentido prático*, da *escolástica* e do *mercado de trocas simbólicas*, fundado em uma *illusio* própria, por sua vez, fundadora de um *nomos* ou esquemas de classificação específicos. E o progresso da razão está submetido a tais condições *sociais*, ao tempo que também as submete. Isto porque, na medida em que se torna condição *social* dele mesmo, as institui.

A mentira coletiva sobre a verdade da troca, de acordo com Bourdieu, é produto do esquecimento ou recalque das condições *sociais* e própria dos *mercados de trocas simbólicas*. Apenas a *objetivação*, sustentada por teorias sociológicas, pode desvendar a *illusio*, que é uma

condição eminentemente *social*. A possibilidade da *objetivação* da *crença científica* é condição para o desvendamento da produção do *campo científico*, das ciências, seus objetos, teorias, métodos etc. Nos termos do que a própria *racionalidade científica* supõe, o processo de *objetivação* reforça e não destrói a ciência. E, mais especificamente,

A sociologia que coloca às outras ciências a questão dos seus fundamentos sociais não pode eximir-se a também ser questionada. Dirigindo um olhar irônico sobre o mundo social, que revela, desmascara, descobre o escondido, a sociologia não pode eximir-se a dirigir este olhar sobre si mesma, não com a intenção de destruir a sociologia, mas, ao contrário, de a servir; de se servir da sociologia para fazer uma melhor sociologia. (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 15).²³

Considerando as *teorias da prática* e dos *campos de produção cultural* como condição e referências para o rigor *científico* nas análises das *práticas científicas*, o *fazer científico* deve ser submetido a alterações significativas. Ao suscitar as *noções de campo e habitus*, a sociologia da ciência, além de estar diretamente vinculada à *ruptura epistemológica*, inscreve-se mais profundamente na *polêmica da razão*, pois, nas palavras de Bourdieu: “Falar mais de estratégias do que de regras, é construir o objeto de outro modo, logo, interrogar os informantes de outros modos e analisar de outro modo suas práticas.” (*Razões*, 1996, p. 210).²⁴

Acreditamos que esta síntese do pensamento de Bourdieu, além de ser a explicitação da abordagem que está presente nas diversas escolhas e recusas efetivadas neste exercício, contribui para elucidar as próprias motivações para sua realização, tendo em vista que a sistematização realizada revela a importância por ele atribuída à busca de instrumentos que permitam ao *fazer científico* o controle possível das *pré-construções*. No trecho a seguir, o sociólogo francês reitera que as reflexões wittgensteinianas constituem um dos instrumentos privilegiados para implementação desse esforço, ao afirmar:

O estudo do emprego lógico de uma palavra, escreve Wittgenstein, permite-nos escapar à influência de certas expressões típicas [...] Essas análises procuram desviar-nos das opiniões preconcebidas que nos impelem a acreditar que os fatos devem estar de acordo com determinadas imagens que florescem em nossa linguagem. Por não submetermos a linguagem comum, principal instrumento da “construção do mundo dos objetos”, a uma crítica metódica, expondo-nos a

²³ “La sociologie qui pose aux autres sciences la question de leurs fondements sociaux ne peut s’exempter de cette mise en question. Portant sur le monde social un regard ironique, qui dévoile, qui démasque, qui met au jour le caché, elle ne peut se dispenser de jeter ce regard sur elle-même. Dans une intention qui n’est pas de détruire la sociologie, mais au contraire de la servir, de se servir de la sociologie de la sociologie pour faire une meilleure sociologie.” (*Science*, 2001, p. 16).

²⁴ “Parler de stratégies plutôt que de règles, c’est construire autrement l’objet, donc interroger autrement les informateurs et analyser autrement leurs pratiques.” (*Raisons*, 1994, p. 220).

considerar como dados determinados objetos pré-construídos na e pela linguagem comum. (*A profissão*, 2000, p. 32-33).²⁵

Portanto, de certo modo, admitindo a *inclinação* para seguir na direção indicada por Bourdieu, no próximo capítulo, serão explicitados os pressupostos wittgensteinianos tomados para tecer as observações sobre a linguagem característica deste sociólogo. Ou, mais precisamente, de acordo com o filósofo austríaco, serão apresentadas as reflexões que constituíram a possibilidade de falar sobre o *modo de representação* de Pierre Bourdieu ou, ainda, algumas das *regras* previstas na *gramática de jogos de linguagem*.

²⁵ “L’étude de l’emploi logique d’un mot, écrit Wittgenstein, nous permet d’échapper à l’influence de certaines expressions types [...] Ces analyses cherchent à nous détourner de ces partis pris qui nous poussent à croire que les faits doivent être conformes à certaines images qui fleurissent notre langage.’ [...] Faute de soumettre le langage commun, instrument premier de la ‘construction du monde des objets’ [...] à une critique méthodique, on s’expose à prendre pour données des objets pré-construits dans et par le langage commun.” (*Le métier*, 1983, p. 37).

2 RAZÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN

O objetivo deste capítulo é apresentar *fundamentos* ou *regras* da *gramática* de *jogos de linguagem*, já indicando algumas das possibilidades de *usos* do pensamento wittgensteiniano para refletir sobre a *gramática* do *social* instituída nos discursos de Bourdieu. Portanto, buscamos aqui sistematizar referências que permitam, tanto a explicitação das razões do filósofo austríaco como as ferramentas disponíveis em sua *linguagem* para observar as peculiaridades relativas aos *usos* das palavras que conformam as *bases inamovíveis* das práticas linguísticas do sociólogo francês.

Em outras palavras, temos como propósito expor a *gramática* de *jogos de linguagem*, no limite do que consideramos suficiente para suportar a finalidade deste exercício, ou seja, esta *linguagem* deve servir para esboçar a possibilidade do uso da *gramática* wittgensteiniana no desvelamento de *aspectos gramaticais* da *linguagem* instituída por Bourdieu em alguns de seus discursos sociológicos. Portanto, a elaboração deve ser capaz de *fundamentar* a possibilidade de tratar os escritos bourdieunianos como *jogos de linguagem* ou como um sistema que abriga formas próprias de organização ou emprego de palavras, no sentido de favorecer maior visibilidade aos *sentidos* construídos pelo sociólogo, constituindo-se, assim, em lastro para os capítulos dedicados à *descrição* de sua *linguagem*.

Destarte, inicialmente, retomando em linhas gerais as razões de Wittgenstein, lembramos que a importância atribuída aos *usos* das palavras *fundamenta-se* na afirmação da *autonomia da linguagem* na constituição do *sentido*. Mais especificamente, a possibilidade de *compreensão* do *funcionamento da linguagem* reside no desvelamento das funções que as palavras exercem. Perspectiva esta que, ao assumir o caráter histórico e cultural das práticas linguísticas, informado pela noção de *formas de vida*, destitui toda pretensão de estabelecimento de uma *linguagem* única e absoluta, ao tempo que institui o reconhecimento da *linguagem* estabelecida, ou melhor, das múltiplas *linguagens* presentes nas práticas humanas. Tal ruptura foi apontada na introdução deste trabalho, sinteticamente, como a substituição do ponto de vista *transcendental* pelo *gramatical*.

Para traduzir essa nova *imagem* impressa no sentido da palavra *linguagem*, Wittgenstein introduz o *conceito jogos de linguagem*. Este, para além de apontar a diversidade de atividades com a *linguagem*, chama, fundamentalmente, a atenção para o fato de a “[...] linguagem ser uma atividade guiada por regras” (GLOCK, 1998, p. 225), estas, por sua vez,

determinadas pelos próprios *usos* das palavras. O *objeto jogos de linguagem*, então, caracteriza-se como práticas linguísticas estabelecidas por *formas de vida*, que instituíram limites e possibilidades para o *uso* de palavras tendo em vista os próprios *usos* ou realizações históricas da *linguagem* que, por sua vez, são condicionados por necessidades relativas às suas respectivas finalidades. Estas são definidas como *critério* que determina os limites relativos às condições necessárias à significação, como sutilmente apontado na seguinte afirmação: “Se a palavra ‘número’ na definição ostensiva de dois é ou não necessária depende do facto [sic] de se sem ela a pessoa interpreta a definição ostensiva de uma maneira diferente da que eu quero.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 29, p. 195).

Vale ressaltar que, no *jogo de linguagem* wittgensteiniano o emprego da expressão *jogos de linguagem* assemelha-se, por vezes, a *jogos*, mas também a *proposição, linguagem, pensamento, ler e dor*. E, ainda, o *uso* do *conceito linguagem* desliza para *semelhanças* relativas à analogia com uma *velha cidade*, quando Wittgenstein deseja destacar a inter-relação das práticas linguísticas (Cf. GLOCK, 1998). Portanto, como boa parte dos *conceitos* e *objetos*, *jogos de linguagem* comporta vagueza e precisão, de acordo com a finalidade de seus *usos* na *gramática* instituída pelo filósofo austríaco.

Resumidamente, a *linguagem* é uma atividade regida por *regras*, e a *gramática* é o conjunto das *regras* de uma *linguagem*. Por sua vez, as *regras* são determinadas pelos *usos* das palavras ou as normas relativas aos *usos* conformam a *gramática* de uma *linguagem*. O que também explicita um outro suposto: o significado de palavras, e mesmo de proposições, apenas pode ser concebido no interior de um sistema que determina limites e possibilidades de seus *usos* com base na finalidade a que se propõe.

Portanto a importância atribuída à observação dos *usos* das palavras nos discursos de Bourdieu decorre, por sua vez, da adoção dos pressupostos acima esboçados, que informam ser este o caminho para encontrar os limites e as possibilidades de sua *linguagem* ou a normatividade por ele instituída. Assim, torna-se condição falar sobre para que serve¹ a *linguagem* ou qual a *finalidade do funcionamento das palavras* em seus discursos.

Muito precária e provisoriamente, parece ser possível afirmar que a escrita de Bourdieu “[...] pode ser concebida como uma linguagem para descrever imagens [...]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 4, p. 174) do *social*, no âmbito das ciências sociais. Para discorrer sobre as possibilidades de *descrição* da escrita de Bourdieu como *descrição de*

¹ Tal questão surge das reflexões de Wittgenstein relativas à descrição da *linguagem* elaborada por Santo Agostinho. “Pensemos numa linguagem para a qual seja válida a descrição dada por Santo Agostinho: esta linguagem tem que servir para a comunicação entre um pedreiro A e um servente B [...] Concebe isto como uma linguagem primitiva completa.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 2, p. 173).

imagens do social, buscando explicitar “passo a passo” as condições da reflexão aqui pretendida, serão mobilizadas, notadamente, algumas das elaborações de Wittgenstein presentes em *Investigações Filosóficas* (2002) e *Da Certeza* (2000).

Vejamos, então, mais detidamente, exemplos de *jogos de linguagem* e seus exercícios de esclarecimento, pois estes revelam elementos *essenciais* para *fundamentar* a importância de estarmos atentos aos *usos* das palavras e, com maior centralidade, para a compreensão da convicção de que o *sentido* constitui-se nos usos das palavras.

Wittgenstein (2002, § 1, p. 172-173), dentre outras observações, apresenta a ideia que os *usos* das palavras supõem algumas condições, ao descrever o seguinte *jogo de linguagem*:

[...] eu mando uma pessoa às compras. Dou-lhe uma folha de papel na qual se encontra escrito o seguinte: “cinco maçãs vermelhas”. Entregue a folha ao empregado este abre a gaveta sobre a qual se lê “maçãs”; a seguir procura a palavra “vermelhas” numa tabela e encontra-a diante de uma amostra desta cor; a seguir diz a série dos números inteiros – suponho que ele a sabe de cor – até ao número “cinco” e, à medida que diz cada um dos números, tira uma maçã da gaveta que tenha a cor da amostra.

No caso, a condição para que o empregado tenha participado deste *jogo de linguagem*, coerentemente, expressou-se em seu saber *onde* e *como* procurar a palavra “vermelhas”, assim como, *o que fazer* com a palavra “cinco”, conhecimentos estes que ultrapassam as informações, por assim dizer, contidas na anotação recebida ou *cinco maçãs vermelhas*.

Em seguida, Wittgenstein aponta para as *atividades atreladas à linguagem* e para o caráter não evidente das *regras* que “orientam” os *usos* das palavras. Sobre a *linguagem* que denomina de “linguagem ‘2’” e, depois, sobre uma extensão possível desta mesma *linguagem*, ele enuncia, chamando a atenção, inicialmente, para a finalidade deste *jogo*:

[...] esta linguagem tem que servir para a comunicação entre um pedreiro A e um servente B. A utiliza pedras na construção em que trabalha; há blocos, lajes, vigas e colunas. B tem a função de lhe alcançar as pedras pela ordem em que A precisa delas. Para este efeito recorrem ao uso de uma linguagem que consiste nas palavras “bloco”, “coluna”, “laje”, “viga”. A exige-as em voz alta; – B traz a pedra que aprendeu a trazer ao ouvir um certo som. (WITTGENSTEIN, 2002, § 2, p. 173). Além das quatro palavras “bloco”, “coluna”, etc., dispõe-se de uma série de palavras que serão usadas como o empregado (1) usou os numerais (pode ser a série das letras do alfabeto); além disso, ponhamos duas palavras, que podem ser “ali” e “este” (porque isto já sugere grosso modo a sua finalidade) que serão usadas em conexão com o gesto de apontar com a mão; e finalmente um certo número de amostras de cores. A dá uma ordem do género [sic] ‘d-lajes-ali’. (WITTGENSTEIN, 2002, § 8, p. 177-178).²

² Wittgenstein refere-se, neste trecho, ao empregado do exemplo anterior, que recebeu a ordem: “cinco maçãs vermelhas”.

A *linguagem* constituída pela extensão da “linguagem ‘2’” apresenta a conjugação entre *linguagem* e *atividades a ela entrelaçadas*, tendo em vista que a ordem “*d-lajes-ali*” supõe seu enunciado associado à *mostra de uma amostra de cor* e ao *apontar um sítio no local da construção*. Wittgenstein (2002) chama atenção, ainda, para que, neste *jogo de linguagem*, a função de numerais é atribuída às letras. E, ressalta:

Uma maior semelhança com o ensino ostensivo das palavras “bloco”, “coluna” etc., teria o ensino ostensivo daqueles numerais que não servem para contar mas para designar grupos de objectos [sic] que podem ser vistos efectivamente [sic] como um todo. É assim que as crianças aprendem o uso dos cinco ou seis primeiros numerais. (WITTGENSTEIN, 2002, § 9, p. 178).

Este é um exemplo simples de como as *regras* que “orientam” os *usos* das palavras não são evidentes.

Sobre a aprendizagem das *regras* do *jogo de linguagem* acima apresentado, Wittgenstein (2002) refere-se como um *gênero de didática*³ que inclui o *ensino ostensivo das palavras*. Ao se perguntar sobre o ensino de “ali” e “esta”, acrescenta outro elemento: “[...] mas aqui o apontar tem lugar também no *uso* das palavras e não apenas durante a aprendizagem do uso.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 9, p. 179). Com este exemplo, anuncia, então, o eixo central de suas reflexões: “O que é que *designam* as palavras desta linguagem? Como é que se há-de mostrar o que designam, a não ser pelo modo como são usadas?” (WITTGENSTEIN, 2002, § 10, p. 179). Ou seja, o que designam as palavras é definido pelo *uso* das palavras.

Entretanto, como as funções das palavras podem ser muito diferentes (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 11), “Quando dizemos ‘cada palavra da linguagem designa algo’ ainda *de facto* [sic] não dissemos nada, a menos que tenhamos exactamente [sic] elucidado com exactidão [sic] *que* distinção queremos fazer” (WITTGENSTEIN, 2002, § 13, p. 181). Como já mencionado, Wittgenstein (Cf. 2002, § 11) alerta para que a *aparente identidade das palavras quanto à forma* constitui a fonte de confusões porque a aplicação destas não se revela claramente. Como parte das ferramentas da *linguagem*, as palavras podem ter funções diferentes ao serem organizadas em diferentes conexões, pois “[...] o modo como juntamos as

³ Poderíamos perguntar: quais os *gêneros de didáticas* necessários à aprendizagem das *regras* que “orientam” os *usos* das palavras nas *descrições* de Bourdieu. Porém desvelar os *usos* das palavras é a condição para o desvelamento dos *gêneros de didáticas* presentes em sua aprendizagem. E, ainda, desde já, é importante destacar que, embora seja possível, por assim dizer, tocar nessa dimensão, o foco desta reflexão não se voltará para tal objetivo.

palavras em espécies depende da finalidade da classificação – e da nossa inclinação” (WITTGENSTEIN, 2002, § 17, p. 182).

À finalidade de determinado *jogo de linguagem* está relacionada a necessidade de estabelecer a distinção ou clareza do *uso* “[...] em contraste com frases que contêm as palavras da nossa ordem com outras conexões” (WITTGENSTEIN, 2002, § 20, p. 185). A condição de contrastar com outras frases é posta pelas possibilidades contidas na própria *linguagem*, ou seja, porque há a possibilidade de estar “[...] em comparação com um certo paradigma da nossa gramática” (WITTGENSTEIN, 2002, § 20, p. 186) e não introduzida por uma operação intencional de controle na elaboração de frases. Pois,

Há um número *incontável* de espécies: incontáveis espécies diferentes da aplicação daquilo a que chamamos “símbolos”, “palavras”, “proposições”. E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos. (WITTGENSTEIN, 2002, § 23, p. 189).

Diante da multiplicidade de ferramentas e modos de aplicação, o desvelamento destes depende do desvelamento das funções que as palavras ou frases desempenham na práxis da *linguagem* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002).

Sobre definição ostensiva, seus *usos* e limites, Wittgenstein (2002, §15, p. 182) considera que “[...] designar uma coisa é pendurar-lhe uma etiqueta [...]”, e acrescenta: a “[...] definição ostensiva pode em *qualquer caso* ser interpretada de muitas maneiras” (WITTGENSTEIN, 2002, § 28, p. 194). Em múltiplos casos, a definição ostensiva está hipotecada à condição de esclarecer antecipadamente os termos que a definem ou de situar o âmbito de sua aplicação, recurso por vezes eficiente para evitar equívocos. Desse modo, “Poder-se-ia dizer: a definição ostensiva explica o uso – o sentido – da palavra quando já se torna claro que papel a palavra tem de desempenhar na linguagem” (WITTGENSTEIN, 2002, § 30, p. 195).

Não obstante, o reconhecimento da necessidade, em múltiplos casos, de tal recurso, ou seja, do esclarecimento dos termos de uma definição ostensiva, não determina, na perspectiva dos *jogos de linguagem*, a não existência de explicação última, pois esta aparece como pressuposto dos próprios *jogos de linguagem*. Destarte, a necessidade de definir ou compreender outros termos, para que os termos incluídos na definição primeira, por assim dizer, sejam esclarecidos, depende destes termos serem, de fato, condição para a compreensão do que se quer dizer. Como foi dito, o limite para o esclarecimento é a clareza quanto ao papel desempenhado pela palavra na *linguagem*, em consonância com a finalidade desta.

De acordo com Wittgenstein, a recusa aos *dogmatismos dos fundamentos* (Cf. MORENO, 2000) não destrói as possibilidades de traçar limites para a *linguagem*, o que a destinaria ao relativismo empírico, até porque tal destino, afirma Moreno (2000), seria, como oposto à metafísica, também um dogmatismo. Nessa perspectiva, os limites podem ser encontrados nos traçados construídos nos *jogos de linguagem*, em suas finalidades e, desse modo, a precisão conceitual é dependente dos *usos*, ou melhor, “A exatidão conceitual é, assim, um atributo do uso” (MORENO, 2000, p. 64). Acrescentamos ainda que sobre a tarefa de esclarecer deve-se estar atento à “[...] variedade de questões que se prendem com a palavra ‘saber’ ou ‘ser claro’” (WITTGENSTEIN, 2002, § 30, p. 195).

Registrada a ressalva e dando prosseguimento ao suposto de que “É preciso já saber (ou dominar) um mínimo para poder perguntar pelo nome de uma coisa [...]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 30, p. 195), o filósofo pergunta o que se faz necessário saber para a compreensão de uma *definição ostensiva*, e responde que “[...] com sentido, só pergunta pelo nome de uma coisa quem já sabe o que vai fazer com ela” (WITTGENSTEIN, 2002, § 31, p. 197). E *saber o que fazer* com uma coisa supõe o domínio do *jogo*, mesmo que não se saiba enunciar suas *regras* ou que não se conheçam suas “peças”, já que a relação entre um nome e uma coisa depende das circunstâncias, pois “Só numa linguagem posso querer dizer qualquer coisa com qualquer coisa” (WITTGENSTEIN, 2002, nota do § 38, p. 203).

No caso, poderíamos admitir as ciências sociais como a circunstância ou *forma de vida*, como anunciado na introdução deste trabalho, envolvida por uma *linguagem* na qual estão inseridos os discursos de Bourdieu, ou seja, o *jogo de linguagem* que abriga, por assim dizer, as condições da clareza do dizer científico sobre o *social*.

Wittgenstein (2002, § 40, p. 205) ainda ressalta: “É importante verificar que a palavra ‘denotação’ é usada ilegítimamente, quando com ela se designa a coisa que ‘corresponde’ à palavra. Isto é confundir a denotação de um nome com o *portador* do nome.” E, assim, tomando como referência o aforismo 40 de *Investigações* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002), que afirma que, com a morte de uma pessoa, seu nome não morre, mas sim o *portador* do seu nome, seria possível dizer: se um sociólogo discorda de Bourdieu e nega que existam *campos sociais*, não se diz que o termo *campos sociais* deixou de existir, pois senão a frase “Os *campos sociais* não existem” não teria *sentido*. E tem *sentido*, porque há eficácia na comunicação ao *usá-lo*.

Considerando o debate nas ciências sociais como um *jogo de linguagem*, talvez seja possível dizer que uma de suas características ou *vivência característica* seja – além da criação de novos nomes e, mais especificamente, de novos *conceitos* – *usar* um repertório de

nomes alterando de várias formas os *usos*, quer dizer, os *sentidos*. E também incluir novos nomes *usados* de formas antigas ou com antigos *sentidos*. Assim, os discursos nas ciências sociais, tradicionalmente demarcados pela autoria, engendram diferentes *usos* que exigem análises específicas. Cada um constitui um sistema, com finalidades comuns, de algum modo, porque reconhecidos como pertencentes às ciências sociais, no entanto também peculiares, porque desenhados por arranjos linguísticos particulares ou por distintos modos de organizar os *usos* das palavras. Partindo aqui da mesma reflexão sobre a unidade e diversidade concomitantes, e obviamente realçando as referidas diferenças apenas pelo ângulo privilegiado nesta elaboração ou os *usos* das palavras em discursos *científicos*.

Parece ser possível também mobilizar a noção de *semelhança de família* para elucidar tanto a relação entre os *usos* de palavras da *linguagem* comum em discursos das ciências sociais, como o *uso* comum de algumas noções por autores com perspectivas teóricas distintas e, mesmo, os *usos* de uma mesma palavra com *sentidos* ou funções diferentes, no interior dos discursos de Bourdieu. De acordo com Glock (1998, p. 324), a noção de *semelhança de família* “[...] é crucial para o ataque de Wittgenstein ao essencialismo, a visão de que é necessário haver algo comum a todas as instâncias de um conceito, que explique por que elas caem sob esse conceito [...]”. Ele também acrescenta que, nesse sentido, a noção de *semelhança de família* contrapõe-se à concepção de *definição analítica*, porque esta considera inadequadas as explicações que tomam como referência exemplos. Glock (1998) ainda destaca que o termo *semelhança de família*, para Wittgenstein, inclui tanto conceitos explicados de variadas maneiras, como *conceitos* cujos diversos *usos* conformam seu significado. E, não aceitando a crítica que afirma ser uma definição determinada por *semelhança de família* incoerente, esclarece que um termo só comporta ambiguidade caso possa, em um mesmo contexto, ser aplicado tanto em um enunciado falso como em um verdadeiro.

Importante destacar que Wittgenstein não defende que a determinação de *conceitos* por *semelhança de família* seja a única possibilidade, admitindo assim, segundo Glock (1998, p. 327) que “[...] há definições analíticas para alguns termos científicos [...] e legais”.

Desse ponto de vista, a propósito de um exercício reflexivo sobre o *uso* de um *conceito* como *capital* nos discursos de Bourdieu, consideramos possível admitir que seu significado seja refletido com base na noção de *semelhança de família*, na medida em que mobiliza alguns *aspectos* comuns de seu *uso*, tanto na *linguagem* comum como em outros discursos no âmbito das ciências sociais, a exemplo dos escritos de Marx. E também é conformado por diversos *usos* com o mesmo *sentido*, nos textos de Bourdieu, como as aplicações da palavra *compreensão* a definem. Parece, entretanto, ser possível ao mesmo

tempo admitir uma proximidade com o *essencial* de uma *definição analítica*, à medida que a definição de *capital*, nos discursos de Bourdieu, supõe seu *uso* sempre de acordo com determinadas condições necessárias e suficientes e, ainda, em nenhuma das alternativas apresenta-se com ambiguidade, o que apenas poderemos confirmar ou não, mais adiante. Evidentemente, a concepção de *definição analítica* está posta como um dos casos possíveis de *uso* das palavras e, assim, na dependência dos contextos. Considerando que “O paradoxo dissolve-se apenas se cortarmos radicalmente com a ideia de que a linguagem funciona sempre de *uma* maneira, serve sempre a mesma finalidade: transmitir pensamentos, sejam estes pensamentos acerca de casas, de dores, do bem e do mal, etc.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 304, p. 362).

Vale ressaltar que, ao recorrer à noção de *semelhança de família*, não deve haver deslizes para pensar a *linguagem* das ciências sociais como dissociada dos *modos de vida* associados às ciências sociais ou, mais precisamente, nos limites deste trabalho, *os modos de vida associados aos discursos das ciências sociais*.

Nos discursos científicos, a *linguagem* propõe-se a falar do “mundo”. E, nos termos de Wittgenstein, o “mundo” é substituído pela noção de *formas de vida* (Cf. MORENO, 2000). Nesse sentido, vale lembrar:

[...] há múltiplas aplicações que fazemos das palavras e dos enunciados lingüísticos [sic], diferentes usos da linguagem – que nada mais são do que diferentes técnicas que desenvolvemos para manipular seus elementos – e que essa diversidade está complexamente imbricada com vários tipos de outras atividades extralingüísticas [sic], mas que são, inevitavelmente, envolvidas pela linguagem [...] (MORENO, 2000, p. 62).

Assim, *grosso modo*, parece pertinente pensar o que há de comum nos *usos* das palavras pelas ciências sociais como uma *técnica*, no sentido referido e, portanto, associados a várias práticas extralingüísticas, como a coleta de dados, os debates teórico-metodológicos etc., e estas, inevitavelmente, envolvidas pela *linguagem* e, mais especificamente, pela *linguagem* das ciências sociais. Parodiando Wittgenstein (2002, § 199, p. 320): **compreender uma proposição das ciências sociais significa compreender a linguagem das ciências sociais. Compreender a linguagem das ciências sociais significa dominar a técnica das ciências sociais.**

Retomando o exercício reflexivo a propósito da definição do *conceito* de *capital*, poderíamos reescrever as palavras de Moreno (2000, p. 64) desse modo: **A exatidão conceitual de capital nos discursos de Bourdieu é atributo do uso do termo capital** neste âmbito.

Entretanto é necessário lembrar que tal *exatidão* está imersa na vagueza dos *conceitos* que caracteriza a comunicação e o pensamento. “Assim como jogamos tênis, suas regras não prescrevem nem a força de toque nem a altura da bola; entretanto, jogamos tênis assim mesmo, com eficiência e precisão!” (MORENO, 2000, p. 64). Portanto, no caso, a *exatidão no uso do conceito capital* nos discursos de Bourdieu deve ser pensada à luz das necessidades instituídas neste *jogo de linguagem*.

Nesse sentido, também é importante destacar que, ao destituir o caráter universal de seus *objetos*, este sustentado no *jogo de linguagem* construído no *Tractatus*, Wittgenstein (2002) institui que o *simples* e o *complexo* dependem da finalidade dos *jogos de linguagem*, ou do que, em cada caso, se estabelece como o “complexo”. Ou ainda, em outras palavras, depende das possibilidades determinadas, em cada *jogo*, para o *uso correto* da palavra “complexo”, quer dizer, dos respectivos lances possíveis, porque de acordo com as *regras* de uma *linguagem*. Portanto, em relação à pergunta: “‘A imagem visual desta árvore é complexa?’ [...] A resposta correcta [sic] é: ‘Depende do que entenderes por ‘complexo’.’” (WITTGENSTEIN, 2002, § 47, p. 211). Refletindo sobre o *simples* e o *complexo* nos discursos de Bourdieu, parece ser cabível supor que encontraremos os mesmos *nomes*, em alguns destes discursos, *usados* como *simples* e outros como *complexos*, e mesmo ambas as formas, por assim dizer, poderão ser encontradas em um mesmo discurso. De todo modo, este trabalho não se propõe a desvelar o *simples* ou o *complexo* nos discursos de Bourdieu, mas a considerar, com base nas noções de *simples* e *complexo*, algumas espécies possíveis de *complexidades* para refletir sobre os *usos* das palavras.

Tendo como referência tal perspectiva, por exemplo, a reflexão sobre o *simples* e o *complexo* pode remeter à distinção entre a *designação* ou *uso* normativo e a *descrição* ou *uso* de *linguagem* hipotética. *Grosso modo*, alguns *conceitos*, no caso de Bourdieu, parecem reunir as duas condições, ou seja, em certo *sentido campo*, *habitus* e *capital* podem ser reconhecidos como *designações* e em outro *sentido* como *descrições*. Como *designações* são meios de representação (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, §50), funcionando como um *padrão* da *linguagem* de Bourdieu, porque instituem *regras* para falar do *social*. Neste *sentido* não comportam qualquer verificação, constituindo *critérios* ou *normas de sentido*. Entretanto podem constituir também *descrições* hipotéticas, no caso em que Bourdieu as aplica para *descrever* situações, *objetos* (Cf. MORENO, 2002). A relação entre o hipotético e o anhipotético poderá ser melhor compreendida tendo como referência as reflexões sobre *proposições gramaticais* adiante explicitadas. Sobre o *uso* de expressões anhipotéticas, resumidamente, afirma Moreno (2002, p. 17):

O esclarecimento para o aparente enigma da expressão anhipotética do simples é, poderíamos dizer, bastante simples: ao usarmos criterialmente as proposições de nossas linguagens hipotéticas, não estamos levantando hipóteses, mas colocando convenções normativas para o sentido; nada descrevemos, apenas estabelecemos os limites para o sentido do que iremos, a seguir, descrever, ou, ainda, colocamos as convenções iniciais para orientar e dar sentido às descrições. Sem essas convenções não há o que descrever nem, tampouco, como descrever.

Assim, parece pertinente admitir possíveis dificuldades e consequentes confusões *conceituais* enfrentadas por cientistas sociais e, no caso, por Bourdieu, na construção de sua *linguagem anhipotética*, esta tomada como condição para suas *descrições* sociológicas.

Sem a pretensão de antecipar qualquer afirmação sobre os *usos* das palavras por Bourdieu, e sim apenas apontando para prováveis operações do designar em seus discursos, portanto, ainda, não um lance de seu *jogo de linguagem* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 49), parece ser possível, como apontado acima, dizer que noções como *campo*, *habitus* e *capital* poderiam ser pensadas como *padrões* para falar do *social*. E, nesse sentido, é importante destacar que

“Aquilo que é designado pelos nomes da linguagem tem que ser indestrutível, porque se tem que poder descrever o estado em que tudo é destrutível está destruído. E nesta descrição ocorrerão palavras; e o que a elas corresponde não pode pois ser destrutível porque então as palavras não teriam qualquer denotação”. Não devo serrar o ramo sobre o qual estou sentado. (WITTGENSTEIN, 2002, § 55, p. 219).

Inspirados pelas colocações acima, supomos que seja possível considerar o conjunto de *conceitos* ou *designações* de Bourdieu como ferramentas de sua *linguagem*, assim como os *conceitos* de Bachelard, Durkheim e demais autores que são usados por Bourdieu para enunciar suas teorias, pensando essas outras obras com a função semelhante às tabelas, que podem ser consultadas ou mesmo memorizadas. No caso, mais precisamente, funcionando também como *distritos da linguagem* sociológica, fazendo aqui uma alusão à figura dos *subúrbios da linguagem*, utilizada por Wittgenstein (2002) no aforismo 18 de *Investigações Filosóficas*. Conhecimentos, então, que conformam uma das condições essenciais para participar do *jogo de linguagem* sociológico.

O uso da analogia estabelecida acima, entre as obras consultadas por Bourdieu e tabelas, que, por sua vez, aparecem como uma *técnica* utilizada em alguns dos *jogos de linguagem* apresentados por Wittgenstein, lembra a necessidade de um esclarecimento. Partindo do pressuposto que os *jogos de linguagem* são inesgotáveis e, assim, as *regras* e *usos* a eles correspondentes, e que, também, são inúmeras as formas de *descrevê-los*, assim como recorreremos à referida analogia ou utilizamos uma das *imagens* mobilizadas pelo filósofo para

descrever jogos de linguagem, não há, nesse sentido, qualquer *regra fixa*. Portanto, muitos outros recursos podem ser construídos ou mobilizados para *descrever* os *usos* das palavras e suas *regras*, no caso dos discursos de Bourdieu.

Afirma Moreno (2000, p. 65):

A noção de “uso” não é uma fórmula a ser aplicada segundo regras fixas; pelo contrário, é também ela um conceito vago, para indicar os conjuntos de regras presentes dos diferentes jogos de linguagem – regras, aliás, em geral, apenas indicativas, nem sempre prescritivas.

Resumidamente, a *descrição* de *usos* de palavras pode ser apresentada nos seguintes termos:

Trata-se, simplesmente, de descrever sem explicar, levando a sério os detalhes, as nuances e as diferenças; trata-se, também, de descrever *usos possíveis*, de inventá-los e descrevê-los para melhor apreciar os casos inusitados em sua especificidade; para liberar, por assim dizer, nosso olhar do hábito que desenvolvemos com os usos mais familiares. (MORENO, 2000, p. 65).

A intenção, portanto, é cuidadosamente desenvolver um esboço de *descrição gramatical* dos discursos de Bourdieu, sem explicações. E com o objetivo de apreciar suas especificidades, compreendendo que os *usos* provem de *convenções* de *regras* (Cf. MORENO, 2000) presentes em *formas de vida* e “[...] que tais regras não são sempre normativas nem absolutamente exatas – ainda que determinados usos possam fazer delas regras exatas e normativas com vistas a certos objetivos” (MORENO, 2000, p. 66).

Partindo do pressuposto que o objetivo é *descrever* as *convenções* de *regras* sem explicá-las e que estas não são aleatórias, e sim ancoradas em *formas de vida*, nos termos de Bourdieu e parodiando Moreno (2000)⁴, por exemplo, poderíamos afirmar que o significado da palavra *campo* é a explicação que Bourdieu dá para a palavra *campo*. E, nos termos de Wittgenstein (2002, § 58, p. 221), substituindo “X” pela noção de *campo*, utilizada por Bourdieu: *Se se supõe que ‘campo existe’ é suposto dizer o mesmo que ‘campo’ tem sentido, – então não é uma proposição acerca de campo, mas antes uma proposição acerca do [...] uso que Bourdieu faz da linguagem, nomeadamente acerca do uso da palavra ‘campo’.*

Daí poderemos *ver*, até mesmo, que certas regras são aplicadas com função normativa e *a priori*, enquanto outras devem passar pelo crivo dos fatos; mas isso, justamente,

⁴ Vejamos o trecho original: “A resposta mais adequada à questão ‘O que significa tal palavra?’ É a seguinte: tal palavra significa a explicação que dermos de sua significação – e essa explicação corresponde à explicitação do uso que fazemos de tal palavra.” (MORENO, 2000, p. 65).

não pode ser afirmado *a priori*, uma vez que essas aplicações podem variar para uma mesma regra, para um mesmo enunciado. (MORENO, 2000, p. 66).

Considerando que “É interna a ligação entre cada aplicação conceitual e a essência, pois, ambas, imersas em formas de vida, e, ao mesmo tempo, de natureza convencional, porque lingüística [sic] [...]” (MORENO, 2002, p. 21), compreendemos que a *linguagem* sociológica ou a ligação entre as aplicações conceituais da sociologia e a *essência* é expressão das *formas de vida* associadas às ciências sociais, ao tempo que ela mesma constitui *formas de vida*.

Lembramos ainda que, como o objetivo deste trabalho supõe a *descrição* da *linguagem anhipotética* de Bourdieu, estaremos debruçados sobre o *normativo* em seus discursos. Para melhor explicitar o que caracteriza uma *descrição*, tomamos a seguinte afirmação de Silva (2002, p. 28): “[...] a reflexão gramatical incide sobre coisas que, paradoxalmente, perdem sua cor quando passam a ter cores, ou melhor, quando ter cor é estar determinado por padrões para o uso correto de expressões descritivas de nosso campo visual [...].” Assim, considerando a possibilidade de desenvolver uma reflexão *gramatical* sobre um discurso sociológico, imaginamos que seja possível afirmar: *a reflexão gramatical incide sobre coisas que, paradoxalmente, perdem seu caráter sócio-histórico quando passam a ter caráter sócio-histórico, ou melhor, quando ter caráter sócio-histórico é estar determinado por padrões para o uso correto de expressões descritivas da realidade sócio-histórica.*

A analogia entre cores e realidade sócio-histórica parece pertinente, nesse caso, como instrumento para esboçar os contornos de uma reflexão *gramatical* que tem como *objeto* um discurso científico no campo da sociologia, com o propósito de constituir mecanismos de vigilância, por assim dizer, em relação aos riscos de deslizarmos para o terreno de uma fenomenologia, ao tratar de discursos sobre “fenômenos sociais”.

Reiteramos, então, o princípio da *autonomia da gramática* e os desafios para tratá-la, pois os discursos *descritivos* do *social* parecem depender exclusivamente da “realidade social”. No entanto, para esta reflexão restrita, ou mesmo, pontual, desprezamos aqui, toda série complexa de debates sobre as distinções e aproximações possíveis entre natureza e história, contrapondo, apenas, o *dizer sobre a realidade* e a *realidade*, considerando, assim, o que há de comum entre as referidas *descrições*. Quer dizer, assumindo os termos da filosofia de Wittgenstein, pressupomos que ambos os discursos, seja aquele sobre as cores ou aquele sobre o *social*, consistem em *jogos de linguagem descritivos*. “Afinal, nada indica que as cores se excetuem à regra de que os problemas presentes no *Tractatus*, quando retomados pela

obra futura, ‘sont alors replacés dans une autre perspective, qui en modifie quelquefois profondément la forme et l’incidence [...]’” (SILVA, 2002, p. 79-80).⁵

Ainda de acordo com Silva (2002), à luz da perspectiva dos *jogos de linguagem*, as reflexões fenomenológicas supõem a impossibilidade de qualquer fenomenologia, preservando problemas fenomenológicos. Portanto, no campo da reflexão *gramatical*, as questões voltam-se às *possibilidades dos fenômenos* e não precisamente aos fenômenos (Cf. SILVA, 2002; WITTGENSTEIN, 2002, § 90). Nesse sentido, Wittgenstein (2002, § 103, p. 254) aponta algo que aparece como um dos *fundamentos* de sua argumentação sobre a “natureza” da *linguagem*: “A ideia assenta sobre o nariz como um par de óculos e o que vemos, vemos através deles. Não nos ocorre tirá-los.”⁶ E ainda, “Ao objecto [sic] é atribuído um predicado que está no método de representação daquele. Impressionados pela possibilidade de comparar, julgamos ter a percepção de um estado de coisas da mais alta generalidade” (WITTGENSTEIN, 2002, § 104, p. 254-255).

Tal tendência, segundo Moreno (1995), dificulta o reconhecimento de que os *processos empíricos, psicológicos sociológicos e históricos* configuram-se como contextos que desenvolvem convenções de uso de *técnicas*, a exemplo do ensino ostensivo de palavras, definições ostensivas ou associações de objetos a ações, e de que estas, por sua vez, estabelecem *paradigmas* ou *uma regra convencionalizada, não um dado*. Ou melhor, “O paradigma corresponde a uma técnica de uso da linguagem em que são ativadas palavras e objetos previamente organizados através de outras técnicas. Um objeto é escolhido ou construído e, em seguida, apresentado como sendo o modelo para a aplicação de palavras [...]” (MORENO, 1995, p. 18).

Assim, os *objetos empíricos, psicológicos, sociológicos e históricos*, como *regras*, são instrumentos da *linguagem* (Cf. MORENO, 1995). Para encontrar os *aspectos* característicos de um *jogo de linguagem*, devemos estar atentos à identificação dos respectivos usos de *técnicas* e, dentre estas, a própria instituição de *paradigmas*.

Explicitada a preocupação com os riscos implicados nas *descrições gramaticais de descrições* de fenômenos, para que estas não deslizem em direção a uma fenomenologia, voltamos a refletir sobre *regras*, para elucidar mais detalhadamente o caráter não absolutamente exato, embora não aleatório, das mesmas, seguindo a questão: “A que é que

⁵ “[...] ‘são então substituídos em uma outra perspectiva, que algumas vezes modifica profundamente sua forma e incidência [...]’” (SILVA, 2002, p. 79-80). Neste caso, optamos por acrescentar a tradução do trecho em francês, em nota, para não ferir a norma de apresentar o texto citado de forma fiel ao original.

⁶ Essa ideia parece apresentar semelhanças com o que afirma Bourdieu (*Meditações*, 2001, p. 19), quando diz: “É pelo fato de estarmos enredados no mundo que parece haver algo de implícito no que pensamos e dizemos a seu respeito.”

chamo ‘a regra do acordo com a qual ele procede?’” (WITTGENSTEIN, 2002, § 82, p. 241).⁷ Wittgenstein (2002, § 82, p. 241) esboça possibilidades de respostas, inseridas em uma pergunta: “A hipótese que descreve satisfatoriamente o uso que nós observámos [sic] que ele faz das palavras; ou a regra que ele consulta quando usa os símbolos; ou aquela que ele indica quando lhe perguntamos que regra usa?”

Prossegue Wittgenstein (2002), afirmando, como já mencionado, que há situações em que quem joga não sabe enunciar as *regras*. E, por analogia a jogos, ele afirma também que, em alguns casos, as *regras* são instituídas à medida que o jogo vai sendo jogado, e mais, diz o autor de *Investigações Filosóficas*: “Eu disse que o emprego de uma palavra não é completamente limitado por regras.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 84, p. 242). E acrescenta: “Mas qual é o aspecto de um jogo que é completamente limitado por regras, cujas regras não dão lugar a qualquer dúvida, que lhe tapam todos os buracos?” (WITTGENSTEIN, 2002, § 84, p. 242).

Após perguntar, em seguida à indagação acima, se não seria possível conceber *uma regra que regule a aplicação da regra*, Wittgenstein (2002, § 85, p. 242) afirma que “Uma regra é como um sinal postado a meio do caminho.” E conclui afirmando que as *regras, como sinais postados a meio do caminho*, podem deixar ou não dúvidas em aberto. Tal conclusão parece demarcar um dos *fundamentos* inerentes ao próprio *jogo de linguagem* de Wittgenstein em *Investigações filosóficas*, quando ele enuncia: “E isto já não é uma proposição filosófica, mas uma proposição empírica.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 85, p. 243).⁸

Wittgenstein (2002, § 87, p. 245) ainda acrescenta que “O sinal postado a meio do caminho funciona quando, em circunstâncias normais, preenche a sua finalidade”. Portanto não se trata de afastar todas as dúvidas possíveis. Uma explicação é *exata*, na medida em que serve à finalidade de um *jogo de linguagem*. E, “O ideal de exactidão [sic] não é *unívoco*, não sabemos como o devemos conceber, a não ser que tu próprio determines o que é que receberá este nome. Mas, vai-te ser difícil fazer uma determinação destas; uma que te satisfaça” (WITTGENSTEIN, 2002, § 88, p. 247).

Em outros termos, referindo-se ao ideal de exatidão constituído na Lógica para dar conta da “essência” da *linguagem* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 89), o filósofo chama a atenção que “[...] é possível *pensar* aquilo que não é o caso” (WITTGENSTEIN, 2002, § 95, p. 251), já que

⁷ Supomos que, neste trecho, o “do” deve ser substituído por “de”, porém obedecemos a regra da transcrição exata.

⁸ Nesse sentido, ressalta Moreno (1995, p. 11) sobre a filosofia de Wittgenstein, na perspectiva dos *jogos de linguagem*: “[...] é a idéia [sic] de uma atividade filosófica que não consiste na reflexão de dados empíricos – ainda que os tenha como ponto de partida [...]”

Estamos debaixo da ilusão de que o peculiar, o profundo, o essencial da nossa investigação, reside no facto [sic] de ela tentar captar a essência incomparável da linguagem, isto é, a ordem que relaciona entre si os conceitos de proposição, palavra, inferência, verdade, experiência, etc. Esta ordem é uma *Super*-ordem entre, por assim dizer, *super*-conceitos. Enquanto as palavras “linguagem”, “experiência”, “mundo”, se têm uma aplicação, ela tem que ser tão humilde como a das palavras “mesa”, “candeeiro”, “porta”. (WITTGENSTEIN, 2002, § 97, p. 252).

E anuncia: “[...] a ordem perfeita esconde-se também na mais vaga das proposições.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 98, p. 253). Isto significa reiterar que o *sentido* é posto pelo *uso*, inclusive o *sentido* dos ***Super***-conceitos que tratariam da “essência” da *linguagem*, pois “[...] A pureza cristalina da Lógica não se me *revelou na experiência*, era antes uma exigência [...]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 107, p. 255).

Ainda sobre os limites da Lógica, Wittgenstein (2002, § 136, p. 268) afirma: “E o que é uma proposição é, *num* sentido, determinado pelas regras da sua construção (por exemplo, em português) e, num outro sentido, pelo uso do seu símbolo no jogo de linguagem.” E, nesse sentido, não é mais aceitável a ideia de uma forma geral da proposição, mas o que antes assim foi designado pela Lógica, na perspectiva de *jogos de linguagem*, passa a ser um dos casos possíveis, como já esboçado anteriormente.

Referindo-se à *compreensão* de uma palavra, Wittgenstein (2002, § 140, p. 272) afirma: “[...] há também outra coisa à qual eu estou disposto a chamar ‘solução’; à qual eu estou disposto a aplicar esta e aquela imagem, esta e aquela analogia, etc.” Pois, estar *disposto a compreender* esta ou aquela palavra, em casos *normais*, supõe ou admite o caráter prescritivo do *uso* das palavras (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 142). E, “Compreender é em si um estado, *do qual* surge a aplicação correcta [sic]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 146, p. 277). Ou seja, não devemos retirar, por assim dizer, a palavra *compreender* do âmbito que lhe confere *sentido*, seu *uso*, já que “[...] compreender não é um processo mental.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 154, p. 282).

E se as coisas se passassem de uma maneira completamente diferente do que na realidade se passam – se, por exemplo, não houvesse uma expressão característica da dor, do medo, da alegria; se a regra se tornasse em exceção [sic] e a exceção [sic] em regra, ou se ambas aparecessem aproximadamente com a mesma frequência – então o espírito dos nossos jogos de linguagem estaria perdido. (WITTGENSTEIN, 2002, § 142, p. 273-274).

Entretanto, “Quanto mais anormal for o caso, tanto mais duvidoso se torna saber o que é que então se deve dizer” (WITTGENSTEIN, 2002, § 142, p. 273). Considerando que os *usos* das palavras nas ciências comportam certo *grau de anormalidade* ou, talvez, mais

precisamente, que há distinções significativas entre os *usos* das palavras em outras *formas de vida* e nas ciências, em uma mesma direção, podemos admitir que a *linguagem* das ciências sociais é marcada por especificidades, assim como outras peculiaridades marcam os *usos* das palavras nos escritos de Pierre Bourdieu.

Desse ponto de vista, tratar da possibilidade de *compreensão* dos discursos científicos e, no caso, dos discursos das ciências sociais, supõe a *compreensão* das *regras* para os *usos das palavras* em tais discursos ou das *fórmulas* desses discursos ou de seus *processos característicos* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 154). Nesses termos

Poder-se-á agora dizer: “A maneira como a fórmula é intencionada determina quais são as transições a fazer”. Qual é o critério para saber como a fórmula foi intencionada? Um pouco a maneira como a usamos continuamente, como nos foi ensinado a usá-la. (WITTGENSTEIN, 2002, § 190, p. 313).

E não como quando a filosofia, por exemplo, constrói *conclusões extravagantes* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 194), pois “[...] a proposição só parece estranha se se imaginar para ela um jogo de linguagem diferente daquele em que de facto [sic] a aplicamos” (WITTGENSTEIN, 2002, § 195, p. 318).

Não obstante, no ato de captar o *sentido* não está o *desenvolvimento futuro de uma maneira qualquer* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 197), considerando que, como já apontado anteriormente: “[...] uma regra não pode determinar uma forma de acção [sic], por qualquer forma de acção [sic] ser conciliável com a regra.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 201, p. 321). Ou seja, “[...] existe uma concepção de uma regra que *não* é uma *interpretação*; é antes aquilo que, na sua aplicação em cada caso, se exterioriza no que chamamos ‘seguir a regra’ e ‘ferir a regra’.” (WITTGENSTEIN, 2002, § 201, p. 321). Para a *compreensão* do *sentido* da expressão *seguir regras* devemos considerar o mesmo critério aplicado para qualquer outra expressão, quer dizer, temos que observar os *usos* da expressão *seguir regras*.

Portanto, *seguir regras* é uma práxis (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 202), não se sustenta em suposições, mas em suas aplicações. E, ainda, sobre as *razões* para explicar ou explicitar uma *regra*, diz Wittgenstein (2002, § 211, p. 326): “[...] acabam-se depressa. E então terei que agir sem elas.”

Em uma mesma direção, perguntamos: com que palavras as palavras de Bourdieu são aparentadas ou entrelaçadas com as respectivas aplicações? (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 224 e § 225). Desvelar o *sentido* das palavras nos discursos das ciências sociais e, no caso, nos discursos de Pierre Bourdieu, é trazer à tona suas aplicações, pois

“Verdadeiro e falso é o que os homens *dizem*; e é na *linguagem* que as pessoas concordam. Não se trata de uma concordância de opiniões, mas de formas de vida” (WITTGENSTEIN, 2002, § 241, p. 334).

E, ao trazer a afirmação de que “Uma vez que sabes *o que* a palavra designa, compreendes a palavra, conheces toda a sua aplicação” (WITTGENSTEIN, 2002, § 264, p. 344), também lembramos:

Os critérios que aceitamos como válidos para “ajustar-se”, “ser capaz de”, “compreender”, são muito mais complicados do que poderia parecer à primeira vista; isto é, o jogo com estas palavras, o seu uso na comunicação pela linguagem, de que são os meios, o papel destas palavras na nossa linguagem é outro, muito mais complexo do que estamos tentados a acreditar. (WITTGENSTEIN, 2002, § 182, p. 306).

Até porque o *seguir regras* está conjugado, quer dizer, parece indissociavelmente articulado às *influências intangíveis e etéreas* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 175). E pode estar aqui uma das possibilidades de refletir sobre “vínculos” entre *seguir regras* e a *base inamovível dos jogos de linguagem* instituída por *formas de vida*, que, pelo que vimos, apenas se mostra com clareza em exercícios de *descrição dos usos e suas regras*.

Nessa mesma direção, a *descrição* tanto supõe a explicitação de *usos e regras* como revela “Aquilo que os homens aceitam como justificação, revela como pensam e como vivem” (WITTGENSTEIN, 2002, § 325, p. 370). Até porque “[...] a cadeia das razões tem um fim” (WITTGENSTEIN, 2002, § 326, p. 370).

Descrever é expressar (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 335), trazer à luz a não nudez (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 349) das palavras ou as suas aplicações e os acordos (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 355) que as legitimam, “Porque, se eu preciso de uma justificação para usar uma palavra, então tem também que ser uma justificação para uma outra pessoa” (WITTGENSTEIN, 2002, § 378, p. 391).

Portanto, a possibilidade de esboçar uma *descrição da linguagem* de Bourdieu é dependente da condição de explicitar as aplicações das palavras ou o *funcionamento* de sua *linguagem*, bem como explicitar os *acordos* que *justificam* ou a *justificação acordada* no *modo de vida* associado às atividades com a *linguagem* nas ciências sociais. E, mais especificamente, em seus discursos, que *instituem sua aplicação* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 380), pois, sem estes, “[...] as regras ficariam penduradas no ar [...]” (WITTGENSTEIN, 2002, § 380, p. 392).

Resumidamente, Moreno (1995, p. 12 e 13) situa tal perspectiva:

[...] a descrição gramatical dos usos da linguagem supera o resíduo dogmático da crítica transcendental à medida que desvela a multiplicidade de formas lingüísticas [sic] que são não apenas o meio de expressão do pensamento, mas, principalmente, formas que constituem e instauram os próprios objetos do pensamento: O que é um objeto, afirma Wittgenstein, é dito pela Gramática.

E, assim, faz-se claro que este trabalho não “toca” os “objetos sociológicos” ou, em palavras de Moreno (1995), o *solo sobre o qual repousam as formas de vida* associadas à sociologia de Pierre Bourdieu, e sim propõe-se a desenvolver uma reflexão sobre a *gramática* de seu *jogo de linguagem*. Uma reflexão que também pretende contribuir para “tocar” os *fundamentos* que satisfazem o padrão de *funcionamento* de sua *linguagem* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 482).

Retomando, resumidamente, de acordo com Moreno (1995), *os processos empíricos, sociológicos, psicológicos e históricos* constituem as práticas que imprimem às diversas *técnicas* por eles mobilizadas as funções linguísticas específicas dessas *técnicas* que, por sua vez, conformam seus respectivos *jogos de linguagem*. E, nesse bojo, instituem *paradigmas* ou *regras* para apresentação de *objetos* ou modelos de palavras “[...] sob a condição prévia de haver sido organizado segundo uma teoria, ou uma técnica de cores, de medidas e de um vocabulário.” (MORENO, 1995, p. 19). Isto deve levar em consideração que “[...] o próprio processo de estabelecimento de paradigmas está ligado a diferentes técnicas [...]” (MORENO, 1995, p. 19).

Considerando que nos discursos de Bourdieu são instituídos *objetos* apresentados como *modelos* para aplicação das palavras; e considerando ainda que seus *jogos de linguagem* estejam organizados seguindo uma *teoria*, no sentido mais amplo do termo ou contexto que estabelece normas linguísticas próprias, além das mobilizadas em tantas outras pertencentes aos *subúrbios* de sua *linguagem*, ou às ciências sociais, ou mesmo à *linguagem* comum, parodiando Moreno (1995, p. 19), afirmamos: **Para que os objetos sociológicos de Bourdieu possam ser apresentados enquanto paradigmas é preciso considerá-los no contexto de seus próprios discursos e das ciências sociais. O estatuto paradigmático dos objetos sociológicos de Bourdieu é a expressão do sistema regrado de objetos a que pertence ou, no caso do sistema regrado de objetos pertencente a seus discursos e às ciências sociais, e só por isso pode funcionar como “meio de apresentação”, como norma.**

Nessa perspectiva, a *linguagem* de Pierre Bourdieu institui *meios de apresentação relativamente* as suas *técnicas de organização de objetos*, a sua prática ligada à *linguagem*. E, embora possamos supor, e mesmo, encontrar explícito em sua obra, a apresentação de alguns *paradigmas* de sua *linguagem*, e de Moreno (1995, p. 20) afirmar: “A técnica de apresentação

de paradigmas é uma etapa de ‘preparação’ para o uso das palavras [...] o próprio processo de estabelecimento de paradigmas está ligado a diferentes técnicas e não conduz, segundo Wittgenstein, a uma ligação-tipo entre paradigma e signo.” (MORENO, 1995, p. 19). Assim, parece pertinente ao exercício proposto neste trabalho, inicialmente, ocuparmo-nos em identificar e refletir sobre as *técnicas* de apresentação de *paradigmas* utilizadas por Bourdieu. Ou, em outras palavras, desvelar as *imagens de necessidade atreladas a seu modelo de significação* (Cf. MORENO, 1995).

Quer dizer, os discursos de Bourdieu supõem, ao tempo em que também instituem, como qualquer *jogo de linguagem*, “necessidades lógicas” ou *gramaticais*, configuradas por *laços internos* que consistem na condição para a expressão com *sentido*.

Um exercício de reflexividade,⁹ no sentido wittgensteiniano, sobre a *linguagem* de Bourdieu pode recair sobre as *atribuições de existência* inerentes a ela. A intenção dirige-se à explicitação das *realidades linguísticas* ou *paradigmas* (Cf. MORENO, 1995) que conferem legitimidade às aplicações dos *conceitos* de Bourdieu ou a suas *descrições do social*. Compreendendo que, “[...] os conceitos são um dos resultados do complexo processo de uso das palavras [...]” (MORENO, 1995, p. 27) e que “[...] a descrição gramatical parte de palavras, mas visa os conceitos [...] É justamente no nível dos conceitos que surgem as imagens – pois não é com palavras que as imagens entram nos jogos de linguagem” (MORENO, 1995, p. 27).

Fazer-se uma imagem é poder surpreender-se ou decepcionar-se, o que jamais ocorreria se o mundo fosse *zeitlos* e necessária, anhipotética, toda representação. Para podermos, porém, estar decepcionados com um indicador, algo precisa estar seguro. É preciso que a imagem dele seja pretensamente a imagem dele, deve certamente poder ser dele, de sorte que a hipótese aí se sustenta por um retrato, como que a garantir simplesmente isso: a ligação entre a palavra e o que ela significa [...] A imagem não pode ela própria garantir a ligação, ou precisaríamos de uma imagem do que têm em comum, e uma imagem da imagem do que têm em comum, etc. (SALLES, 2006, p. 87).

Nesse sentido, considerar *imagem* como retrato constitui uma das possibilidades, quando esta funciona como *paradigma* ou modelo, embora mesmo essa função sempre seja dependente das práticas linguísticas que lhe conferem *sentido*, e não mais como correspondente a um objeto nos termos do *Tractatus*.¹⁰ E, como *instrumentos da linguagem*,

⁹ Lembrando o exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a *noção* de *reflexividade* é usada por Bourdieu em sentido semelhante, e com muito destaque em suas últimas publicações, porém voltada para as condições sociais, geralmente “ignoradas”, e que conformam a produção dos *campos de produção cultural*, notadamente o científico. O termo, inclusive, está presente no livro intitulado *Para uma Sociologia da Ciência*. Com a ressalva de que, para Bourdieu, a *reflexividade* é um “empreendimento coletivo” (Cf. *Meditações*, 2001).

¹⁰ Há considerações mais detalhadas sobre as noções de retrato e imagem que podem ser encontradas em Salles (2006, p. 57-104).

paradigmas e *imagens* constituem-se em recursos pelos quais se dá o acesso do *mundo* aos *jogos de linguagem*.

Tais afirmações assentam-se na ideia, já apresentada por outros ângulos ou com outras palavras, que mesmo gestos ostensivos apenas garantem o estabelecimento da compreensão ou da possibilidade do aprendiz *usar* corretamente, ou com *sentido*, a palavra *objeto* da aprendizagem, na dependência de práticas linguísticas ou de um contexto. Desse modo, é estabelecida uma nova referência que permite pensar condições gerais para o *uso* das palavras, ou seja, a noção de *objeto* é “deslocada” para a *gramática*, ou “[...] práticas complexas, que envolvem ações, objetos e palavras [...]” (MORENO, 1995, p. 20). Quer dizer, de acordo com o já referido na introdução deste trabalho, embora as *formas de vida* estabeleçam suas *gramáticas* na dependência das referências do *mundo*, ou da “[...] estabilidade relativa dos objetos empíricos e dos comportamentos dos seres vivos [...]” (MORENO, 1995, p. 16), a possibilidade de *existência* dos *objetos* é dependente das *linguagens* por elas engendradas.

Sendo assim, uma *imagem* pode ser colocada como *critério* ou *paradigma*, em termos normativos, entretanto há *imagens* que configuram a *linguagem* hipotética e, portanto, constituem também *instrumentos da linguagem* para falar do *mundo* que, reiterando, é suposto necessário, apesar de não ser “tocado” pela *descrição gramatical* (Cf. MORENO, 1995). Nesse caso, *imagens* relativas a *objetos*, são *imagens* relativas a normas linguísticas que são necessárias à *existência* dos *objetos*, a exemplo das *imagens* relativas ao *social*, que são dependentes das normas linguísticas mobilizadas em *formas de vida* que constituíram o *social* como *objeto*.

Tendo sido esboçada a possibilidade do uso de *fundamentos* wittgensteinianos para desenvolver reflexões *gramaticais* sobre os discursos de Pierre Bourdieu, o próximo ponto será dedicado a sistematizar os recursos para as observações propostas, aprofundando os *fundamentos* e estabelecendo exercícios de *descrição gramatical*, com ênfase nas conexões de palavras e em *imagens* e *paradigmas* mobilizados pelo sociólogo para falar do *social*.

3 NOTAS SOBRE OS *USOS* DE PALAVRAS, *IMAGENS E PARADIGMAS*¹

De acordo com os termos definidos no capítulo anterior, os discursos de Bourdieu constituem um sistema estabelecido de *usos* sociológicos de palavras. No entanto, estas não devem ser vistas como produtos das determinações de fenômenos ou “objetos” sociais, mas sim como *ferramentas da linguagem* que adquirem seus significados na dependência das *regras* que governam seus *usos* ou, das formas específicas sob as quais estão organizadas nos referidos discursos. É preciso considerar as funções diferenciadas que as palavras podem exercer e que tais diferenças podem estar camufladas, por assim dizer, pela *aparente identidade quanto à forma*; e, ainda, que muitos dos *conceitos* e palavras bourdieunianos acumulam a história de *usos* diversos relativos ao *jogo de linguagem* sociológico. Para que seja possível refletir sobre os *sentidos* atribuídos por Bourdieu, faz-se necessário que observemos cuidadosamente as especificidades do emprego das palavras no *modo de representação do social* instituído em seus escritos, lembrando que

A descrição gramatical leva-nos, segundo Wittgenstein, a resultados que não constituem nenhuma novidade: não passamos a conhecer fatos antes desconhecidos nem novos fatos que não podíamos imaginar. A descrição conduz, todavia, a uma modificação de nosso pensamento: passamos a compreender com melhor clareza os usos que nós próprios fazemos da linguagem. (MORENO, 1995, p. 71).

Destarte, para procedermos uma *descrição gramatical* voltada, mais especificamente, a trazer à luz algumas das palavras, conexões ou associações que caracterizam a *linguagem* do sociólogo francês ou as *técnicas* construídas e mobilizadas em suas práticas linguísticas, recorreremos a alguns *conceitos* wittgensteinianos, notadamente de

¹ Para procedermos as observações pretendidas, utilizamos diferentes recursos: no caso da pesquisa dos *usos* das palavras em *Méditations Pascaliennes* (1997) e *A Distinção*, (2007), realizamos o processo de scanear os textos na íntegra e com a técnica de Optical Character Recognition (OCR), em português Reconhecimento Óptico de Caracteres, salvamos em Word, o que nos permitiu localizar e recortar os trechos cujos *conceitos* selecionados são *usados*. Posteriormente, algumas das frases, parágrafos e trechos mais extensos, a depender do tipo de aplicação, também foram selecionados, com o propósito de não apenas visualizar associações de palavras, mas enunciados mais complexos, buscando não sacrificar os *sentidos* apresentados pelo autor. No caso de enunciados, originalmente escaneados do texto em francês, também selecionamos os respectivos trechos da edição brasileira, *Meditações Pascalianas* (2001). O livro *Science de la Science e Réflexivité* (2001) foi consultado por meio de uma tradução digitalizada, produto do trabalho realizado em 2003 para outros objetivos. Neste caso, obrigamo-nos a cotejamentos com o livro *Para uma Sociologia da Ciência* (2004), sua tradução consolidada em português. Em relação aos demais textos, a pesquisa dos *usos* das palavras e enunciados baseou-se nos “Índices dos conceitos”, estes notadamente menos completos, e em outras leituras.

paradigma, imagem e aspecto, como ferramentas para o exercício de esclarecimento a ser desenvolvido neste capítulo.

Iniciamos por reiterar que o *jogo de linguagem* de Bourdieu tem como finalidade *descrever o social*. E, assim, em suas práticas linguísticas, ou seja, em seus modos de *usar* as palavras e enunciados, mobiliza e institui *conceitos, paradigmas e objetos* que carregam *imagens* e configuram *necessidades* para *explicar/compreender o social*.

Vale destacar que a diversidade de *usos* de palavras ligadas por *semelhança de família* entrelaça e, ao mesmo tempo, distingue a multiplicidade de autores e correntes presentes nas ciências sociais, além de não podermos desprezar as *parecenças* entre a *linguagem* científica e a *linguagem* comum. E, então, consideramos a possível *existência* de ligações, mesmo que intercaladas, entre os *sentidos* atribuídos pelos diversos *jogos de linguagem* ao que se convencionou chamar *social*.

Como qualquer *objeto, social* apenas pode *existir* no interior de uma *linguagem*. No caso, a *linguagem* sociológica é um dos contextos do *uso* da palavra *social* dentre outras *linguagens*, a exemplo das jornalísticas, políticas ou do próprio senso comum. Assim, o *social* não é evidente; antes, as *imagens* carregadas pelo *uso* da palavra *social* atribuem evidência ao *social* (Cf. MORENO, 1995).

Lembramos ainda que a unidade pressuposta no *uso* de um *paradigma* em um *jogo de linguagem*, de acordo com Wittgenstein, é apresentada nas palavras de Chauviré (1991, p. 87) na afirmação de que “O que se aplica à realidade não são proposições isoladas, mas sistemas inteiros, do mesmo modo que ao dizer ‘tal ponto é azul’, estamos aplicando de uma só vez toda a escala de cores”. Destarte, apresentaremos observações sobre os *usos* da palavra *social* em alguns dos discursos de Bourdieu, à luz da compreensão de que, parodiando Chauviré (1991), podemos dizer que, ao dizer “*tal coisa é social*”, **no caso do jogo de linguagem de Bourdieu, estamos aplicando de uma só vez todo o seu sistema sociológico.**

O *social* é tomado aqui como *objeto*, no sentido de ser uma *realidade linguística* no *jogo de linguagem* de Bourdieu e no âmbito das ciências sociais. E assim, como todos os *conceitos*, do ponto de vista wittgensteiniano, o *conceito* de *social* corresponde à multiplicidade de seus *usos* (Cf. MORENO, 1995).

Partindo do suposto que há um solo comum a todos os *jogos de linguagem* (Cf. MORENO, 1995), parece-nos pertinente pensar o *uso* da palavra *social*, nos discursos de Bourdieu, exercendo a função semelhante à da *prova*, no *jogo de linguagem* da matemática, pois introduz em seu *jogo de linguagem* o *conceito* de *social*, buscando atribuir, em certo sentido, um caráter inexorável e panorâmico a este. E, do mesmo modo que na matemática,

institui um *paradigma* na dependência de outras *técnicas* que, a ele associadas, garantem sua aceitação. Outra referência a essa aproximação, encontramos na afirmação de que, em “[...] jogos designativos simples ou ‘primitivos’, as imagens surgem [...] durante o processo de uso das palavras – isto é, após a introdução dos paradigmas – enquanto nos jogos mais complexos, como os da Matemática, as imagens já surgem com as provas” (MORENO, 1995, p. 64).

Nessa perspectiva, as aplicações da palavra *social* constituem-se em uma *técnica* de apresentação de um *paradigma*, o *social*, que em sentido semelhante ao que afirma Wittgenstein sobre os *objetos* na Matemática, apenas mostra sua *gramática* (Cf. MORENO, 1995).

Para Wittgenstein, a Matemática não trata de objetos com propriedades características que pudessem ser descritas – assim como também as sensações e as cores; os conceitos matemáticos, assim como os de sensações e de cores, não se referem a objetos específicos cuja existência está garantida pelo simples uso de tais conceitos [...] O trabalho do matemático consiste, não em fornecer propriedades de objetos, mas sim em fornecer as diferentes *possibilidades* das imagens [...] possibilidades de combinação, de encaixe, de separação entre formas. (MORENO, 1995, p. 52).

Diante dessas últimas notas, vejamos, mais proximamente, o emprego de *social* em alguns trechos de escritos de Bourdieu (Cf. *Meditações*, 2001). A palavra *social* é apresentada em associação a diversas outras, entre elas: *espaço*, *universo*, *posição*, *trajetória*, *mundo*, *realidade e história*. Desse modo, perguntamos: como enunciar a *regra* que permite associar a palavra *social* às demais palavras apresentadas? E que *imagens* tais associações carregam?

Evocando a ideia de que “A força das conexões gramaticais penetra mais fundo do que a das conexões psicológicas, sem que seja preciso postular um universo *a priori* para compreendê-la [...]” (MORENO, 1995, p. 43-44); e ao utilizarmos o recurso da *semelhança de família* para suscitar que *senal postado a meio do caminho*, ou que *regra*, no discurso de Bourdieu, permite associar a palavra *social* a tantas outras,² podemos ressaltar que, como predicado, a palavra *social* é usada a propósito de uma “qualidade de ser”, ou talvez mais propriamente, um “estado”. No caso, “qualidade de ser” ou “estado” do *espaço*, da *posição*, do *universo*, da *trajetória*, do *mundo*, da *realidade* e da *história*, para citar apenas os exemplos apresentados.

A palavra *social* associada às palavras *espaço*, *universo* e *mundo* remete a delimitações espaciais, ou melhor, o *social* caracteriza lugares, por assim dizer ou, em outros

² E para enunciar qualquer esboço de exemplos que associem o termo *social* nesses *usos*, já mobilizamos outras *técnicas* e palavras que, em se tratando deste exercício, dariam lugar a novos esclarecimentos, porém já descartados, e, portanto, também estabelecendo alguns limites ou fins para este discurso.

termos, a “qualidade de ser *social*”, ou o “estado *social*” remete a situações localizáveis geograficamente.

Numa mesma perspectiva, perguntamos: que *aspecto* do *sentido* atribuído ao *uso* de *social* é enfatizado na associação com a palavra *história*? Em meio a tantas alternativas, sugerimos que, com ela também emerge a ideia de tempo, portanto, *usar* a palavra *social* associada a termos que configuram sucessões temporais, também integra a normatividade relativa a esta palavra. Já a palavra *trajetória* permite pensar a palavra *social* associada às ideias de espaço e de tempo ou trazer à mente um “caminho percorrido”.

Como vemos, a palavra *social* pode ser relacionada a referências espaciais e temporais, e a estas vinculadas ou separadas entre si. Também mobilizando a noção de *semelhança de família*, podemos suscitar algumas das *imagens* associadas à palavra *universo*, como as ideias de um espaço amplo, delimitado e que configura uma unidade. Nesse sentido, todos os *usos* da palavra *social*, destacados até então, trazem à tona *imagens* ou “[...] interpretações conceituais marcadas *gramaticalmente* por elementos do mundo [...]” (MORENO, 1995, p. 50).

Ainda em uma mesma direção, poderíamos refletir, com Moreno (1995, p. 53), sobre o “[...] *uso* da imagem na atribuição de evidência às proposições [...]”,³ quer dizer, emprestar a “qualidade de ser *social*” ou “o estado *social*” a palavras cujo significado é atributo do *uso* no *mundo* da física e, em um mesmo *sentido* de concretude, por assim dizer, na *linguagem* comum, contribui para atribuir ao *social* a condição de existência evidente. Isto porque “Consideramos evidentes as proposições usadas na linguagem enquanto *normas*, e não como descrições de fatos” (MORENO, 1995, p. 53).

Nesses termos, falar de *realidade social* é uma consequência relativamente óbvia, pois, em nosso *jogo de linguagem*, tudo que existe no “mundo” é com a condição de ser situado no tempo e no espaço. Lembramos então, outra vez, uma frase de Wittgenstein (2002, §103, p. 254): “A idéia [sic] assenta sobre o nariz como um par de óculos e o que vemos, vemos através deles. Não nos ocorre tirá-los.” E assim, em certo *sentido*, como os enunciados matemáticos, o discurso sociológico de Bourdieu fornece diferentes possibilidades de *imagens* do *social* e, em outro *sentido*, também fornece *imagens* que conferem *propriedades que podem ser descritas*, no que o mesmo *conceito* pode ser assemelhado aos *conceitos* de cores (Cf. MORENO, 1995).

³ No caso, Moreno (1995) refere-se a proposições matemáticas.

Desse modo, poderíamos nos referir a essa *técnica* para instituir a *existência* do *social*, como a *técnica* da associação da palavra *social* a *objetos* e, assim, a *conceitos* e respectivos *paradigmas* já consolidados no *mundo* da física e na *linguagem* comum, que emprestam à palavra *social*, por exemplo, facticidade e objetividade. Estas, por sua vez, passaram a ser *imagens* veiculadas pelo *social* ou interpretações do *conceito* de *social* “[...] marcadas *gramaticalmente* por elementos do mundo [...]” (MORENO, 1995, p. 50).

Considerando também a condição dos discursos de Bourdieu estarem inseridos em uma tradição de *usos* da palavra *social*, embora o *aspecto* do *uso* até então sinalizado, ainda, praticamente nada diga sobre seu *sentido* propriamente dito, já chama a atenção para possíveis contrastes ou aproximações, que Bourdieu estaria buscando demarcar, em relação a outros *usos* adotados pelos demais autores nas ciências sociais.

Podemos citar algumas associações, nos *usos* da palavra *social*, não priorizadas por Bourdieu, a exemplo de *corpo social* ou *guerra social*, que encontramos em Foucault (1979), ou mesmo *forma social* e *trabalho social*, estas presentes na obra de Marx (2003).

Acrescentamos ainda, com um olhar voltado especificamente à obra de Bourdieu, que o *uso* da palavra *social* associada a diferentes termos parece demarcar unidades de dimensões diversas, pois as palavras *universo*, *mundo* e *campo* admitem pensar delimitações espaciais de abrangências distintas. É comum o *uso* acentuando esse *aspecto*, como podemos encontrar em seus comentadores, a exemplo de Chauviré e Fontaine (2003, p. 16), que sobre o conceito de *campo* enunciam: “Essas partes do espaço social são relativamente autônomas, isto é, livres para estabelecer suas próprias regras, escapando das influências heteronômicas de outros campos sociais [...]”⁴ Com certa frequência, entretanto, Bourdieu faz *uso* das palavras *universo*, *mundo* e *campo* em um mesmo *sentido*, como na citação a seguir, na qual a palavra *universo* poderia substituir a palavra *mundo*.

E vê-se, também, tudo o que exigiria uma interpretação adequada da predileção burguesa pelos “impressionistas”, cuja adesão, a um só tempo, lírica e naturalista à natureza natural ou humana se opõe tanto a uma representação realista ou crítica do mundo social (eis aí, sem dúvida, uma das dimensões da oposição entre Renoir e Goya, sem falar de Courbet ou de Daumier), quanto a todas as formas de abstração. (*A distinção*, 2007, p. 24-25).⁵

⁴ “Ces parties de l’espace social sont relativement autonomes, c’est-à-dire libres d’établir leurs propres règles, échappant aux influences hétéronomiques d’autres champs sociaux [...]”

⁵ “Et l’on voit aussi tout ce qu’exigerait une interprétation adéquate de la prédilection bourgeoise pour ‘les impressionnistes’ que leur adhésion à la fois lyrique et naturaliste à la nature naturelle ou humaine oppose aussi bien à une représentation réaliste ou critique du monde social (c’est là sans doute une des dimensions de l’opposition entre Renoir et Goya, sans parler de Courbet ou Daumier) qu’à toutes les formes d’abstraction.” (*La distinction*, 1979, p. 18).

Ou na frase: “Com efeito, penso que o universo da ciência está hoje ameaçado por uma terrível regressão” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 7),⁶ na qual poderíamos substituir a palavra *mundo* por *campo*. Do mesmo modo, seria cabível a substituição da palavra *universo* pela palavra *campo* na seguinte frase: “[...] sendo o domínio desta problemática o verdadeiro requisito de admissão no universo científico [...]” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 18).⁷

Levamos em consideração, ainda, que o *uso* da palavra *social* associada a termos como *capital* ou *prática*, e mesmo aos anteriormente citados, também estabelece o contraste com outras “qualidades de ser” ou “estados”, por assim dizer, a exemplo de *usos* como *capital cultural* ou *práticas científicas*. Esse contraste nos diz que o caráter *social* de algo é um dos ângulos mediante o qual tal “coisa” pode ser vista, dentre outros ângulos possíveis, mesmo que, no caso, também *descrevam* o *objeto social*. Ou seja, poderíamos dizer, ao suscitar o caráter *social* de um *objeto*, seja ele a *prática*, o *mundo* ou o *capital*, que algo de comum deve ser evocado que possa ter a palavra *social* como determinante do ângulo pelo qual tais *objetos* podem ser “observados”. Portanto, chamando a atenção para algo diferente dos demais *usos* dessas palavras. Outro exemplo, podemos encontrar na frase: “[...] a maior parte dos produtos só recebe seu valor social do uso social a que é submetido [...]” (*A distinção*, 2007, p. 26).⁸ Bourdieu também mobiliza outras distinções, quando se refere a *variações do distanciamento social e espacial* ou *benefícios econômicos e sociais* (Cf. *A distinção*, 2007).

Ainda é possível citar combinações no *uso* da palavra *social* que, em contraste com as *imagens* mais concretas, carregam certo grau de abstração, como: *definição social*, *mensagem social*, *imagem social*, *significação social*, *afinidade social* ou, ainda, *beleza social* e *importância social*. Destacamos que tais *usos*, semelhantes aos demais já citados, conferem algo de comum a todas as palavras associadas à palavra *social*, que, portanto, aqui é suposta como *meio de representação*. Em outras palavras, trata-se do meio pelo qual o *social* é delineado nas *descrições* do autor, o que, por sua vez, delineia as possibilidades de falar com *sentido* sobre o *social*, de acordo com os discursos de Bourdieu. E, assim, supomos: o *conceito social*, em seus escritos, torna-se evidente, porque conformado pelos *usos* enquanto *norma* (Cf. MORENO, 1995).

⁶ “Je crois en effet que l’univers de la science est menacé aujourd’hui d’une redoutable régression.” (*Science*, 2001, p. 5).

⁷ “[...] la maîtrise de cette problématique étant le véritable droit d’entrée dans un univers scientifique [...]” (*Science*, 2001, p. 19).

⁸ “[...] la plupart des produits ne reçoivent leur valeur sociale que dans l’usage social qui en est fait [...]” (*La distinction*, 1979, p. 20).

A palavra *social*, ao tempo que parece abarcar todos os *mundos* possíveis, como já citado, é apresentada frequentemente para demarcar dimensões ou esferas distintas de outras, a exemplo do *econômico*, *cultural* e também *biológico* e *psicológico*. Aqui, detalhamos o que, acima, apenas foi apontado. A *gramática* de *social* em Bourdieu, a despeito de explicitar demarcações que aparecem para distinguir, por exemplo, o *social* do *econômico*, também convive com o caráter englobante do *social*, pois “A teoria das práticas propriamente econômicas é um caso particular de uma teoria geral da economia das práticas” (*Le sens pratique*, 1980, p. 209).⁹

Seguiremos refletindo sobre o *social* como *espaço* e, para tanto, apresentamos alguns dos *usos* dessa palavra. Bourdieu utiliza outra *técnica* de apresentação para o *conceito* de *espaço*, recorrendo a uma definição verbal, por meio da qual este é também introduzido como um importante *paradigma* em seu processo de significação do *social*:

[...] conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre*; por exemplo, várias características dos membros da pequena-burguesia podem ser deduzidas do fato de que eles ocupam uma posição intermediária entre duas posições extremas, sem serem objetivamente identificáveis e subjetivamente identificados com uma ou com outra. (*Razões*, 1996, p. 18-19).¹⁰

O emprego frequente da expressão *espaço social*, aqui reconhecido como uma *técnica* de apresentação de *paradigmas*, não apenas serve à configuração do *social*, mas também introduz o próprio *espaço* como *conceito*, no *sentido* wittgensteiniano. Com esta observação transitamos para esboçar as *descrições* do que o autor denomina *espaço social* como *objeto*. Chamamos a atenção para a citação imediatamente anterior, na qual Bourdieu, ao se referir aos *membros da pequena-burguesia* e a suas posições no *espaço social*, parece dizer algo para além de uma *preparação*. Nesse trecho encontra-se, então, um dos *lances* de seu *jogo de linguagem*.

Tal observação faz lembrar que o *jogo* de Bourdieu pode ser um daqueles nos quais as *regras* vão sendo conhecidas ao mesmo tempo em que se *joga* (Cf. WITTGENSTEIN, 2002, § 82, § 83). Ou, talvez, mais precisamente, a reflexão acima mereça inflexões no *olhar* com base nesta “*inspiração*”. Quer dizer, supor que as *regras* desse *jogo* sejam conhecidas ao mesmo

⁹ “La théorie des pratiques proprement économiques est un cas particulier d’une théorie générale de l’économie des pratiques.”

¹⁰ “[...] ensemble de positions distinctes et coexistantes, extérieures les unes aux autres, définies les unes par rapport aux autres, par leur *extériorité mutuelle* et par des relations de proximité, de voisinage ou d’éloignement et aussi par des relations d’ordre, comme au-dessus, au-dessous et *entre*; nombre des propriétés des membres de la petite-bourgeoisie peuvent par exemple se déduire du fait qu’ils occupent une position intermédiaire entre les deux positions extrêmes sans être identifiables objectivement et identifiés subjectivement ni à l’une ni à l’autre.” (*Raisons*, 1994, p. 20).

tempo em que se *joga*, talvez seja apenas um dos ângulos pelos quais esse *jogo* pode ser visto, o ângulo do leitor que, ao tomar para leitura o conjunto das obras de Bourdieu, se apropria das *regras*, gradativamente, ou no decorrer das sucessivas leituras de suas obras. Entretanto é possível imaginar outros pontos de vista, como o de um aluno que, antes de ter acesso direto às obras, tivesse em mãos apenas os trechos de suas obras que contivessem a *preparação* para o *jogo*, como um manual, no qual todas as suas *regras* estariam postas antecipadamente. Mas parece, então, que devemos retornar e *deixar os óculos esquecidos sobre o nariz*.

Em *Science de la Science et Réflexivité* (2001), cujo título da edição portuguesa é *Para uma Sociologia da Ciência* (2004), os poucos *usos* do termo *espaço social* apresentam algumas indicações relativas a outros *aspectos* de seu *sentido*: o *uso* de *espaço social global*, ou melhor, a necessidade da associação à palavra *global* aponta para possíveis distinções no *uso* do termo *espaço* ou, talvez, aponte para uma outra *imagem* carregada pela palavra *espaço*: a possibilidade de ser dividido sem perder seu caráter de unidade, e também trazer à tona a perspectiva de diferentes *espaços*.

Em *Meditações* (2001), a palavra *espaço* aparece em grande parte das vezes também associada a *social*, mas encontramos a presença frequente de *espaço de possíveis* ou *espaço de possibilidades*, além de outras associações menos presentes como: *espaço de relações*, *de discussão legítima*, *de liberdade* e *de concorrência*. Estas últimas reforçam a explicitação da expressão *espaço de possíveis*, ou seja, apresentam algumas das possibilidades de estados e ações incluídas na significação de *espaço social*. Todas essas associações de palavras, porém, parecem ainda nada dizer sobre a *descrição* de *espaços sociais* como “objetos” da empiria sociológica. Podemos, entretanto, cogitar que essas sejam conclusões de pesquisas sociológicas. Mas como reconhecer que os *espaços sociais*, tomados aqui como “objetos” sociológicos, *são de discussões legítimas, de liberdade* ou *de concorrência*, sem a *gramática* do *objeto espaço social*?

Presentes ainda outras expressões associadas a *espaço*, como: *de agentes*, *de posições* e *de tomadas de posições*. E mais, como exemplo de espécies de *espaços*, além de mencionar a expressão *sub-espaços*, Bourdieu apresenta: *simbólico*, *literário*, *profissional* e *doméstico*. A profusão de *aspectos* suscitados pelas referidas associações ou a diversidade de *aplicações* da palavra *espaço* remete à riqueza de possibilidades oferecida pelos *conteúdos do mundo* ou *paradigmas* filtrados, como diz Moreno (1995), no caso, pelo *conceito espaço*.

Entretanto, chama a atenção outra definição verbal relativa à significação da expressão *espaço social*: “[...] lugar da coexistência de posições sociais, de pontos mutuamente exclusivos os quais, para seus ocupantes, constituem o princípio de pontos de vista”

(*Meditações*, 2001, p. 159)¹¹ ou, ainda, o que parece estar nas fronteiras entre uma *regra* e uma *descrição*: “[...] o espaço social é definido pela exclusão mútua, ou pela *distinção*, das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (definidas, adiante, como posições na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital).” (*Meditações*, 2001, p. 164).¹²

Os *usos* do termo *espaço social* parecem-nos relevantes, considerando tanto sua frequência em algumas obras de Bourdieu, como para as reflexões sobre o *uso* da noção de *campo*, esta um *conceito-chave* do autor. Nesse caso, recorreremos ao livro *Razões Práticas*, mais especificamente ao capítulo cujo título é *Espaço Social e Espaço Simbólico*, pois, ao enunciar que fará a apresentação de *modelo de espaço social e de espaço simbólico*, Bourdieu aponta para a distinção entre “social” e “simbólico”, ao tempo em que confere a um mesmo *espaço* ambos os predicados.

Ao tratar das possibilidades de análise a que se propõe, Bourdieu afirma:

Concretamente, isso quer dizer que uma análise do espaço social como a que proponho, a partir do caso da França nos anos 70, é a da história comparada, que se interessa pelo presente, ou a da antropologia comparativa, que se interessa por uma determinada região cultural, ou cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada. (*Razões*, 1996, p. 15).¹³

Tais afirmações têm como pressuposto a “existência” de *estrutura*, ou *estruturas*, no *espaço social*. Diante dos inúmeros *usos* da palavra *estrutura*, como veremos a seguir, encontramos em *Meditações*, tanto a expressão *estruturas do espaço* como o enunciado: o *espaço social*, *quer dizer*, a *estrutura de distribuições*. Portanto, parece ser possível perceber duas *regras*: *estrutura* pode ser uma palavra *usada* para se referir a algo que o *espaço social* contém e também como sinônimo de *espaço*. Mas, que *aspecto* do *social* a palavra *estrutura* coloca em relevo, já que seu *uso* parece ser necessário à configuração do *social* nos discursos de Bourdieu?

Nos textos do sociólogo francês há *estruturas fundamentais, profundas, muito complexa, assimétricas, objetivas, subjetivas, sociais, cognitivas, dualistas, em quiasma*,

¹¹ “[...] lieu de la coexistence de positions sociales, de points mutuellement exclusifs, qui, pour leurs occupants, sont au principe de points de vue.” (*Méditations*, 1997, p. 157).

¹² “[...] l’espace social est défini par l’exclusion mutuelle, ou la *distinction*, des positions qui le constituent, c’est-à-dire comme structure de juxtaposition de positions sociales (elles-mêmes définies, on le verra, comme des positions dans la structure de la distribution des différentes espèces de capital).” (*Méditations*, 1997, p. 161).

¹³ “Concrètement, cela veut dire qu’une analyse de l’espace social telle que celle que je propose en m’appuyant sur le cas de la France des années 1970, c’est de l’histoire comparée qui s’applique au présent ou de l’anthropologie comparative qui s’attache à une aire culturelle particulière en se donnant pour fin de saisir l’invariant, la structure, dans la variante observée.” (*Raison*, 1994, p. 16-17).

familiares (das famílias), do espaço doméstico e de espaços específicos, a exemplo da estrutura do espaço literário e do espaço simbólico. Há microestruturas, estruturas de troca, da relação, do capital possuído, do estilo de vida, das posições, das classes sociais. Deste modo, a reflexão sobre alguns dos *usos* da palavra *estrutura*, encontrados em *Meditações* e em *A Distinção*, dentre outras, pode ser direcionada para duas referências: a primeira, quase inevitável, a história do *uso* desta palavra na tradição da filosofia e das ciências humanas e sociais; e a segunda, ao *uso* na *linguagem* comum.

Em relação à primeira referência, Chauviré e Fontaine (2003) informam a contraposição de Bourdieu à noção de *estrutura* defendida por Lévi-Strauss, atribuindo ao sociólogo a historicização e contextualização da *estrutura* que, por sua vez, opera uma ruptura com o substancialismo e a abstração de uma história sem sujeito, presentes na perspectiva levistraussiana. Aqui interessa lembrar que a palavra *estrutura* já faz parte da tradição erudita e carrega um *sentido* diante do qual Bourdieu foi obrigado, por assim dizer, a se posicionar, condição própria da *gramática* e *forma de vida* que conformam a atividade intelectual nessa área do conhecimento.

Para observar mais de perto o *aspecto* do *social*, acrescentado ou reforçado pelos *usos* da palavra *estrutura*, notadamente refletindo sobre as associações apresentadas, que carregam *paradigmas* ou acordos públicos que participam da significação de *estrutura* não explicitados, embora incondicionalmente presentes, podemos recorrer, para efeito de um exercício inspirado mais uma vez na noção de *semelhança de família*, a dicionários de língua portuguesa, ou mesmo francesa, onde encontramos as seguintes definições: “Conjunto formado, natural ou artificialmente, pela reunião de partes ou elementos, em determinada ordem ou organização [...] A parte ou conjunto de partes mais resistentes de um corpo, etc., que determina sua disposição espacial e lhes dá sustentação.” (FERREIRA, 1999, p. 845);

[...] ‘construção’ [...] maneira com a qual um edifício é construído; agenciamento das partes de um prédio [...] Disposição, organização das partes (de uma obra) [...] Maneira com a qual um conjunto concreto, espacial, é encarado em suas partes, em sua organização ; forma observável e analisável que os elementos de um objeto apresentam. (REY; REY-DEBOVE, 1990, p. 1869).¹⁴

Nessas definições, encontramos *imagens* importantes para a significação de *social* nos discursos de Bourdieu, que são introduzidas ou reiteradas com o *uso* da palavra *estrutura*, até

¹⁴ “[...] ‘construction’ [...] Manière, dont un édifice est construit; agencement des parties d’un bâtiment [...] Disposition, arrangement des parties (d’une oeuvre) [...] Manière dont un ensemble concret, spatial, est envisagé dans ses parties, dans son organisation; forme observable et analysable que présentent les éléments d’un objet.”

porque a força das *imagens das vivências linguísticas* carrega e é carregada para outros discursos, e não há como desprezar a história das *imagens* constituídas no *jogo de linguagem* acadêmico, nem na história do *uso* da palavra *estrutura* na *linguagem* comum; ou seja, as ideias de conjunto de partes, ordem, resistência, suporte e construção. Palavras estas que, relativamente ao *mundo*, introduzem *paradigmas* ou “transportam” *sentidos* para os escritos de Bourdieu. Se tomarmos as definições de *estrutura* na *linguagem* dos dicionários mencionados, podemos afirmar que, resumidamente, uma *estrutura social* também *reúne partes* ou dimensões que estão associadas em uma *ordem* e oferece *resistência* ou *sustentação* a *construções*. Concluímos, então, que, aquém das diversas faces ou características das *estruturas*, nos termos de Bourdieu, as apresentadas apenas na dependência do *uso* mais comum da palavra *estrutura* integram o quadro de referência deste sociólogo para comparar “objetos” *sociais*. Parece evidente também que as *estruturas* são *estruturas* de algo. O mais frequente é a referência a uma das dimensões de *campo* ou de *espaço social*. Também comuns são as referências às *estruturas* dos *habitus* e ainda dos *capitais*.

Para Bourdieu, as *estruturas* são constituídas por *posições*, podem ser transformadas, são incorporadas, inculcam e têm limites. Há *estruturas estruturantes* e *estruturadas*, porém trataremos desses *usos* mais específicos e complexos ao desenvolvermos as reflexões sobre as noções de *campo* e *habitus*. É interessante notar que a palavra *estrutura*, no *jogo de linguagem* de Bourdieu, adquire uma “independência semântica”, estando na dependência direta da palavra *social* sem, no entanto, estar necessariamente associada a esta.

Importante se faz acrescentar que, em um dicionário de filosofia, há menção a que

Uma consideração abstrata das estruturas atenta para a forma pela qual se relacionam elementos dentro de um domínio de objetos não especificados e a como se relacionam entre si as relações de relações, e assim sucessivamente. Não importam nem os objetos, nem o caráter das relações entre eles; importa apenas o padrão segundo o qual os objetos, sejam eles quais forem, e as relações, quaisquer que sejam, estão articulados. (MORA, 2001, p. 917).

A remissão a considerações abstratas contribui para assimilarmos o *uso* diverso dessa palavra, ao tempo em que também chama a atenção para outros *aspectos* introduzidos pelos *paradigmas* de *estrutura* ou pelo esforço de tradução desta palavra como *conceito*, ao acrescentar *imagens* que destacam *aspectos* mais “flexíveis” também associados a esse *conceito*, como os destacados pelas palavras *relações* e *articulação*.

Assim, podemos prosseguir trazendo à luz alguns *usos* da palavra *sistema*, pois esta emerge como outro *conceito* que, até por não apresentar a *imagem* de concretude atribuída à

palavra *estrutura*, mostra-se relevante para compreendermos os diferentes ângulos que conformam a significação de *social*. *Sistema* remete a *conjunto*, *ordem* e, mesmo que em menor grau, a *resistência* e permite, talvez mais diretamente, transitar para a mobilização de um importante *paradigma*, *objeto* e *conceito: relações*. *Paradigma* porque conteúdo do *mundo* filtrado pelo *conceito* de *sistema*; *objeto*, porque adquire estatuto existencial nos discursos de Bourdieu; e, assim, *conceito*, por consistir em uma palavra do repertório do autor que integra seu modo de organizar a *gramática* do *social*.

Mobilizamos inicialmente, para esse exercício reflexivo, algumas das definições encontradas em um dicionário de português, no qual *sistema* é definido como:

Conjunto de elementos, materiais ou ideais, entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação [...] Disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada [...] Conjunto de instituições políticas ou sociais, e dos métodos por elas adotados, encarados quer do ponto de vista teórico, quer do de sua aplicação prática. (FERREIRA, 1999, p. 1865).

Vale chamar a atenção para a inclusão de um termo que acrescenta outros *aspectos* para pensar o *social* com Bourdieu. Em relação à força das *imagens* carregadas pela palavra *estrutura*, a “diferença complementar” demarcada pela palavra *sistema* está na ênfase dada à *relação* necessária entre as partes ou elementos de um *sistema*, como acima referido, além de sugerir algo mais “maleável”, a despeito da *ordem* suposta.

Para reforçar os *aspectos* já apontados pelo *sentido* atribuído na *linguagem* comum, na *linguagem* erudita, mais propriamente na filosofia, cuja tradição do *uso* da palavra *sistema* é extensa, e em uma perspectiva bastante genérica, encontramos a seguinte definição verbal: “Conjunto de elementos relacionados entre si funcionalmente, de modo que cada elemento do sistema é função de algum outro elemento, não havendo nenhum elemento isolado.” (MORA, 2001, p. 2703).

O *uso* da palavra *sistema* é menor em *Meditações* que em *A Distinção*, onde é abundante. E, nesta, há *usos* correntes na *linguagem* comum que não trazem implicações diretas para este trabalho, a exemplo de *sistema de ensino*, *sistema de defesa* e *sistemas filosóficos*. Há outros mais comuns em sua *linguagem*, como *sistemas simbólicos* e *sistema de disposições*, e a estes relacionados, como *sistemas de esquemas de percepção*, *mítico-ritual inscritos nos corpos*, *sistemas de escolhas*, *de classificação*, *de princípios estéticos*, *das tomadas de posição*, estes, poderíamos dizer, mais imediatamente relacionáveis à noção de *habitus*. Há, entretanto, em menor medida, o *uso* de expressões como: *sistema completo das relações*, *capaz de impor aos excluídos*, *de propriedades*, *de distâncias referenciais*, *de*

relações objetivas, de posições, de diferenças, de oposições; e estes parecem referir-se mais diretamente à noção de *campo*. Sendo assim, o uso da palavra *sistema* pode se referir a conjuntos de diversas dimensões, relativas aos *objetos habitus e campo*, e mesmo *capital*, até porque, também necessariamente, indissociáveis entre si para pensar o *social* nos termos de Bourdieu. Nesse sentido, a palavra *sistema* é mobilizada pelo sociólogo tanto para se referir às *estruturas estruturantes* como às *estruturas estruturadas*, elementos *fundamentais à imagem* de dinamicidade do *social* impressa em seus textos.

Os usos da palavra *sistema* na sociologia, provavelmente, poderiam ser explorados com densidade significativa, porque de relevância para a área, além de comportarem uma diversidade de *sentidos*. Apenas para ilustrar, destacamos alguns dos usos dessa palavra em *O Sistema das Sociedades Modernas* de Parsons (1974), a exemplo de *sistema de sociedades*, *sistema moderno* (usado como sinônimo de *sociedade moderna*), *sistemas racionais de direito e administração*, *sistema sócio-cultural*, *sistemas vivos* e *sistemas simbólicos (cultura)*.

Desse modo, importa notar que, embora a expressão *sistema social* tenha um uso raríssimo, encontrado por nós apenas uma vez em *A Distinção*, a condição de *sistema* parece ser mais um ângulo do *sentido* de *social* delineado nos escritos de Bourdieu. Aqui, é pertinente uma observação: embora a *linguagem* de Bourdieu possa transparecer como muito semelhante na totalidade de sua obra, “apanhar” sua *gramática* parece não ser tarefa cumprida em todas as suas possibilidades, se tomamos apenas um texto, ou mesmo um conjunto parcial destes.

Retomando, pela mediação da palavra *sistema*, é possível debruçarmo-nos sobre a afirmação de que pensar “o” ou “um” *espaço social* é pensar “o” ou “um” *espaço de relações* (Cf. *O poder simbólico*, 2003), ou seja, pensar o *social* refere-se a pensar *relações*. E, mais especificamente, *relações* que se distinguem de outras e, ao mesmo tempo, a outras estão relacionadas ou mesmo as englobam.

Na *linguagem* comum, embora a dinâmica dos usos das palavras tenha colocado outros *sentidos* para a palavra *relação*, a exemplo do *sentido* aplicado quando nos referimos a uma listagem de “objetos”, seu significado pode ser resumido como: ligação, dependência ou conexão. Na filosofia aristotélica “A relação é uma das categorias [...] que define o relativo [...] como a referência de uma coisa a outra [...]” ou, ainda, “Na lógica, a relação é examinada sobretudo como um predicamento e, nessa qualidade, é definida como a ordem de uma coisa para com outra” (MORA, 2001, p. 2498).

Tais definições estão postas apenas para facilitar a *descrição* de alguns dos usos que Bourdieu faz do termo *relações*. Dois usos chamam a atenção: um que faz referência ao tipo de *universo social* no qual os laços são estabelecidos, a exemplo de *relações profissionais ou familiares*; e outro que ilustra os tipos de laços ou ligações estabelecidas, a exemplo de

relações duradouras, ajustadas, de concordância, de oposição, de poder, de luta, distintivas, horizontais ou verticais, para citar algumas (Cf. *A distinção*, 2007).

Destarte, pensar *relações sociais* com Bourdieu, tendo em vista alguns dos *usos*¹⁵ da palavra *relações*, dirige-nos a conexões que expressam, por assim dizer, diferentes inserções grupais e características que remetem a um ordenamento espacial – *horizontais ou verticais* – e temporal – *duradouras*. Ou, ainda, apresentam o estado em que tais *relações* podem ser encontradas – *ajustadas*; e também podem remeter a finalidades – *de oposição, de luta* ou *distintivas*.

A objetividade apresenta-se ainda no *uso* da palavra *lógica*, mesmo que assentada em considerações mais abstratas. Nos textos de Bourdieu, o *conceito lógica* parece ser, mais propriamente, um indicativo da articulação objetividade/abstração.

Na filosofia “[...] podemos falar sobre a lógica como um estudo da linguagem lógica ou como o exame de distintas concepções da lógica” (MORA, 2001, p. 1772) e Bourdieu *usa* frequentemente essa palavra no *sentido* acima enunciado, portanto, relativo a uma área do conhecimento, o que pode ser observado, por exemplo, em suas críticas constantes aos universos eruditos. Entretanto, segundo Mora (2001, p. 1774-1775), “Por outro lado, a lógica aparece como a análise dos princípios segundo os quais a realidade está articulada”. E este *sentido* mostra-se mais útil a essa reflexão. Também oriundo da filosofia, notadamente da tradição aristotélica, tal significado apresenta *semelhanças* com os *usos* que Bourdieu faz dessa palavra referindo-se ao *social*, quando *usa* expressões como: *a lógica do jogo, a lógica específica de um campo, obedientes a uma lógica prática, uma lógica social favorável*. Este *sentido* é reiterado, quando afirma que “O etnocentrismo escolástico leva a anular a especificidade da lógica prática [...]” (*Meditações*, 2001, p. 63),¹⁶ ou quando apresenta uma importante distinção característica de suas reflexões:

[...] a ciência deve dar-se por fim não retomar por sua conta a lógica prática, mas reconstruir teoricamente essa lógica incluindo na teoria a distância entre a lógica prática e a lógica teórica, ou mesmo entre uma “teoria prática”, *folk knowledge* ou *folk theory*, como dizem Schütz e os etnometodólogos na sua esteira, e uma teoria científica. (*Meditações*, 1998, p. 44).¹⁷

¹⁵ Importante frisar que muitos outros *usos* da palavra *relações* não foram contemplados neste exercício, a exemplo de: *relações objetivas, relações estatísticas, relações inteligíveis, relações singulares*, entre outros.

¹⁶ “L’ethnocentrisme scolastique conduit à annuler la spécificité de la logique pratique [...]” (*Méditations*, 1997, p. 65).

¹⁷ “[...] la science doit se donner pour fin non de reprendre à son compte la logique pratique, mais de reconstruire théoriquement cette logique en incluant dans la théorie la distance entre la logique pratique et la logique théorique, ou même entre une ‘théorie pratique’, *folk knowledge* ou *folk theory*, comme disent Schütz et les ethnométhodologues après lui, et une théorie scientifique.” (*Méditations*, 1997, p. 66).

À palavra *lógica* estão associadas as *imagens* de “móveis” que, de certo modo, conferem direção ao *jogo*, ao *campo* e às *práticas* e, assim, ao *social*. O *sentido* aqui é mais aparentado ao da própria *linguagem* comum e remete a laços internos e necessários presentes em um determinado *sistema*: “Coerência de raciocínio, de idéias [sic] [...] Maneira de raciocinar particular a um indivíduo ou a um grupo [...] Seqüência [sic] coerente, regular e necessária de acontecimentos, de coisas.” (FERREIRA, 1999, p. 1230). Desse modo, também ligada à ideia de *relações*, a palavra *lógica* remete a ordenamentos, mas ultrapassa-os, incluindo aí um *sentido*, uma direção e, sem dúvida, traz a ideia de razões ou algo que movimenta, como já enunciado, emprestando necessidade ao “mundo”.

Para refletirmos sobre o *social* como *espaço*, *estrutura* e *sistema* de *relações* movido pela *própria lógica*, será necessário incluímos, agora, o *conceito/objeto campo*. Recorrendo, mais uma vez, aos *usos* reconhecidos publicamente ou à *linguagem* comum, podemos encontrar *imagens* interessantes e férteis relacionadas ao significado da palavra *campo* em um dicionário de francês:

[...] campus ‘planície, terreno cultivado’. Espaço aberto e plano [...] terra própria para o cultivo [...] Terreno, espaço (na guerra: germ. Kamp **V. Campeão**) *campo de batalha*: lugar de combates [...] (Século XIX). Espaço determinado, reservado a uma atividade [...] **Arena, carreira, liça** [...] *Deixar o campo livre*: retirar-se [...] Dar toda a liberdade [...] Domínio de ação. **V. Carreira, esfera. Dar livre campo à imaginação** [...] **V. Círculo** ‘*A erudição aumenta o campo da experiência*’ [...] Espaço limitado (concreto ou abstrato) reservado a certas operações ou dotado de propriedades [...] *Campo de instrumentos de ótica*: setor no qual todos os pontos são vistos no instrumento [...] *Campo visual*: espaço que abarca o olho. *Profundidade do campo* – Cinema [...] Espaço no qual todos os pontos são registrados pela câmera ou máquina fotográfica [...] Zona onde se manifesta um fenômeno magnético ou elétrico, um sistema de forças; porção do espaço onde a força aplicada em um ponto depende apenas de sua posição [...] **Matem.** Conjunto de pontos do espaço aos quais corresponde um SCALAIRE, um vetor [...] *O campo da consciência*: conteúdo da consciência em um dado momento – *Campo conceitual, semântico, léxico*; conjunto estruturado de noções (sentido, palavras). (REY; REY-DEBOVE, 1990, p. 283).¹⁸

¹⁸ “[...] *campus* ‘plaine, terrain cultivé.’ Espace ouvert et plat [...] terre propre à la culture [...] Terrain, space (À la guerre; germ. *Kamp*. **V. Champion**) *Champ de bataille*: lieu des combats [...] (XIX^e) Espace déterminé, réservé à une activité [...] **Arène, carrière, lice** [...] *Laisser le champ libre*: se retirer [...] Donner tout liberté [...] Domaine d’action. **V. carrière, sphère. Donner libre champ à son imagination** [...] **V. Cercle.** ‘*L’érudition agrandit le champ de l’expérience*’ [...] Espace limité (concret ou abstrait) réservé à certaines opérations ou doué de propriétés [...] *Champ des instruments d’optique*: secteur dont tous les points sont vus dans l’instrument [...] *Champ visuel*: espace qu’embrasse l’oeil. *Profondeur du champ*. – *Cinéma* [...] Espace dont tous les points sont enregistrés par la caméra ou l’appareil de photo. [...] Zone où se manifeste un phénomène magnétique ou électrique, un système de forces; portion de l’espace où la force appliquée à un point dépend de sa position seule [...] **Math.** Ensemble des points de l’espace auxquels on fait correspondre un scalaire, un vecteur [...] *Le champ de la conscience*: contenu de la conscience à un moment donné. – *Champ notionnel, sémantique, lexical*: ensemble structuré de notions (sens, mots).”

Em uma livre tradução, voltada aos *aspectos* que aqui interessam, é possível *ver campo como* espaço aberto para cultivo ou construções, lugar de luta, reservado a atividades, livre e determinado, mas também espaço de liberdade de ações, de experiências e dotado de propriedades, dimensões e estrutura, no qual todos os pontos podem ser visualizados; e ainda *ver campo como* sistema de forças interdependentes, podendo ser mensurado, ao tempo que também relativo a *sentidos* e a uma semântica. *Grosso modo*, essas referências configuram grande parte das *imagens* mobilizadas pelo *conceito/objeto* engendrado por Bourdieu, ou seja, do *ver o social como campo*. Portanto, diversos *aspectos* dos *usos* da palavra *campo* e, assim, de seu *sentido*, porque de suas aplicações nos discursos de Bourdieu, como veremos, estão presentes na *linguagem* comum, que parece emprestar seus *paradigmas*, tornando-se então *paradigma* para esse *conceito/objeto*.

No entanto, vejamos mais de perto as observações sobre o *uso* da palavra *campo* em alguns dos discursos do sociólogo francês, com base em um breve levantamento no livro *Science de la Science e Réflexivité*. Em termos gerais, chamamos a atenção para construções que afirmam que o *campo nasce, é, contém, possui características, age e sofre ações*, a exemplo de afirmações como: o *campo é gravitacional, é lugar de realizações empíricas de formas de vida, e é jogo; o campo contém agentes, capitais, divisões internas; possui princípios, autonomia, estrutura, estática, jogo, leis, tempo próprio, estado, lógica, capacidades e dinâmica; o campo “age” e “pode”, porque, dá crédito, alcança, reconhece, define, demanda e sofre ações dos agentes e dos capitais*. Em uma síntese provisória, consideramos então a possibilidade de pensar que “algo”, no caso, o *conceito/objeto, campo*, ao mesmo tempo, *é sujeito, lugar e jogo*.

A pretexto de uma problematização, vale refletir sobre a possibilidade de tantas afirmações sobre *campo*, ou um *conceito/objeto* na teoria de Pierre Bourdieu, como anteriormente pontuado, serem também conclusões das diversas investigações desenvolvidas por ele. Quer dizer, não podemos desconsiderar as conclusões de suas pesquisas como responsáveis pela diversidade de *aspectos* associados ao *objeto campo* e, assim, também supomos que, ao longo de sua trajetória intelectual, Bourdieu tenha incorporado novas necessidades *gramaticais* aos *usos* deste e dos demais *conceitos* que mobiliza em suas *descrições* do *social*. Como ele mesmo explicita, ao tratar da gênese das *noções* de *habitus* e *campo*, em *O Poder Simbólico* (2003, p. 59):

Ao apresentar aqui, de modo mais sintético e mais sistemático, os conhecimentos que pude obter, no decurso dos anos, pela aplicação a universos diferentes do mesmo modo de pensamento – aquele que é designado pela noção de *campo* –

conto realizar a confluência da diversidade aberta pela pesquisa em acção [sic] com a coerência reforçada por um olhar retrospectivo.

Entretanto, como o *objeto* de atenção aqui é sua *linguagem* na condição de *autonomia* atribuída genericamente a qualquer *linguagem*, o interesse volta-se às formas do dizer ou aos *usos* das palavras e enunciados, com a aplicação do *conceito campo*, que conformam *regras*. Assim, respeitando a circunscrição indicada por Miceli (2009), não trataremos os respectivos *usos* com referência a possíveis alterações temporais, mas sim admitindo a legitimidade simultânea de todas as aplicações encontradas, ou melhor, destacadas para este exercício.

Mais especificamente, reconhecendo a dificuldade de estabelecer rigorosos limites entre os *usos*, mas arriscando um esforço de sistematização, partimos da observação de conexões entre palavras que informam as *regras* traçadas ou evocadas por Bourdieu, nos trechos em que a palavra *campo* é usada. As distinções que orientaram as referidas observações, e em alguma medida constituem um produto dos exercícios anteriores, são o *uso* da palavra *campo*: a) para desenhar suas propriedades ou condições de *existência* em termos gerais; b) para descrever *campos* específicos; e c) as próprias definições verbais dessa palavra ou proposições que enunciam explicitamente a *gramática* da palavra *campo*.

É importante ressaltar que uma reflexão relativa a *conceitos*, que tem como recurso a observação de aplicações das palavras que os apresentam, ou melhor, de conexões que conformam as proposições e o conjunto de proposições, constitui-se em uma das possibilidades de leitura. E, se desde o início buscamos elucidar os limites desta abordagem, aqui os contornos de tais limites mostram-se mais evidentes. Notadamente, direcionamos o *olhar* para o reconhecimento de que, em *jogos complexos* como o de Bourdieu, as interligações entre palavras e enunciados, e mesmo a diversidade de palavras que poderiam substituir a palavra *campo*, a exemplo de *universo*, *espaço*, *mundo*, entre outras, conformam *aspectos* que, pelo exame mais direto da aplicação da palavra *campo*, podem não emergir. No entanto, afirmar tal possibilidade como fato, dependeria de um exame exaustivo dos *usos* dessas outras palavras.

Tomamos o exemplo da citação a seguir, quando encontramos a expressão *espaços sociais* figurando como sinônimo, ou melhor, podendo substituir e ser substituída pela palavra *campo*: “Considerando que cada um dos espaços sociais – por exemplo, família ou escola – funciona como um dos lugares em que se produz a competência e, ao mesmo tempo, como um dos lugares em que ela recebe seu valor [...]” (*A distinção*, 2007, p. 85).¹⁹ Este trecho afirma, por “extensão” ou de acordo com as próprias normas instituídas nos discursos de Bourdieu, que estabelecem *semelhanças de família* entre os *conceitos* de *espaços sociais*,

¹⁹ “Étant donné que chacun des espaces sociaux, famille ou école par exemple, fonctionne à la fois comme un des lieux où la compétence se produit et un des lieux où elle reçoit son prix [...]” (*La distinction*, 1979, p. 97).

mercado e campo, que o *objeto campo* é lugar de *produção de competências e atribuição de valor*, o que, pelas proximidades entre a ideia de *campo* e *economia social*, indica também a possibilidade do *uso* da palavra *mercado*, para substituir a palavra *campo*, como veremos.

Em outras palavras: para capturar, na *linguagem* do sociólogo, a *gramática* do *objeto campo* em seus diversos *aspectos* seria necessário perscrutar também as aplicações de palavras e expressões que, como *regra*, podem substituí-la. É nesse sentido que chamamos a atenção para possíveis omissões de *aspectos* relativos ao *objeto* designado também pela palavra *campo* nos discursos de Bourdieu.

Para reforçar essa característica das práticas linguísticas do sociólogo em um trecho mais extenso, no qual não há proximidade “geográfica” com o *uso* da palavra *campo*, já que os *usos* imediatamente anterior e posterior encontram-se, respectivamente, na página 60 e no último parágrafo da página 64, destacamos:

Se as variações do capital escolar são sempre estreitamente associadas às variações da competência, até mesmo, em domínios – por exemplo, cinema e jazz – que não são ensinados, nem controlados diretamente pela instituição escolar, ocorre que, no caso de *capital escolar equivalente*, as diferenças de origem social (cujos “efeitos” já se exprimem nas diferenças de capital escolar) estão associadas a diferenças relevantes. Estas serão tanto mais importantes e visíveis (salvo em níveis escolares mais elevados em que o efeito de sobre-seleção tende a neutralizar as diferenças de trajetória), em dois aspectos: em primeiro lugar, quanto menor for o recurso não a uma competência estrita e estritamente controlável, mas sobretudo a uma espécie de familiaridade com a cultura e, em segundo lugar, quanto maior for a distância do indivíduo em relação aos universos mais “escolares” e mais “clássicos” para se aventurar em regiões menos legítimas e mais “arriscadas” da cultura chamada “livre”. Por não ser ensinada pela escola, embora receba valor no mercado escolar, esta pode obter, em várias oportunidades, um altíssimo rendimento simbólico e proporcionar um grande benefício de distinção. O peso relativo do capital escolar no sistema dos fatores explicativos pode ser, inclusive, muito mais reduzido que o peso da origem social quando só é solicitado aos entrevistados para exprimirem uma *familiaridade estatutária* com a cultura legítima ou em vias de legitimação, relação paradoxal, feita da mistura de certeza com ignorância (relativa) em que se afirmam os verdadeiros direitos da burguesia, avaliados pela antiguidade. (*A distinção*, 2007, p. 62-63).²⁰

²⁰ “Si les variations du capital scolaire sont toujours très étroitement liées aux variations de la compétence, même dans des domaines tels que le cinéma ou le jazz qui ne sont ni enseignés ni contrôlés directement par l’institution scolaire, il rest que, à *capital scolaire équivalent*, les différences d’origine sociale (dont les ‘effets’ s’expriment déjà dans les différences de capital scolaire) sont associées à des différences importantes. Différences d’autant plus importantes et plus visibles (sauf aux niveaux scolaires les plus élevés où l’effet de sursélection tend à neutraliser les différences de trajectoire) que, premièrement, on fait moins appel à une compétence stricte et strictement contrôlable et davantage à une sorte de familiarité avec la culture et que, deuxièmement, on s’éloigne des univers les plus ‘scolaires’, les plus ‘classiques’, pour s’aventurer vers des régions moins légitimes, plus ‘risquées’, de la culture dite ‘libre’ qui, n’étant pas enseignée par l’école quoiqu’elle reçoive valeur sur le marché scolaire, peut, en mainte occasion, avoir un très haut rendement symbolique et procurer un fort profit de distinction. Le poids relatif du capital scolaire dans le système des facteurs explicatifs peut même être beaucoup plus faible que le poids de l’origine sociale lorsque l’on ne demande aux enquêtés que d’exprimer une *familiarité statutaire* avec la culture légitime ou en voie de légitimation, rapport paradoxal, fait de ce mélange d’assurance et d’ignorance (relative) où s’affirment les véritables droits de bourgeoisie, qui se mesurent à l’ancienneté.” (*La distinction*, 1979, p. 68).

Nesse fragmento, admitimos que tanto a palavra *domínio* como o *conceito mercado* podem ser substituídos pelo *conceito campo*. Destarte, as afirmações relativas a estas palavras poderiam ser estendidas para pensar o *objeto campo*. Considerando, por exemplo, que Bourdieu, ao identificar o *objeto mercado* como *espaço de rendimentos simbólicos* e de *distinções* e afirmar que a compreensão de sua *dinâmica* depende de observar a *trajetória e as diferenças de origem social* de seus participantes, reproduz *aspectos* da *gramática* do *conceito campo* para *descrever* o *objeto mercado*.

Entretanto é possível também anunciar que, se alguns dos *usos* de outras *palavras* e *conceitos*, a exemplo de *domínio* ou *espaços sociais*, pouco alteram a dimensão ou o *aspecto* a ser demarcado nesses casos, em outros, o *uso* do *conceito mercado* pode suscitar *aspectos* diferentes. Referimo-nos a situações em que o *uso* da palavra *mercado* substitui o *uso* da palavra *campo*, para chamar a atenção que o *objeto campo* é *espaço de trocas*, como claramente explicitado na citação a seguir, relativa ao *mercado escolar*:

[...] por trás das relações estatísticas entre o capital escolar ou a origem social e este ou aquele saber ou esta ou aquela maneira de implementá-lo, dissimulam-se nexos entre grupos que mantêm relações diferentes, até mesmo, antagonistas, com a cultura, segundo as condições em que foi adquirido seu capital cultural e segundo os mercados em que este obterá maior lucro. (*A distinção*, 2007, p. 17).²¹

Podemos ainda encontrar o *conceito mercado* explicitamente apresentado como um dos ângulos sob os quais o *objeto campo* pode ser visto, na seguinte afirmação:

Adquirida na relação com determinado campo que funciona como instância de inculcação e, ao mesmo tempo, como mercado, a competência cultural (ou lingüística) [sic] continua sendo definida por suas condições de aquisição que, perpetuadas no modo de utilização – ou seja, em determinada relação com a cultura ou com a língua – funcionam como uma espécie de “marca de origem” e, tornando-a solidária de certo mercado, contribuem ainda para definir o valor de seus produtos em diferentes mercados. (*A distinção*, 2007, p. 64).²²

Pontuamos que alguns dos *usos* do *objeto/conceito campo* foram desprezados, por considerarmos menos relevantes, ao mesmo tempo em que há *outros usos* refletidos tendo em

²¹ “[...] derrière les relations statistiques entre le capital scolaire ou l’origine sociale et tel ou tel savoir ou telle ou telle manière de le mettre en oeuvre, se cachent des relations entre des groupes entretenant des rapports différents, voire antagonistes avec la culture, selon les conditions dans lesquelles ils ont acquis leur capital culturel et les marchés sur lesquels ils peuvent en tirer le meilleur profit.” (*La distinction*, 1979, p. 10).

²² “Acquise dans la relation avec un certain champ fonctionnant à la fois comme instance d’inculcation et comme marché, la compétence culturelle (ou linguistique) reste définie par ses conditions d’acquisition qui, perpétuées dans le mode d’utilisation – c’est-à-dire dans un rapport déterminé à la culture ou à la langue – fonctionnent comme une sorte de ‘marque d’origine’ et, en la rendant solidaire d’un certain marché, contribuent encore à définir la valeur de ses produits sur les différents marchés.” (*La distinction*, 1979, p. 70).

vista mais de um *aspecto*. E para sistematizar a reflexão sobre os *aspectos* do *conceito/objeto campo*, tomaremos algumas das aplicações encontradas em *A distinção*, que predominantemente destinam-se a *descrições* do *social*, admitindo, como já indicado, que este esforço de sistematização implicou em uma categorização dos *usos* e, como toda classificação, apresenta limites e imprecisões.

Voltados inicialmente para as propriedades ou características mais gerais do *conceito/objeto campo*, encontramos as seguintes expressões e palavras a ele associadas: *de posições, hierarquizados, de lutas, de tomadas de posição e de aplicações (de investimentos)*. Estas, por sua vez, encontradas também em associação com os *conceitos* de *espaço, estrutura e sistema*. Referentes a dimensões mais específicas do *campo* ou dos *campos*, surgem as expressões: *dotados de lógica específica e de funcionamento, lógica e história estruturais, forças, dinâmica e âmago, propriedades e estado; possuem leis próprias e peculiares combinações de fatores*, e podem ser *organizados e transformados*.

Quanto aos *aspectos* que podem permitir a *descrição* de diferenças entre os múltiplos *campos*, Bourdieu “enuncia” algumas de suas *regras*: os *campos, conceito/objeto*, podem ser *mais ou menos legítimos, autônomos (determinados), estranhos e abandonados por determinadas atividades ou por outros universos/campos; e organizados em torno de posições polares ou em torno de posições homólogas*.

Há algumas afirmações que tomamos por definições verbais ostensivas e, embora não tenhamos encontrado uma definição propriamente, elas nos autorizam a afirmar que *campos são universos e inseparavelmente mercados, em que as competências culturais recebem valor*.

É curioso observar a diversidade de recortes do *mundo*, por assim dizer, demarcados pela palavra *campo*. Ou, em palavras mais wittgensteinianas, este *conceito*, ao integrar a nomeação de “objetos”, parece tragar o *mundo* por sua *gramática*, constituindo-se uma das determinações *essenciais* do *objeto social* na obra de Bourdieu. Repetindo o estilo bourdieuniano de *descrição*, apresentamos quarenta expressões encontradas em conexão com o *conceito campo*: *da classe dominante; das classes sociais; das lutas de classe comuns ou extraordinárias; da produção cultural; da produção filosófica; filosófico; universitário; intelectual; da música; da pintura; das histórias em quadrinhos; do jazz; da história; da astronomia; da psicologia; da parapsicologia; da ecologia; da geologia; de uma disciplina universitária na hierarquia das disciplinas; de um título nobiliárquico ou diploma escolar na hierarquia dos títulos; escolar; da moda; artístico; das empresas; da administração; médico; de consumo; de produção especializados; dos gostos socialmente produzidos; do poder; da grande produção; de intervenção da instituição escolar; econômico; cultural; social de gravidade;*

semântico; de produção ideológica; da alimentação; da linguagem; dos possíveis; de produção de problemáticas propriamente políticas; campo das possibilidades temáticas ou estilísticas.

O sociólogo francês apresenta ainda, no seguinte enunciado, a possibilidade de pensarmos intercessões entre os *campos*: “Os raros casos em que existe maior semelhança entre a sociologia e uma psicanálise social é quando ela se confronta com um objeto como o gosto, ou seja, um dos pretextos mais vitais das lutas, cujo espaço é o campo tanto da classe dominante quanto da produção cultural.” (*A distinção*, 2007, p. 17).²³

A diversidade de aplicações da palavra *campo* sugere que esta *gramática* prevê uma certa “elasticidade”. Há aplicações que se assemelham a um *sentido* bastante comum da palavra *campo*, aparentado ao das palavras *esfera* ou *dimensão*, como nos casos de: *da classe dominante; das classes sociais e das lutas de classe comuns ou extraordinárias*. Entretanto, os *usos* mais frequentes referem-se a delimitações do *espaço social, espaço de relações* – e estes podem ser pensados em sua globalidade e em suas múltiplas subdivisões, a exemplo de *campo intelectual, campo universitário, campo filosófico e campo da produção filosófica* ou, mesmo, *campo artístico, campo da música e campo do Jazz* – o que também remete a *usos* não tão frequentes, mas significativos, como na expressão *sub-campo*. Tais *usos* talvez explicitem uma das *regras* mais gerais da *gramática* do *social* engendrada por Bourdieu, apresentada aqui por palavras de Chauviré e Fontaine (2003, p. 16), ao introduzirem o esclarecimento sobre o vocábulo *campo*: “Resultante de um processo de diferenciação, o mundo social moderno se decompõe em uma multidão de microcosmos, os *campos*, os quais possuem, cada um, capitais, objetos e interesses específicos [...]”²⁴

A pretexto dessa explicitação, suscitamos aqui a aparentemente fácil naturalização da *imagem de diferenciação do social*, nos termos das *regras* implicadas no *uso* do *conceito campo*, ressaltando que não é minimamente admissível transitar dessa reflexão para qualquer afirmação sobre as perspectivas filosóficas, teóricas ou epistemológicas das autoras. Apenas demarcamos um exemplo pontual de suas práticas linguísticas nesta obra específica, para antecipar a atenção a determinações operadas pela *linguagem* que serão ponto de reflexão do próximo capítulo.

Retomando as observações direcionadas às conexões, apontamos para inflexões nos *usos e sentidos* do *conceito/objeto campo*. Quando encontramos associações como *campo do*

²³ “Il est peu de cas où la sociologie ressemble autant à une psychanalyse sociale que lorsqu’elle s’affronte à un objet comme le goût, un des enjeux les plus vitaux des luttes dont le champ de la classe dominante et le champ de production culturelle sont le lieu.” (*La distinction*, 1979, p. 9).

²⁴ “Issu d’un long processus de différenciation, le monde social moderne se décompose en une multitude de microcosmes, les *champs*, dont chacun procède des enjeux, des objets et des intérêts spécifiques [...]”

consumo ou de intervenção da instituição escolar ou, ainda, *de produção ideológica*, parece possível pensar em algumas direções: uma delas, ligada à *imagem de espaços* mais “concretos”, e esta talvez mais evidente, como uma dimensão de alguns *campos* específicos. Por exemplo, se pensamos no *campo cultural*, na globalidade de seus produtores e consumidores, podemos nos referir a um *campo do consumo cultural* (Cf. *A distinção*, 2007). Entretanto, parece também ser possível dirigir o *olhar* à esfera do consumo, admitindo um relativo abandono do *sentido* mais evidenciado *pelo uso* da palavra *campo* nos textos de Bourdieu e, ao mesmo tempo, mais próximo da *linguagem* comum. Com isto, perguntamos: se substituirmos, na citação a seguir, a palavra *campo* por *esfera* ou *domínio*, alteraríamos os propósitos dessa *descrição*, apesar destas não configurarem todas as *regras* implicadas no *uso* da palavra *campo*? No caso, se admitimos a possibilidade de substituição, poderíamos igualmente admitir que, sem ferir ou causar incoerências à *lógica* impressa em suas *descrições, jogos de linguagem complexos* como o de Bourdieu comportariam o emprego de *conceitos* mais elaborados, com certas inflexões mais próximas à *linguagem* comum. Um outro ponto de vista para refletir sobre a conexão *campo do consumo* exige que observemos de perto, um trecho no qual esse *uso* está inserido:

O verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo, e muito além dessa área, é a oposição entre os *gostos de luxo (ou de liberdade)* e os *gostos de necessidade*: os primeiros caracterizam os indivíduos que são o produto de condições materiais de existência definidas pela *distância da necessidade*, pelas liberdades ou, como se diz, às vezes, pelas *facilidades* garantidas pela posse de um capital; por sua vez, os segundos exprimem, em seu próprio ajuste, as necessidades de que são o produto. (*A distinção*, 2007, p. 168-169).²⁵

Tendo em vista agora o reconhecimento, pelo autor, do *princípio das diferenças* que configuram a *oposição entre os gostos* e, ainda, a caracterização de *agentes* determinada pela proximidade ou *distância da necessidade*, estas relativas à *posse de um capital*, talvez seja mais apropriado supor que a *gramática do objeto campo do consumo* é uma extensão da *gramática do objeto campo*. Quer dizer, ao levarmos em conta que Bourdieu, no trecho citado, *descreve aspectos da lógica* específica do *campo do consumo* utilizando os mesmos termos da *gramática do objeto campo*, podemos admitir que ele institui assim um *espaço social semelhante* aos demais. Não obstante seja possível vislumbrar *contrastes* entre o *objeto campo* e o *objeto*

²⁵ “Le véritable principe des différences qui s’observent dans le domaine de la consommation et bien au-delà, est l’opposition entre les *goûts de luxe (ou de liberté)* et les *goûts de nécessité*: les premiers sont le propre des individus qui sont le produit de conditions matérielles d’existence définies par *la distance à la nécessité*, par les libertés ou, comme on dit parfois, *les facilités* qu’assure la possession d’un capital ; les seconds expriment, dans leur ajustement même, les nécessités dont ils sont le produit.” (*La distinction*, 1979, p. 198).

campo do consumo se nos detivermos na abrangência e multiplicidade, aparentemente, relativas a este último. Portanto, aqui, suscitamos que *jogos complexos* podem contemplar *contrastes* internos, por assim dizer, lembrando que esta *técnica*, até então, foi reconhecida como recurso para estabelecer a distinção de *conceitos* de Bourdieu em relação a outros autores.

Acrescentamos ainda que a função da palavra *campo* parece diferenciada das demais apresentadas, quando em conexões como *campo dos gostos socialmente produzidos* ou *campo social de gravidade*. Talvez estes casos expressem um recurso para reforçar *regras* da *gramática* do *social* em Bourdieu, posto que imaginamos não ser cabível pensar, aqui, *gostos* não *socialmente produzidos* ou mesmo o *social* “sem forças” ou, mais precisamente, sem uma *legalidade* que determine aproximações e afastamentos em um *espaço*.

Em *Meditações Pascalianas*, as determinações/características de um *campo* ou *microcosmo* podem ser apontadas por palavras que remetem a distinções recíprocas. Mais precisamente, indicamos alguns *aspectos* sob os quais cada *campo* pode ser visto, quer dizer, *fins, disposições, estruturas, história, ponto de vista, nomos ou lei fundamental*. Um *campo* ainda pode ser visto pela *legalidade* que orienta seu *funcionamento*, se consideramos que a *gramática* do *objeto campo* determina que a cada *campo* deve corresponder *uma lógica, censura, crenças explícitas e tácitas, conhecimentos, mecanismos, palavras específicas e particulares processos de socialização*. Essa “inteireza normativa” de características do *objeto campo*, em *Meditações*, é relativa às *descrições* destinadas aos *campos escolásticos*. Estes, particularmente, parecem corresponder exemplarmente à *gramática* prevista antecipadamente na *noção de campo*.

Constam ainda, no referido texto, associações como *campo de batalha, do poder, dominados e de ação interpessoal*. As *forças em lutas, concorrências e batalhas* conformam então o *social* em estado objetivado, ou os *campos*. E assim, a *gramática* da palavra *campo* determina a *gramática* do *social* em Bourdieu, conferindo, por assim dizer, o tom das *especificidades*. O uso da palavra *específico*, e de suas variações, associa-se ao caráter geral impresso pela qualidade de ser *social*, determinando, ao mesmo tempo, um contraponto com este. Pensar o *social*, portanto, pode ser **visto como** pensar as *especificidades* do *social*.

Entretanto os *usos* mais “elásticos” da palavra *campo*, presentes em *A distinção*, parecem poder traçar uma multiplicidade de ângulos sob os quais o *objeto campo* também pode ser visto, sugerindo assim um menor grau de exigência em relação à concomitância de *aspectos*, se comparado aos *usos* da palavra *campo* em *Meditações*. Imaginamos e nos perguntamos que diferenças podem estar implicadas entre reflexões voltadas a *objetos*, aparentemente, de dimensões tão distintas como o *campo do consumo* e o *campo científico*, à

luz de alguns *aspectos* da *gramática* do *conceito campo*, notadamente, a história, a *legalidade* e a *lógica* específicas.

O *conceito campo* revela, expressivamente, a *gramática* do *social* em Bourdieu, entretanto, os *usos* das palavras *habitus* e *capital* são do mesmo modo imprescindíveis para a compreensão de sua complexidade.

Com a apresentação do que aqui denominamos de *gramática* da palavra *habitus*, chamamos a atenção para o estilo linguístico de Bourdieu ou, mais precisamente, para as escolhas linguísticas “responsáveis” por tecer suas *descrições* do *social*, notadamente, os *aspectos* do *objeto social* talhados por ele quando o *social* é **visto como** *habitus*. Quer dizer, quando o *social* é instituído *como habitus*, nos termos de Bourdieu, há *regras* explícitas como *princípios de busca de verdades* associadas à opção pelo *conceito habitus*. Neste caso, o *uso* da palavra *habitus* vem precedido das conexões *conceito de* e *noção de*. Coerente com seus pressupostos epistemológicos, o sociólogo afirma: “[...] o conceito de habitus tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações possuem mais frequentemente [sic] por princípio o senso prático do que o cálculo racional [...]” (*Meditações*, 2001, p. 78);²⁶ ou “[...] a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.” (*O poder simbólico*, 2003, p. 60); ou ainda, “[...] tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico” (*O poder simbólico*, 2003, p. 61); e mais,

[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim de um agente em acção [sic]: tratava-se de chamar a atenção para o ‘primado da razão prática’ [...] (*O poder simbólico*, 2003, p. 61).

Esta última citação, ao trazer o que poderíamos chamar de uma definição ostensiva verbal da palavra *habitus*, revela alguns *aspectos* de seu *uso* ou o *habitus visto como* postura e **como** princípio da ação, apresentando funções por ela exercidas, como o direcionamento para o “*primado do sentido prático*”. Observamos também que termos como *tem por função*, *exprime sobretudo*, *permitia-me romper* e mesmo, *como indica a palavra*, apontam para um estilo do dizer que explicita o caráter dependente da herança e da necessidade de

²⁶ “[...] le concept d’habitus a pour fonction primordiale de rappeler fortement que nos actions ont plus souvent pour principe le sens pratique que le calcul rationnel [...]” (*Méditations*, 1997, p. 78).

posicionamento. O estabelecimento de *contrastes* com outros *jogos de linguagem*, no caso, de forma desvelada, ao referir-se, por exemplo, ao estruturalismo, é um instrumento utilizado por Bourdieu para definir suas *regras* pela negação de outras *regras*, o que implica, por vezes, na mobilização de *paradigmas* e *imagens* já estabelecidos, que nestes *usos* cumprem a função de “afastar” *sentidos* não compartilhados por ele.

O próprio Bourdieu, com sua *linguagem* sociológica, indica-nos, em relação ao *uso* da palavra *habitus*, algo que Wittgenstein (2002, § 20) apresenta sobre o estabelecimento de contrastes para o esclarecimento de outro *sentido/uso* de uma palavra, tratando de *jogos de linguagem*:

Não há dúvida de que as primeiras aplicações por mim feitas da noção de *habitus* comportavam pouco mais ou menos tudo isso, mas apenas em estado implícito: eram, com efeito, o produto não de um cálculo teórico semelhante ao que acabo de fazer mediante uma balizagem sistemática do espaço teórico mas sim de uma estratégia prática do *habitus* científico, espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço. Creio, no entanto, que a escolha desta velha palavra há muito fora de uso, por não ter herdeiros e só ocasionalmente empregada, não é estranha à realização ulterior do conceito. (*O poder simbólico*, 2003, p. 61-62).

Portanto, de acordo com os pressupostos wittgensteinianos, poderíamos dizer que a clareza necessária à finalidade do *uso* da palavra *habitus* no *jogo de linguagem* de Bourdieu está na dependência do *jogo de linguagem* das ciências sociais, porque este construiu as condições para o *uso* da palavra *habitus* com *sentido*, ou as condições para o estabelecimento de contrastes que possibilitaram a atribuição de novos contornos ao *uso* desta palavra.

Há *habitus* *originário*, *primário*, *clivados* ou *divididos*, *destroçados*, *contraditórios*, *flutuantes* ou *variáveis*, *isomorfos*, *espontaneamente orquestrados*, *ajustados*, *herdado*, *diferentes*, *suscetíveis*, *praticamente compatíveis* e *socialmente exigido pelo campo*. Há *habitus* *específicos* ou relativos às *especificidades* dos *campos*, podendo receber alguns dos predicados também atribuíveis a estes, como: *científico*, *artístico*, *escolástico*, *econômico* etc. No entanto, imaginamos estranhos os *usos* da palavra *habitus* associada a termos como *do diploma escolar*, *social de gravidade* ou *das possibilidades temáticas ou estilísticas*, todos, como vimos, encontrados em conexão com a palavra *campo*. Tal estranhamento parece indicar que a “elasticidade” do *uso* da palavra *campo* não é acompanhada exatamente pela palavra *habitus*.

Acrescentamos que *habitus* é um estado, uma forma, produto de uma história e princípio das escolhas. Pode ser sistemático e é identificado também como: estado

incorporado da lógica específica de um campo, sentido do jogo e produto de estruturas estáveis; habitus ainda engendra as práticas e, mesmo, constrói o mundo. Semelhante a campo, o habitus “age” e “sofre” ações. Mas, diferente de campo, é propriedade, pois os agentes sociais são dotados de habitus.

Tendo em vista as breves anotações acima, consideramos mais apropriado dizer *ver* o sistema de disposições **como** habitus, do que dizer *ver* o habitus **como** sistema de disposições. Nada errado, decerto, na segunda opção, porém, como o termo *habitus* não se apresenta tão coloquial como a palavra *campo*, parece mais próprio ocuparmo-nos em tomar *imagens* e *paradigmas* associados a outras palavras para configurar o *sentido* de *habitus*, que o contrário.

Aqui, acreditamos que seja cabível uma digressão, pois, nestes termos, parece óbvio que a possibilidade de notar os *usos* ou não *usos*, ou mesmo *usos* mais ou menos frequentes, é sempre dependente do ponto de vista dos *jogos de linguagem* que compartilhamos, o que inclui o *capital informacional*, nos termos de Bourdieu, e a inserção cultural no *sentido* antropológico mais vulgar, no caso, notadamente dos *usos* mais comuns a cada língua. Por exemplo, particularmente, não sabemos afirmar se o *uso* da palavra *habitus* na *linguagem* comum na França é frequente. Caso seja, para um leitor daquele país, a força das *imagens* e *paradigmas* mobilizados pelo vocábulo *habitus*, cujo significado comum é apresentado como: “[...] (1586; lat. *Habitus* ‘maneira de ser’). *Med.* Aparência geral do corpo, enquanto indicação do estado geral de saúde ou doença. V. **Hábito**. (1) *Habitus fisiológico. Habitus mórbidos.*” (REY; REY-DEBOVE, 1990, p. 907),²⁷ pode tender a determinar o *sentido* em discursos específicos, como o sociológico. No caso do Brasil, diferente da palavra *campo*, muito empregada em diversas aplicações *semelhantes* por *traços de familiaridade*, arriscamo-nos a dizer que a palavra *habitus*, embora possa ser encontrada no dicionário, muito resumidamente, como “[...] Lat. ‘caráter’, ‘disposição’; ‘hábito’ [...]” (FERREIRA, 1999, p. 1025), não é de *uso* frequente na *linguagem* comum. Curiosamente, o que completa a informação sobre o verbete em Ferreira (1999, p. 1025) é identificado como seu significado na *Antropologia social*: “[...] Conceito com o qual se designa o conjunto de padrões adquiridos de pensamento, comportamento, gosto, etc., considerados como elo entre as estruturas sociais abstratas e a prática ou ação social concreta.”

Poderíamos afirmar que este último significado conforma um *conceito* genérico e, se considerarmos as exigências da *linguagem* científica, claramente, deveria depender das *gramáticas* de cada autor que tomasse a palavra *habitus* como “conceito” etc., etc., porém

²⁷ “[...] (1586; lat. *Habitus* ‘manière d’être’). *Méd.* Apparence générale du corps, em tant qu’indication de l’état général de santé ou de maladie. V. **Habitude** (1). *Habitus physiologique. Habitus morbides.*”

perguntamos: será que esse seria mais um caso em que um “conceito” científico passa a integrar a *linguagem* comum, sofrendo o que denominamos vulgarização? Aparentemente, se for o caso, ainda estaríamos muito distantes, por exemplo, do *uso* de termos como *classe social* ou *inconsciente*, estes já muito vulgarizados em nosso país.

Também chama a atenção o fato de encontrarmos nos enunciados tanto *disposições práticas do habitus* como a palavra *habitus* sendo substituída por *disposições*, como na citação a seguir:

Essa fórmula, que pode parecer abstrata e obscura, enuncia a primeira condição de uma leitura adequada da análise da relação entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição*, as “escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática [...] (*Razões*, 1996, p. 18).²⁸

Neste caso, a pergunta seria: as *disposições* são o próprio *habitus* ou fazem parte do *habitus*? Considerando que a inclusão das duas alternativas não causa ambiguidades, parece que a *gramática* da palavra *habitus* em Bourdieu revela o “espaço gramatical” em que a *palavra habitus* pode se mover, para recorrer a seus *aspectos*, dependendo das “necessidades” do dizer, dando, por vezes, a impressão de chegar perto de contradições ou absurdos, mas não se configurando como tais. De modo que parece ser possível *usar* a palavra *habitus* e tantos outros *conceitos* em *sentidos aparentados*, preservando a *exatidão* deste *jogo de linguagem*. Assim, *ver o indivíduo ou corpo biologicamente socializado* ou *a tendência à generalização*, ou, mesmo, *a sistematização de suas disposições como habitus* parece não causar estranheza aos leitores de Bourdieu.

Nesse sentido, outro traço interessante é a *imagem* suscitada, em alguns trechos, que supõe os *agentes* como habitados por vários *habitus*, quando, por exemplo, há referência ao *habitus de origem* ou quando lemos: “[...] uma adesão imediata, inscrita no mais profundo dos *habitus*, aos gostos e aversões, às simpatias e antipatias, às fantasias e fobias – tudo isso, mais que as opiniões declaradas, serve de fundamento, no inconsciente, à unidade de uma classe.” (*A distinção*, 2007, p. 75).²⁹ Ao mesmo tempo, a referência à unidade de um *habitus*

²⁸ “Cette formule, qui peut paraître abstraite et obscure, énonce la première condition d’une lecture adéquate de l’analyse du rapport entre les *positions sociales* (concept relationnel), les *dispositions* (ou les *habitus*) et les *prises de position*, les ‘choix’ que les agents sociaux opèrent dans les domaines les plus différents de la pratique [...]” (*Raisons*, 1994, p. 19).

²⁹ “[...] c’est enfin une adhésion immédiate, inscrite au plus profond des *habitus*, aux goûts et aux dégoûts, aux sympathies et aux aversions, aux phantasmes et aux phobies, qui, plus que les opinions déclarées, fondent, dans l’inconscient, l’unité d’une classe.” (*La distinction*, 1979, p. 83).

é comum quando lembramos dos *habitus* correspondentes aos diversos *campos de produção cultural* ou *artístico, científico* etc.

A intrigante *gramática* da palavra *habitus*, até porque parece contar bem menos com *paradigmas* que os demais *conceitos*, como já indicado, traz em sua explanação informações que tanto apresentam uma generalização como tratam de uma especificidade desta generalização. Segundo Bourdieu (*A distinção*, 2007, p. 90):

As disposições constitutivas do *habitus* culto formam-se, funcionam e são válidas apenas em um campo e na relação com um campo que, segundo a expressão de Bachelard a propósito do campo físico, é, por sua vez, um "campo de forças possíveis", uma "situação dinâmica" [...] em que algumas forças se manifestam apenas na relação com determinadas disposições: é assim que as mesmas práticas podem receber sentidos e valores opostos em campos diferentes, em estados diferentes ou em setores opostos do mesmo campo.³⁰

Estrutura estruturante porque *engendra as práticas e a percepção destas; estrutura estruturada* porque *produto das condições objetivas*. Deste modo, movimento e firmeza são sugeridos pelos diversos *usos* da palavra *habitus* encontrados ao longo dos discursos aqui privilegiados. Em *A Distinção e Meditações Pascalianas* são abundantes as definições tanto do *conceito* como do *objeto habitus* e dentre elas destacamos o *habitus* como *capital incorporado* (Cf. *A distinção*, 2007), para transitar em direção às observações sobre o *conceito/objeto capital*, embora este não se restrinja ao referido estado.

Antes de nos dedicarmos à *gramática* de *capital*, vale lembrar que a *linguagem* bourdieuniana é especialmente rica em expressões que remetem direta ou indiretamente à *linguagem* da economia. Não apenas *capital*, mas *mercado, produção, investimento, lucro, troca, economia, valor, patrimônio, propriedades, bens, crédito* e *conversão*, por exemplo, são palavras instituídas como *conceitos* para *descrever* a *economia social* ou, mais propriamente talvez, a *economia das práticas sociais* do sociólogo francês. Entretanto, importa repetir que, para ele “A teoria das práticas propriamente econômicas é um caso particular de uma teoria geral da economia das práticas” (*Le sens pratique*, 1980, p. 209).³¹ Esta nota, de caráter sociológico mais propriamente, contribui para lembrar que nos escritos de Bourdieu encontramos uma *linguagem* em que o *social* é o princípio e o fim.

³⁰ “Les dispositions constitutives de l’habitus cultivé ne se forment, ne fonctionnent et ne valent que dans un champ, dans la *relation* avec un champ qui, comme le dit Bachelard du champ physique, est lui-même un ‘champ de forces possible’, une ‘situation dynamique’ [...] où des forces ne se manifestent que dans la relation avec certaines dispositions: c’est ainsi que les mêmes pratiques peuvent recevoir des sens et des valeurs opposés dans des champs différents, dans des états différents ou dans des secteurs opposés du même champ.” (*La distinction*, 1979, p. 103).

³¹ “La théorie des pratiques proprement économiques est un cas particulier d’une théorie générale de l’économie des pratiques.” (*Le sens pratique*, 1980, p. 209).

No *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 2001, p. 44) encontramos algumas informações instigantes para esta reflexão:

Em linguagem comum, a palavra “capital” é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza. Capital poderia, então, significar uma soma de dinheiro a ser investida de modo a assegurar uma taxa de retorno, ou poderia indicar o próprio investimento: um instrumento financeiro, ou ações que constituem títulos sobre meios de produção, ou ainda os próprios meios físicos de produção [...] A ciência econômica burguesa amplia ainda mais o uso da expressão, entendendo-a também como qualquer bem, de qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente. Assim, uma casa poderia ser parte do capital de uma pessoa, ou mesmo um conhecimento especializado que lhe permitisse obter maior renda (capital humano). De um modo geral, portanto, o capital é um bem que pode gerar um fluxo de renda para seu dono [...]

Se tomamos as definições da palavra *capital* na *linguagem* comum, notadamente as apresentadas por Bottomore (2001), identificamos que estas já carregam *parecenças* com o *conceito bourdieuniano*, a exemplo dos traços presentes na afirmação: *capital é um bem que pode gerar um fluxo de renda para seu dono*, e do reconhecimento de que o conhecimento é *capital*, na noção de *capital humano*, estes, especialmente, *familiares à linguagem* do sociólogo.

Entretanto o *conceito capital*, na história das ciências sociais, apresenta características de *usos* também originados na economia política, com destaque para as aplicações desta palavra nos discursos de Marx. Sobre sua *gramática*, diz Bottomore (2001, p. 44): “[...] o capital é uma categoria complexa, que não é passível de uma definição simples, e a maior parte dos escritos de Marx foi dedicada à exploração de suas múltiplas expressões.” Não obstante, há algo de essencial, tanto em Marx como em Bourdieu, sem qualquer desprezo das significativas distinções: o *conceito/objeto capital é relação social*. Em palavras do sociólogo:

Todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em *efeitos simbólicos do capital*) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, o de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado. (*Meditações*, 2001, p. 295-296).³²

E para vasculhar com mais atenção as construções linguísticas que permitem a Bourdieu sustentar sua definição de *capital*, devemos seguir a trilha dos *usos* desta palavra. Em *A distinção*, há regularidade no *uso* do *conceito capital* em conexões mais imediatas, que indicam algumas das *espécies* do *objeto capital*. Dentre as associações, as mais comuns e abundantes

³² “Toute espèce de capital (économique, culturel, social) tend (à des degrés différents) à fonctionner comme capital symbolique (en sorte qu’il vaudrait peut-être mieux parler, en toute rigueur, d’effets symboliques du capital) lorsqu’il obtient une reconnaissance explicite ou pratique, celle d’un habitus structuré selon les mêmes structures que l’espace où il s’est engendré.” (*Méditations*, 1997, p. 285).

são *capital escolar* e *capital cultural*. Estão presentes, significativamente, também os termos *capital social*, *capital econômico* e *capital simbólico*. Usos menos frequentes no caso deste texto, mas importantes por descortinarem as possibilidades contidas na *gramática* do conceito/objeto *capital* são: *capital global*, *capital dominante*, *capital dominado*, *capital de origem* e *capital de chegada*. Mais raros ainda são os usos de *capital corporal* e *capital linguístico*, além de usos comuns a outros textos, mas neste aparecendo pontualmente como *sub-espécies* relativas ao *capital cultural*, ou *capital literário*, *científico* e *jurídico econômico*. Há referências ainda ao *capital industrial* como *sub-espécie* do *capital econômico*.

As classificações, por assim dizer, podem ser diversas; as *espécies* e *sub-espécies* acima citadas ilustram o que é denominado por Bourdieu de *qualidade do capital possuído* por *agentes* individuais ou grupos, embora haja também expressões muito frequentes nesse discurso, como *volume do capital*, que remete à dimensão *quantitativa*. O *capital* tanto pode sofrer alterações quantitativas, *crescer* ou *definhar*, como *qualitativas* já que pode ser *reconvertido* em outra *espécie* de *capital*. O *objeto capital* tem *forma*; ele pode ser *objetivado* ou *incorporado*. Bourdieu usa ainda o *conceito capital* em associações com *herdado*, *adquirido*, *reconhecido* e *investido*.

Em relação à *A distinção*, no livro *Meditações Pascalianas*, são acrescentadas duas conexões a *capital*: *informacional* e *estatal*. Diante deste último, refletimos sobre a classificação que remete diretamente ao que é *simbolicamente* importante e definido pelos *campos* ou *espaços sociais*, e que, em um mesmo *sentido* que o *conceito habitus*, acompanha os predicados do *objeto campo*. O *capital informacional* aparece como sinônimo de *capital cultural*, do mesmo modo que as palavras *reconhecimento*, *honra* e *nobreza* esclarecem o *sentido* de *capital simbólico*, conexão mais presente nesta obra que na anterior. A expressão *funciona como capital simbólico* parece resumir as *imagens* instituídas pelos usos da palavra *capital* nos discursos de Bourdieu, considerando a importância que os *paradigmas*, tanto da *linguagem* comum como da *linguagem* das ciências sociais, têm para sua significação. Ressaltamos, ainda, que as palavras *energia* e *poder*, ao serem usadas como sinônimos de *capital*, carregam *imagens* que suscitam a possibilidade de afirmar que o *objeto capital* detém, por assim dizer, forças com capacidade de mover e determinar a direção de um movimento, no caso, o movimento do *jogo social*.

Relativas aos automatismos do *habitus linguístico* de Bourdieu, para *usar* seus próprios termos, as nuances parecem ser inúmeras sob a perspectiva adotada, tanto em relação às *palavras/conceitos* contemplados neste exercício, como a tantos outros que não tocamos. E, aqui, concluímos este capítulo com Wittgenstein (2002, § 188, p. 311):

[...] a tua idéia [sic] foi a de que aquele intencionar da ordem fizera, à sua maneira, todas aquelas transições: como se, ao intencionares a ordem, a tua alma voasse à frente do teu corpo e fizesse todas as transições, antes de tu chegares com o teu corpo a este ou aquele termo.

Estavas assim inclinado a usar expressões como: “As transições estão *realmente* feitas, mesmo antes de eu as fazer por escrito, ou verbalmente, ou em pensamento”. E parecia que estavam como que pré-determinadas, de uma maneira *unívoca*, antecipadas, como só intencionar é capaz de antecipar a realidade.

Deixando de lado o contexto deste trecho de *Investigações Filosóficas* e, ao mesmo tempo, recorrendo à mesma questão, o que ora consideramos interessante é colocar uma interrogação ao final de cada frase desta citação, apenas para nos fazer refletir sobre uma indagação: será que as intenções normativas, inerentes a cada *conceito*, são capazes de antecipar todas as suas realizações linguísticas? Parece, pelo que vislumbramos até agora, que nossa resposta a esta questão teria que ser negativa. Porém tal inquietação, lembremos, está implicada em outra: o que significa *seguir regras* em se tratando de um *jogo de linguagem* inscrito nas ciências sociais? Com esta última pergunta em mente, seguimos para o próximo capítulo, dedicado a refletir sobre os vagos limites entre o *gramatical* e o empírico nos discursos de Bourdieu.

No entanto, ainda a propósito das reflexões sobre os modos do dizer bourdieunianos, à luz das noções de *imagem* e *paradigma*, faz-se importante chamar a atenção para os possíveis efeitos operados pela leitura de Bourdieu nas traduções consolidadas em diversos idiomas, o que não se constitui uma novidade, mas apenas ganha relevância especial devido ao objeto e à abordagem deste exercício. Considerando que as palavras escolhidas por ele definem as *imagens* e *paradigmas* que marcam significativamente os *sentidos* essenciais a sua sociologia, na medida em que as traduções, por diversas motivações ou mesmo por necessidades, fazem substituições, por vezes, distanciadas das referências originais, podemos supor também diferenças significativas nas apropriações que elas possibilitam.

Para citar um exemplo aparentemente relevante dessas diferenciações, lembramos que, na tradução consolidada em português de *Science de la Science e Réflexivité*, modificações efetivadas desde o título, *Para uma Sociologia da Ciência*, à tradução de “Un savant est un champ scientifique fait homme [...]” (*Science*, 2001, p. 84), que, do ponto de vista adotado, seria mais apropriado traduzir por, “Um cientista é um campo científico feito homem [...]”, aparece nas seguintes palavras: “Um cientista é a materialização de um campo científico [...]” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 62). Portanto consideramos pertinente perguntar: em que medida a *imagem* suscitada pela expressão *feito homem* pode ser capturada quando lemos a palavra *materialização*?

Reconhecemos, entretanto, que neste exercício não houve uma dedicação sistemática a ressaltar as referidas diferenciações, com o detalhamento talvez necessário. Restringimo-nos a observações pontuais e, em alguns casos, optamos por substituir traduções consolidadas por traduções que consideramos mais pertinentes aos *usos* instituídos por Bourdieu, posto que as *ferramentas* disponíveis na língua portuguesa permitiram substituições mais literais, nesses casos.

4 DAS CERTEZAS SOCIOLOGICAS DE BOURDIEU

Para além dos *aspectos* observados no capítulo anterior, relativos a *usos* de palavras que apresentam *conceitos*, introduzem *paradigmas* e *imagens* e constituem *objetos*, voltamos a atenção para a concepção de *proposições gramaticais* traçada por Wittgenstein, para refletir sobre o *gramatical* nos discursos de Bourdieu ou o que funciona como *regra*, porque relativo a suas *bases inamovíveis*. Esta sessão inicia-se com algumas notas referentes a distinções entre a *gramática* de *jogos de linguagem* e as noções de *metafísica*, *ontologia* e *transcendental*, tomando-as como instrumentos para introduzir uma extensão das *certezas wittgensteinianas* sobre as *certezas* ou algumas das *regras* instituídas por *conceitos* como *bases inamovíveis*, *crença*,¹ *fundamentos*, *verdade* e *falsidade*, que, por sua vez, conformam a abordagem do objeto ou o normativo na *linguagem* bourdieuniana, com o objetivo de trazer à luz as *certezas* de Bourdieu. A propósito do que reconhecemos como uma digressão, para concluir, colocamos em pauta liames e tensões surgidos da aproximação entre as *certezas* sociológicas de Bourdieu e as *razões* filosóficas de Wittgenstein.

Portanto, partindo da *imagem* apresentada por Moreno (1995), ao afirmar que Wittgenstein substitui o *transcendental* pelo *gramatical*, mobilizaremos alguns *paradigmas* vinculados à palavra *transcendental* na história do pensamento filosófico, iniciando pelo *conceito metafísica*. Abbagnano (2000) apresenta o verbete *metafísica* como a *ciência primeira* ou “ciência das ciências”, cujo princípio é condição de todas as ciências. Afirma ainda que “A M. apresentou-se ao longo da história sob três formas fundamentais diferentes: 1ª como teologia; 2ª como ontologia; 3ª como gnosiologia” (ABBAGNANO, 2000, p. 661), cujos objetos, respectivamente, são *o ser mais elevado e perfeito*, origem de tudo; *os caracteres fundamentais do ser*, ou a afirmação de necessidades e determinações “[...] presentes em todas as formas e modos de ser particulares” (ABBAGNANO, 2000, p. 662); e os princípios comuns a toda ciência. Esta última reputada a Kant, ou “[...] o estudo da formas ou princípios cognitivos que, por serem constituintes da razão humana – aliás de toda razão finita em geral –, condicionam todo saber e toda ciência, e de cujo exame, portanto, é possível

¹ Sobre o *conceito* de *crença*, Glock (1998) apresenta um extenso debate e algumas das suas concepções construídas por autores como Frege, Russel, Moore, para traçar os *sentidos* desta palavra nas obras de Wittgenstein. E conclui afirmando: “O conceito de crença, entretanto, vincula-se àquilo em que as pessoas *diriam* (sinceramente) acreditar, bem como ao modo como agiriam em certas circunstâncias.” (GLOCK, 1998, p. 116). Neste exercício, usamos a palavra *crença* em um mesmo *sentido* que *certeza* ou *bases inamovíveis*, ou melhor, ativando *aspectos* destas *semelhanças de família*.

extrair os princípios gerais de toda ciência.” (ABBAGNANO, 2000, p. 665). Para Abbagnano (2000, p. 666), duas questões indissociáveis resumem a presença da *metafísica* no debate atual: “[...] 1º a questão do significado ou dos significados de *existência* na linguagem das diversas ciências; 2º a questão das relações entre as diversas ciências [...]”

Consoante Mora (2001, p. 1944), a denominação, para alguns, atribuída por Andrônico de Rodes apenas com a intenção de classificar escritos de Aristóteles, *metafísica* ou “[...] as coisas que estão atrás das coisas físicas [...]”, ajustou-se muito bem às pretensões da “filosofia primeira” de avançar para o conhecimento que estaria além das coisas “naturais”. E ainda sobre as pretensões destinadas à *metafísica*, Abbagnano (2000, p. 661) acrescenta algo muito ilustrativo para as inquietações deste trabalho, ao dizer que “Nessa ciência das ciências, Platão reconhecia a *dialética* [...], cuja tarefa fundamental seria criticar e joeirar as *hipóteses* que cada ciência adota como fundamento, mas que ‘não ousam tocar porque não estão em condições de explicá-las’ (*Rep.*, 533 c).”

Objeto de diversas interpretações, a *metafísica* foi considerada a “ciência primeira” e a “filosofia primeira” ao longo da história da filosofia e, nas palavras de São Tomás, citado por Mora (2001, p. 1945), “[...] ‘a ciência da verdade, não de qualquer verdade, mas da verdade que é a origem de toda a verdade, isto é, que pertence ao primeiro princípio pelo qual todas as coisas são. A verdade que pertence a esse princípio é, evidentemente, a fonte de toda a verdade.’” Nessa perspectiva, a *metafísica* tem como objeto *Deus* e o *ser*. Ainda nos termos de Mora (2001), a *metafísica*, para os escolásticos medievais, é una, embora implique nas duas dimensões do objeto, sendo a segunda subordinada à primeira e, deste modo, dependente também da “revelação”.

Na modernidade, negada como ciência pela própria negação da existência de seu objeto, ou do transcendente (Cf. MORA, 2001), ou admitida como possível mediante algumas condições, a *metafísica* continua como objeto de estudo e disciplina que, para outros, deve ser considerada distinta da *lógica* e da *ontologia*. Esta última “[...] concebida como uma *philosophia prima* que se ocupa do ente em geral” (MORA, 2001, p. 1947).

Kant é apresentado por Mora (2001) como um autor que atribui centralidade à reflexão sobre a possibilidade e o objeto da *metafísica* e, com o objetivo de constituir seus fundamentos “cientificamente”, dirige sua crítica aos limites da razão. Já o positivismo comteano reserva à *metafísica* o lugar de conhecimento “limitado historicamente” e, assim, destinado a ser superado.

Referindo-se aos debates entre o final do século XIX e início do século XX, Mora (2001, p. 1947) afirma:

Em todos esses movimentos, a metafísica é com frequência [sic] revalorizada “a partir de dentro”, isto é, a partir do interior de um saber positivo. O mesmo ocorre em Bergson. A reabilitação bergsoniana da metafísica não supõe a adesão ao conhecimento racional do inteligível; supõe precisamente a negação ou limitação desse conhecimento e a possibilidade de uma apreensão intuitiva e imediata do real, que a ciência decompõe e mecaniza. Alguns negaram a metafísica no sentido tradicional e reconheceram, em contrapartida, a existência de uma aspiração metafísica insuspeitada no homem. Isso ocorre com Dilthey e com todos os autores que de um modo ou de outro tendem a transformar a metafísica numa “concepção do mundo”, ao mesmo tempo inevitável e indemonstrável.

Ainda há autores, de acordo com Mora (2001), que, apesar de não tomarem a *metafísica* como objeto, são reconhecidos como construtores de *metafísicas*, a exemplo dos existencialistas. Não obstante, ele conclui sua apresentação sobre o verbete *metafísica* defendendo a extrema proximidade deste com a *ontologia*² e, resumidamente, afirma:

Tendo em vista a variedade de opiniões sobre a metafísica, é quase óbvio que não há nada que se possa denominar “a metafísica”. Há modos de pensar filosóficos muito diferentes que envolvem diversos tipos de metafísicas, amiúde incomparáveis entre si. Parece razoável abster-se de discutir sobre se “a” metafísica é legítima ou não, ou eliminar, na medida do possível, essa palavra do vocabulário filosófico. O que se fizer então filosoficamente será importante, não se se chama ou não “metafísica”. (MORA, 2001, p. 1949).

Como já indicado, partilhando a herança de questões acima ilustrada, Kant instituiu a *filosofia transcendental*, cujo foco volta-se para as formas do conhecer, tendo como um dos contrapontos a *metafísica*, esta dirigida “ao objeto”. Para falar desses liames *conceituais*, mesmo que por oposição, lembremos, com Caygill (2000, p. 311), o ponto de vista kantiano:

Uma exposição metafísica de espaço, por exemplo, é a que apresenta com clareza o que pertence a um conceito dado *a priori* [...] ao passo que uma exposição transcendental explica um conceito ‘como um princípio a partir do qual se pode entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*’ [...]

Quer dizer, no *jogo de linguagem* da *filosofia transcendental*, fala-se de “conceito” posto como “um princípio” e não mais de “objeto”, e o “mundo” passa a ser identificado como “[...] ‘soma total de todas as aparências’ [...]” (CAYGILL, 2000, p. 234).

Nessa tentativa de esboçar, ainda que muito grosseiramente, uma trama em um traço ou, mais precisamente, de “apanhar” *semelhanças* e distinções entre as palavras *metafísica*, *ontologia*, *transcendental* e *gramatical*, importa estarmos atentos ao que afirma Kant (2001, p. 92): “Eis porque nem o espaço, nem qualquer determinação geométrica *a priori* são

² “Afirmar que a metafísica (ou, sem rodeios, a ontologia) se ocupa dos traços mais gerais da realidade não leva necessariamente a elaborar metafísicas de caráter predominantemente especulativo [...]” (MORA, 2001, p. 1949).

representações transcendentais; só ao reconhecimento da origem não empírica destas representações e à possibilidade de, não obstante, se referirem *a priori* a objectos [sic] da experiência pode chamar-se transcendental.” E assim repetimos duas das *certezas* kantianas: há representações que não têm origem na empiria; o conhecimento das representações que não têm origem na empiria deve ser qualificado de transcendental.

Aqui parece ser possível transitar de volta para pensar a *imagem* usada por Moreno (1995) com o objetivo de configurar a posição de Wittgenstein, ou a substituição do *transcendental* pelo o *gramatical*, parodiando Kant (2001) arriscando dizer: *ao reconhecimento da origem não empírica de representações e à possibilidade de, não obstante, se referirem a priori a objetos da experiência pode chamar-se gramatical* ou, mais precisamente, as atividades com a *linguagem* conformam as condições de possibilidade de todo conhecimento, posto que mesmo a empiria tem como condição o *gramatical*. Então, como em Kant, o *transcendental* é referência da possibilidade do conhecimento (Cf. MORA, 2001), em Wittgenstein essa possibilidade é posta pela *linguagem* ou pelo *gramatical*.

Para além ou aquém de ser uma ambição insuspeitada do homem ou de princípios comuns a toda ciência, no entendimento de Kant (2001), na perspectiva wittgensteiniana a polêmica travada sobre o “mundo” não mais é objeto de atenção, e sim a *linguagem*. É esta que determina as condições de possibilidade do conhecimento, ao estabelecer as próprias condições do dizer. A posição a ser defendida consiste em que não há possibilidade de uma *linguagem* sem que esta esteja assentada em pressupostos, e que estes, em última instância, não podem ser tratados como “algo” externo à própria *linguagem*. A filosofia wittgensteiniana distancia-se das pretensões mais remotas da *metafísica*, no sentido de não aceitar a “crença” em poder “apanhar” *o que está além das coisas* e, ao mesmo tempo, distingue-se das *certezas* kantianas, que sustentam a “realidade” *transcendental*. A perspectiva *gramatical* não nega a “existência”, mas coloca a questão central no “fato” de *convicções não fundamentadas* serem imprescindíveis ao *funcionamento* da *linguagem*, sejam elas “verdadeiras” ou falsas. Ou seja, a aceitação da necessidade de pressupostos para falar do *mundo*, não transita, necessariamente, para a afirmação destes como “verdades” ou falsidades, considerando que tais pressupostos pertencem à *linguagem* e, assim, não se constituem propriamente em “objetos” ou “realidade do mundo”. Nesse sentido, as *crenças* ou *convicções não fundamentadas* são condições para o *funcionamento* da *linguagem*, não cabendo à *filosofia gramatical* avaliar o mérito da “existência” ou não de “objetos do mundo”, mas sim trazer à tona os pressupostos que permitem e condicionam as práticas que, como a ciência, colocam à

prova da experiência os referidos *objetos*, cujos *sentidos* são inteiramente determinados no interior de uma *linguagem*.

Não obstante, se funcionam como verdades, *as convicções não fundamentadas*, nos termos mais especificamente de Wittgenstein, supõem a “aceitação” daqueles que com tais princípios operam, o que remete às *formas de vida* e suas especificidades. Como antecipamos na Introdução, o deslocamento operado por essa perspectiva parece ser especialmente inquietante para pensar sobre o “conhecimento científico”, não interessando, por exemplo, se as diversas correntes assumem ou não ontologias ou professam convicções sobre o *mundo*. O *gramatical* tornou-se o foco porque, de acordo com as referências adotadas, nele “reside” os *fundamentos* ou os *usos* normativos, a forma como na *linguagem* os *sentidos* são constituídos ou instituídos.

Em consonância com este ponto de vista que rompe com o *projeto de fundamentação*, faz-se necessário dirigir o *olhar* para “[...] interpelar as formas de vida através de situações regionais teoricamente organizadas: os jogos de linguagem [...]” (MORENO, 1995, p. 112), o que, nesta reflexão, permitiu levantar questões sobre como estão apresentados os conteúdos *gramaticais* e empíricos no *jogo de linguagem* de Bourdieu.

De acordo com Moreno (1995, p. 92-93), diferentes das proposições empíricas, cuja “[...] compreensão do significado está diretamente ligada ao papel que atribuímos à experiência na decisão sobre seus valores de verdade [...]” e que *descrevem fatos do mundo*, as *proposições gramaticais* são enunciados que determinam as propriedades destes ou “[...] descrevem propriedades ‘internas’ dos fatos [...]” sem sobre eles dizer algo. Elas apresentam as convenções aceitas para tratar os *fatos*, delimitando as fronteiras das *descrições*, quer dizer, instituindo as *condições de possibilidade da empiria*.

Destarte, uma das fontes de confusão é a não distinção entre as funções atribuídas às proposições em um *jogo de linguagem* ou, mais especificamente, quando tomamos *proposições gramaticais* por proposições empíricas, ou seja, tomamos as *regras* para falar do *mundo* como se estas fossem a própria *descrição* do *mundo*.

Essa perspectiva supõe a ruptura “[...] com a distinção entre proposições analíticas e proposições sintéticas [...]” (MORENO, 1995, p. 113), já que as *proposições gramaticais* apresentam conteúdos que “*descrevem o mundo*”, exercendo a função de *regras*, embora, ao mesmo tempo, nelas mesmas não se encerrem, como seria o caso de proposições analíticas, e sim dependam do conjunto de referências que as abriga ou da *gramática* que estabelece seus contornos, na qual reside o esclarecimento de suas aplicações.

Para iniciarmos esse exercício e ampliar as considerações que *fundamentam* a “natureza” e importância da concepção de *proposições gramaticais*, chamamos a atenção para a seguinte proposição de Bourdieu: “[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica [...]” (*Razões*, 1996, p.15).³

Do ponto de vista que adotamos para refletir sobre a frase citada, cabe lembrar que não será sobre uma possível “essência” da “realidade do mundo social” que estaremos falando, mas sim dos laços *gramaticais* que constituem necessidades nos discursos de Bourdieu. Ou seja, a atenção aqui estará voltada para o estabelecimento por Bourdieu de relações internas a sua *linguagem* que supõem, a exemplo da frase acima citada, a necessidade do *mundo social* possuir uma *lógica*. Quanto à possibilidade ou não de *capturar essa* lógica pela *submersão em realidades empíricas*, apenas pontuamos que sua significação está na dependência da aplicação de *técnicas* relativas ao quadro de referência epistemológico de Bourdieu, sobre o qual não nos debruçaremos aqui.

Em um esforço de reflexividade ainda mais exigente, lembramos que: “[...] proposições com a forma de proposições empíricas e não só proposições da lógica formam a base de todas as operações com o pensamento (com linguagem).” (WITTGENSTEIN, 2000, §401, p. 113), porque é importante ter em mente que as *regras* introduzidas pelos *conceitos* que constituem *necessidades lógicas* no interior das *proposições gramaticais* trazem afirmações sobre o *mundo* ou sobre *objetos extralinguísticos*, ao mesmo tempo em que determinam *a priori* o *sentido* da experiência.

³ “[...] l’on ne peut saisir la logique la plus profonde du monde social qu’à condition de s’immerger dans la particularité d’une réalité empirique [...]” (*Raisons*, 1994, p. 16).

Vale observar que Bourdieu *usa* esta proposição não em *descrições do social*, mas a propósito de explicitar que *todo* o seu *empreendimento científico se inspira* na referida *convicção* e, em consonância com o rigor epistemológico adotado por ele, afirma que sua intenção é *construir* as análises dos *casos* como *uma figura em um universo de configurações possíveis* (Cf. *Razões*, 1994). Aparentemente, nesta explicitação está posto que a afirmação da “possibilidade de capturar a lógica mais profunda no mundo social” é por ele admitida como um dos *princípios de busca de verdade* tomados para falar do *social*. Entretanto, neste trabalho, apesar do esclarecimento apresentado por Bourdieu, tal afirmação será tomada como exemplo para refletir sobre a presença de *proposições gramaticais* e, assim, sobre as *bases inamovíveis* de seus discursos. Destarte, não obstante as ressalvas, consideramos pertinente tomar a referida afirmação como um eixo para as reflexões a seguir, até porque expressa emblematicamente as *certezas* que podem ser observadas em outros trechos selecionados para este exercício. Acrescentamos ainda que também poderíamos supor certa ambiguidade no reconhecimento apresentado por Bourdieu, tendo em vista que podem ser desdobradas desta afirmação duas proposições e que seus esclarecimentos não deixam claro, exatamente, se ele refere-se a ambas ou apenas à segunda: a primeira, “existe uma lógica mais profunda do mundo social”; e a segunda, “existe a possibilidade de capturá-la”. Lembramos, aqui, que a segunda afirmação de existência, por assim dizer, supõe a primeira como “verdade”.

Desse modo, debruçar-se sobre as necessidades presentes nas *proposições gramaticais* construídas por Bourdieu consiste em debruçar-se sobre *proposições existenciais*⁴ usadas como *regras* para sua *linguagem*, e admitidas, portanto, como não sujeitas a qualquer verificação, porque relativas ao fim de sua *justificação* ou referentes às *bases inamovíveis* de seu *jogo de linguagem*.

Nesse sentido, diz Moreno (1995, p. 113): “[...] os conceitos são [...] formas convencionais de organizar a experiência, quadros de referência que estabelecemos para comparar os objetos.” E quando incorporados às proposições, os *conceitos* fazem emergir a necessidade como constitutiva dos *fatos*, não havendo, no entanto, a obrigatoriedade de correspondência a *fatos* (Cf. MORENO, 1995). Aqui é possível articular a concepção de *crenças* que, consoante à ruptura relativa ao *projeto de fundamentação*, em nada deve ser confundida com a defesa de uma metafísica ou ontologia, e sim associada a toda série de implicações relativas à práxis da *linguagem* ou a *seguir regras*, portanto sustentadas pelas práticas linguísticas, como já explicitado anteriormente.

A proposição destacada tem como lastros de sua necessidade *gramatical* dois *conceitos*, pois configura tanto a *existência* do *social* como de *sua lógica*. Desse modo, a aceitação desses *conceitos* torna-se condição *sine qua non* para a *compreensão* da proposição e, assim, para proceder à aplicação de *técnicas* voltadas à determinação da abrangência destes, no caso, somente possível na dependência da *gramática* bourdieuniana.

A propósito de refletir sobre as articulações entre a concepção de *proposições gramaticais* e outras afirmações sobre a *linguagem* apresentados por Wittgenstein, em *Da Certeza* (2000), retomaremos o já suscitado anteriormente para explicitar as *imagens* associadas ao *social* pela palavra *lógica*, esta tratada aqui como um *conceito* pertencente ao *modo de apresentação* de Pierre Bourdieu.

Resumidamente, admitir a “existência” de uma *lógica* do *social* faz parte das *regras* ou pressupostos de Bourdieu, portanto uma das condições para a *descrição* do *social* em seus discursos. Quer dizer, já comporta conteúdos sobre o *mundo*, não obstante tomados como *regras*, porque institui a *lógica* como *fato linguístico* ou condição para *descrever* o *social*. Considerando, pois, que não há qualquer significação específica construída pelo autor para

⁴ *Grosso modo*, poderíamos resumir: *proposições existenciais* são aquelas que afirmam a *existência* de algo. Moreno (1995, p. 72-73) apresenta todos os exemplos iniciados pela palavra *existe*, seguidos, respectivamente, de *vida em Marte*, *o verde avermelhado*, *universais* e *Deus*, identificando-as com as seguintes palavras: “As proposições [...] possuem o mesmo conteúdo atributivo, isto é, todas atribuem a propriedade de existência a x.” Não obstante, o que aqui interessa ressaltar é a possibilidade de diferentes *usos* dessas *proposições*: um relativo à descrição de *usos* de palavras, por indicar a significação de um termo; e outro referindo-se a ou *descrevendo* objetos extralinguísticos.

esta palavra, admitir a “existência” de uma *lógica do social* é supor que neste haja algo assemelhado a uma “Seqüência [sic] coerente, regular e necessária de acontecimentos e coisas [...]” (FERREIRA, 1999, p. 1230), se tomarmos como *paradigma* a significação da palavra *lógica* em um dicionário de língua portuguesa ou uma referência publicamente aceita, portanto, neste caso, condição de comunicação.

Com Moreno (1995, p. 87), poderíamos perguntar: “Conteriamos, a experiência empírica, elementos suficientes para a percepção da [...]” ***seqüência coerente, regular e necessária de acontecimentos e coisas que o social possui?*** No mínimo, tal resposta estaria na dependência da elucidação das palavras *seqüência*, *coerente*, *regular*, *necessária*, e mesmo, *acontecimentos e coisas*, e todas elas em relação com o *social*.

A própria dificuldade implicada no esforço para *compreender a lógica do social* já anuncia um eixo do ponto de vista wittgensteiniano sobre os *jogos de linguagem*, de acordo com Moreno (1995, p. 87):

[...] aquilo que consideramos ser a aparência empírica das situações não fornece nenhum critério suficiente para a aplicação de expressões que possam descrevê-las [...] Em outras palavras, quando olhamos mais de perto, procurando precisar a significação conceitual, parece-nos que a representação mental não pode colher materiais na percepção para construir o conceito [...]⁵

No caso, os *conceitos de lógica e de social*, tomados como *representação mental*, supõem que a fonte de suas significações não estaria posta na percepção. Nesse sentido, assemelhados a *aspecto* e apenas podendo ser apresentados por comparações, as *representações mentais* estão ligadas à *vontade*. O que pode ser melhor elucidado com base no *conceito de ver como*, este já utilizado no capítulo anterior como instrumento para ressaltar as formas peculiares de *ver os objetos* ou, mais propriamente, os *aspectos* privilegiados nas práticas linguísticas de Bourdieu que, por sua vez, instituem seus *objetos*, embora não explicitado, como pretendemos apresentar a seguir. De acordo com Moreno (1995, p. 88):

Por contraste ao conceito de *ver*, estabelecemos uma relação de parentesco entre os conceitos de *ver como* e de *representação*, pois as aplicações que fazemos destes conceitos supõem, por exemplo, a presença da *vontade*: damos ordens, diz Wittgenstein, tais como: “*represente-se tal coisa*” ou “*veja este objeto como tal coisa*.”

Nas palavras de Giannotti (1995, p. 123): “[...] o ato de ver somente se torna significativo de um ponto de vista já gramatical.” Sem nos determos em toda complexidade das

⁵ Este trecho é formulado a propósito do conceito de *identidade*, tomado como exemplo para explicitar a questão tratada acima.

análises relativas à *gramática* do verbo *ver* para Wittgenstein e os estudiosos de sua filosofia, interessa aqui explicitar suas convicções, à medida que estas se tornam lastro para refletir sobre os laços *gramaticais* construídos por Bourdieu, e estes configuram as condições peculiares de suas *descrições* do *social*, já que “[...] as soluções encontradas no estudo da gramática do ‘ver’ alteram o conceito de ‘fenômeno’.” (GIANNOTTI, 1995, p. 126). Quer dizer:

Ao notarmos um aspecto, ao mudarmos nosso enfoque de uma figura que, não obstante a mudança, continua a mesma [...] são diversos os percursos, não sendo o conjunto redutível a um modelo. Assim [...] podemos passar de uma imagem confusa a uma imagem ordenada [...] de uma organização a outra [...] de uma alternância de fundo e figura. (SILVA, 2002, p. 285).

Portanto, a *gramática* do *ver* como é apresentada como aquela que supõe necessidades ou explicita a colocação de condições para a apresentação de um *objeto*. Pensamos aqui, inicialmente, sobre a *lógica* como um *aspecto* do *objeto* determinado pelo uso da palavra *social*. Assim, *ver* o *social* como um *objeto* dotado de *lógica* supõe uma alteração (Cf. SILVA, 2002), ou a presença da *vontade* ou, por *parecença de família*, da *representação* do *social* formulada por Pierre Bourdieu, e que apenas pode ser *compreendida/explicada* com o domínio das diferentes *técnicas* mobilizadas pelo referido autor para a apresentação do *social*, pois,

A ‘representação’ nada mais exprime, segundo Wittgenstein, do que a prática de hábitos e de instituições permeados pela linguagem; a elaboração de diferentes técnicas para comparar e construir objetos [...] o desenvolvimento de diferentes atitudes, estética ou utilitária [...] frente aos objetos que afirmamos ‘ver’ ou ‘representar’. (MORENO, 1995, p. 90).

Nesse sentido, as *proposições gramaticais*, a exemplo da que afirma que o *social* possui uma *lógica*, parecem evidentes e carregadas de necessidades pela dificuldade em imaginar outra *gramática* (Cf. MORENO, 1995). Genericamente, parece ser possível afirmar que todo discurso sociológico supõe a *existência* de uma *lógica social*, no *sentido* deste possuir regularidades, não obstante a multiplicidade de termos e *lógicas* apresentados. E mesmo imaginando uma posição infensa à existência de regularidades, a exemplo de um autor que afirme que não existe *lógica no social*, a afirmação da existência da *lógica do social* seria condição de possibilidade para enunciar com *sentido* tal oposição.

Outrossim, parece muito estranho, por exemplo, um discurso sociológico que afirmasse algo como: *a lógica possui um social*. Porque: “Não basta, todavia, poder imaginar jogos de linguagem possíveis para que eles se instaurem como hábitos e possam desfazer as

confusões conceituais [...] Basta apenas imaginá-los para a finalidade de relativizar as Imagens que habitam nosso pensamento.” (MORENO, 1995, p. 91).

Após a explanação inicial sobre as *proposições gramaticais* como expressões de necessidades, na medida em que tem suas aplicações inteiramente determinadas por conteúdos *gramaticais*, examinemos mais de perto o ponto de vista wittgensteiniano traduzido por Moreno (1995, p. 92), na seguinte afirmação: “As proposições gramaticais não se reduzem, todavia, a simples formas tautológicas que afirmam apenas aquilo que elas próprias postulam, nem a simples formulações de convenções lingüísticas [sic] arbitrárias.” Consideramos que estas dependem de outras *regras* presentes na *gramática* em que estão mergulhadas e, portanto, como já antecipado, dependem da aplicação de outras *técnicas* para que tenham suas próprias aplicações determinadas.

A confusão provém de que “Passamos a atribuir às proposições gramaticais um conteúdo informativo que iria além de nossas próprias convenções e dos fatos: informações a respeito de entidades extralingüísticas [sic] *a priori*” (MORENO, 1995, p. 93), como se admitíssemos a “existência” de uma *lógica profunda do social* não como *regra*, mas como “fato”. Em outras palavras, a *essência* que emerge das *proposições gramaticais* é, nessa perspectiva, a *norma* ou a *regra* formulada para os *usos* das palavras e não uma verdade sobre o *mundo*, como anunciamos na introdução deste capítulo.

Nos termos do exercício proposto, teríamos que aplicar os *conceitos* que Bourdieu utiliza para falar do *social* ou os eixos de sua *gramática*, para compreendermos o que significa a *lógica do social*. Ou melhor, a *sequência coerente, regular e necessária de acontecimentos e coisas* é especificada pelas *regras* para falar do *social* instituídas por Bourdieu. Muito resumidamente: *o mundo instituído historicamente, dividido em microcosmos que se estruturam pela posse de capital em campos habitados por agentes que são dotados de habitus ou disposições incorporadas que orientam as ações e assim constituem as práticas “coincidentes” com as possibilidades objetivas da illusio e do nomos objetivamente presentes em cada espaço social*. Portanto, reiteramos que a proposição *Existe uma lógica do social* não pode ser verificada, por não ser uma proposição empírica, mas também não encerra em si seu significado, não sendo também uma proposição analítica, e sim depende da aplicação das diversas *regras* estabelecidas na *gramática do social* de Pierre Bourdieu.

Considerando que “Assim como a nomeação é uma preparação para o uso das palavras, as proposições sintéticas *a priori* são uma preparação para os usos descritivos das proposições construídas pelas ciências, ao colocarem formas consensuais de descrição dos fatos [...]” (MORENO, 1995, P. 127), a identificação de *proposições gramaticais* ou

proposições sintéticas a priori (Cf. MORENO, 1995) constitui um instrumento para a reflexão sobre algumas das *convicções não fundamentadas ou bases inamovíveis* dos discursos de Pierre Bourdieu, como também já explicitado, o que nos levou a visitar mais detalhadamente outras formulações de Wittgenstein.

Essencialmente, a questão pode ser expressa por uma pequena frase do aforismo 160 de *Da Certeza* (2000, p. 57): “A dúvida vem *depois* da crença.” Entretanto, como “Toda a verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema [...]” (WITTGENSTEIN, 2000, § 105, p. 43), recorreremos a um conjunto de afirmações que acreditamos suficiente para informar parte do sistema de proposições wittgensteiniano que permitirá refletir sobre as *crenças* ou *fatos linguísticos*, notadamente as condições *gramaticais* que “permitem” a Bourdieu desenvolver as *descrições* do *social*.

Em outras palavras, é importante explicitar que a necessidade estabelecida na afirmação de Wittgenstein, de que a *crença* é pressuposto da dúvida, constitui-se *fundamento*, neste trabalho, porque é instituída como condição da possibilidade de *descrever* os *fatos linguísticos* presentes nos discursos de Bourdieu. Resumidamente, o propósito aqui é observar as condições ou o conjunto de proposições wittgensteinianas que autorizam as observações sobre o *gramatical*, ou permitem o reconhecimento, por sua vez, das condições linguísticas que constituem o alicerce das *descrições* do *social* elaboradas por Bourdieu, ou ainda dão acesso às necessidades que determinam *a priori* o *sentido* de suas experiências sociológicas.

Para tanto, do sistema de proposições bem mais amplo apresentado por Wittgenstein, selecionamos as seguintes afirmações, extraídas de *Da Certeza* (2000): “[...] a justificação tem um fim” (§ 192, p. 65); “[...] a fundamentação é de tipo diferente em cada caso” (§ 563, p. 159); “O homem sensato não tem certas dúvidas” (§220, p. 69); “Se o verdadeiro é o que é o fundamentado, então o fundamento não é *verdadeiro* nem falso” (§ 205, p. 67); “Realmente ‘a proposição é ou verdadeira ou falsa’ só significa que tem que ser possível decidir a favor ou contra ela, mas não diz qual o fundamento para essa decisão” (§ 200, p. 65); e ainda, “O conhecimento é, em última instância, baseado no reconhecimento.” (§378, p. 109).

Com o objetivo de apresentar mais detalhadamente esse conjunto de proposições e a propósito de um exercício de reflexividade, supomos que seria possível buscar as afirmações de Wittgenstein, mais além do que o esboçado anteriormente, que sustentam a conclusão de que *crenças* constituem o *fundamento* das dúvidas. E ainda, questionar os *fundamentos* de seus *fundamentos*. Mas, assim, poderíamos questionar indefinidamente? “Posso duvidar daquilo de que *quero* duvidar?” (WITTGENSTEIN, 2000, §221, p. 69). Para lembrar as “contingências” nas quais a *linguagem* está mergulhada, reiteramos uma das “conclusões” do

filósofo austríaco: “Há naturalmente justificação, mas a justificação tem um fim.” (WITTGENSTEIN, 2000, § 192, p. 65). Portanto também parece possível pensar sobre os limites da *justificação* das próprias elaborações presentes no trabalho ora apresentado.

Do ponto de vista adotado, lembramos ainda que os limites de uma *justificação* são relativos às finalidades dos *jogos de linguagem*, até porque “[...] a fundamentação é de tipo diferente em cada caso” (WITTGENSTEIN, § 563, p. 159), o que está necessariamente associado a circunstâncias *extralinguísticas*, como já foi exposto no capítulo II. No caso, o *reconhecimento* da autoridade de Wittgenstein, haja concordância ou não com suas posições, nas circunstâncias *extralinguísticas* relacionadas a esta elaboração, autoriza o estabelecimento do limite adotado.

Apoiados em tal reflexão buscamos explicitar a *justificação* que consideramos suficiente à finalidade aqui pretendida e, desse modo, esperamos ter “tocado” satisfatoriamente a *ausência de dúvida* que constitui a *essência* deste *jogo de linguagem*, mesmo porque sua possibilidade “[...] não depende de se duvidar de tudo o que se preste a dúvidas [...]” (WITTGENSTEIN, 2000, § 392, p. 111).

Nesse sentido, ao tomarmos as referências acima para refletir, uma questão *essencial* deve ser retomada mais detidamente: qual a finalidade dos discursos de Bourdieu? Inicialmente, a *descrição* do *social* resumiu a resposta a essa questão. E, ainda que seja possível pensar sobre a finalidade dos discursos de Bourdieu por outros ângulos, a exemplo da intenção afirmada por Bonnewitz (2003) de *fazer da sociologia uma ciência total*, ou, nas palavras Wacquant (2004), “*desnaturalizar*” e “*desfatalizar*” o *mundo social*, ao que interessa, aqui, podemos aparentemente continuar reiterando a finalidade com base na definição inicial.

Relativos à *linguagem* e às circunstâncias *extralinguísticas* próprias às ciências sociais, admitimos a impossibilidade de apanhar as múltiplas dimensões pelas quais a *linguagem* de Bourdieu poderia ser investigada, mas supomos que seja possível explicitar ou, mais precisamente, apontar para algumas das *crenças* que *fundamentam dúvidas*, ou vislumbrar limites da *justificação* do *jogo de linguagem* bourdieuniano. Isto significa reconhecer algumas das *formas consensuais* ou as *certezas* de Bourdieu que configuram o *critério de aceitação* de suas *descrições* do *social* (Cf. MORENO, 1995).

Uma questão que poderia ser levantada é: qual o sentido de refletir sobre conteúdos *gramaticais* presentes em um discurso científico na área das ciências sociais, se a própria *regra* enunciada na concepção de *gramatical* já explicita a determinação das *regras* inerentes aos *conceitos*? Ou, se o conteúdo sintético das proposições é dependente dos *a priori*

presentes no quadro de referência e essa é uma condição imanente aos discursos científicos, a que se prestaria tal reflexão?

Não obstante ser comum a discursos científicos a explicitação dos “conteúdos conceituais” e, assim, das *regras* neles supostas, a elucidação dessas *regras*, ou *sentidos* intencionados nos “conceitos”, não é suficiente porque incapaz de antecipar suas próprias aplicações. Lembramos que “Não é possível prever, através da análise do conceito formulado pela regra, a distribuição de suas aplicações, os lugares de seus resultados – como se, no caso de uma máquina ideal, tivéssemos a sombra do movimento da máquina real” (MORENO, 1995, p. 95).

Em outras palavras, chegar mais perto das características peculiares às necessidades *gramaticais* engendradas nos discursos de Bourdieu exige *olhar* para as aplicações das palavras, para o *funcionamento* de sua *linguagem*, com o objetivo também de “tocar” algumas de suas *bases inamovíveis* para a *descrição* do *social*, ou *descrever* o normativo delineado pelas aplicações de palavras e proposições por ele instituídas. E para além de atribuir maior visibilidade às “[...] ‘determinações conceituais’ [...] ou ‘quadros de referência para as descrições’ [...]” (MORENO, 1995, p. 97), pretendemos observar os detalhes da organização de experiências traçada por Bourdieu.

Assim, mobilizamos algumas de suas afirmações em *Meditações Pascalianas* para identificar certos eixos que apresentam, para além de suas *convenções linguísticas*, “[...], propriedades e relações entre os fatos, mas tão-somente [sic] enquanto modelos de descrição daquilo que se considera ser um fato” (MORENO, 1995, p.103), quer dizer, seguiremos buscando identificar os *laços internos* estabelecidos nas *proposições gramaticais* construídas por Bourdieu.

Continuamos com a seguinte proposição: “É pelo fato de estarmos enredados no mundo que parece haver algo de implícito no que pensamos e dizemos a seu respeito.” (*Meditações*, 2001, p. 19).⁶ E para sustentar a afirmação do *fato* enunciado, ou seja, para dizer no que consiste para Bourdieu *estarmos enredados no mundo*, destacamos:

O inconsciente é a história – a história coletiva que produziu nossas categorias de pensamento, e a história individual por meio da qual elas nos foram inculcadas: por exemplo, é a história social das instituições de ensino (a mais banal de todas e ausente da história das idéias [sic], tanto das filosóficas como das demais) e a história (esquecida ou recalçada) de nossa relação singular com essas instituições que podem nos oferecer algumas verdadeiras revelações sobre as estruturas objetivas e subjetivas

⁶ “C’est parce que nous sommes impliqués dans le monde qu’il y a de l’implicite dans ce que nous pensons et disons à son propos.” (*Meditations*, 1997, p. 21).

(classificações, hierarquias, problemáticas, etc.) que, a despeito de nossa vontade, sempre orientam nosso pensamento. (*Meditações*, 2001, p. 19).⁷

Pensando aqui sobre o que *não é verdadeiro nem falso*, porque *base inamovível* do *jogo de linguagem* de Bourdieu, e apenas para proporcionar maior visibilidade a seus pressupostos, ressaltamos algumas das afirmações contidas nas citações acima: *É um fato que estamos enredados no mundo; A história coletiva produziu nossas categorias de pensamento; A história de nossa relação com as instituições de ensino é singular, esquecida e recalcada; e As estruturas objetivas e subjetivas orientam nosso pensamento.*

Sem adentrarmos por considerações mais propriamente filosóficas sobre a classificação das proposições acima, ou melhor, refletindo apenas sob a inspiração wittgensteiniana, notadamente, do que esta suscita através da noção de *proposições gramaticais*, perguntamos, apontando para as “generalizações” operadas no dizer: que investigações poderiam levar Bourdieu a poder afirmar como “fato” o nosso enredamento no mundo? O que nos permite constatar que a história coletiva produziu nossas categorias de pensamento? Ou ainda: Quais as condições para ter como verdade que a história de nossa relação com as instituições de ensino é singular, esquecida e recalcada? O que autoriza Bourdieu a dizer que as estruturas objetivas e subjetivas orientam nosso pensamento?

Embora pudéssemos estabelecer outros fins, no *sentido* de outros limites, para a reflexão sobre a multiplicidade de *sentidos* dos *usos* das palavras nessas afirmações, a exemplo da explicitação de uma definição verbal para *enredados*, até que ponto teríamos de mobilizar o conteúdo *gramatical* dos discursos de Bourdieu para elucidar se as aplicações possíveis, relacionadas às proposições acima, estão contidas em sua *gramática* ou as ultrapassam, permitindo “pisar” no empírico da sociologia?

Referimo-nos aqui ao difícil percurso, tratando-se de um *jogo de linguagem* de tamanha complexidade, para traçar os limites entre o *gramatical* e o empírico. Vejamos em um exercício mais livre, a propósito do *conceito* de *capital científico*, para o que apontamos.

Se admitirmos como desdobramento das proposições de Bourdieu a afirmação *o capital científico existe*, poderíamos afirmar que essa proposição é *gramatical* porque, se todo *campo é campo de posições*, que *existem* em relação e são distintas pelo volume de *capital*

⁷ “L’inconscient, c’est l’histoire – l’histoire collective qui a produit nos catégories de pensée, et l’histoire individuelle à travers laquelle elles nous ont été inculquées : c’est, par exemple, de l’histoire sociale des institutions d’enseignement (banale entre toutes, et absente de l’histoire des idées, philosophiques ou autres) et de l’histoire (oubliée ou refoulée) de notre rapport singulier à ces institutions que nous pouvons attendre quelques vraies révélations sur les structures objectives et subjectives (classifications, hiérarchies, problématiques, etc.) qui orientent toujours, malgré nous, notre pensée.” (*Méditations*, 1997, p. 21).

possuído, e que *campo científico existe*, ou melhor, que é possível dizer *campo científico* na *linguagem* de Bourdieu, o *capital científico* também *existe*.

E ainda, se observarmos uma proposição, como *Há duas espécies de capital científico* (Cf. *Os usos sociais da ciência*, 2004), poderíamos perguntar: esta seria uma proposição empírica, porque *descreve* propriedades do *objeto campo científico*? Considerando que a resposta a essa questão apenas pode ser apresentada na dependência da *gramática* do *social* de Bourdieu, porque ela “contém” os limites entre o linguístico e o *extralinguístico*, e que este último comporta o não determinado pela referida *gramática*, faz-se necessário adentrarmos um pouco mais na reflexão.

Inicialmente, uma ressalva é importante aos nossos *olhos*: neste trabalho, até então, exploramos alguns *usos* da palavra *capital* nos discursos de Bourdieu, porém, como estes comportam complexidades por diversos *aspectos*, lembramos que a *gramática* da palavra *capital*, no caso, não esgota a *gramática* do *conceito capital*. Isto porque muitos *aspectos* do *objeto capital* são enunciados em conexões com palavras e expressões que figuram como seus sinônimos, a exemplo de *propriedade*, ou mesmo deslizam em suas significações, mas preservam *semelhanças de família* próprias desse *jogo*, a exemplo de *conhecimento científico*, que pode ser assumido como *capital cultural* ou *informacional*, nas *descrições* do *campo científico*. E também, através destas e das demais *técnicas* aplicadas por Bourdieu, outros ângulos de proposições relativas direta ou indiretamente ao *objeto/conceito capital* apresentam *regras* para sua aplicação. Além dos desdobramentos enredados na teia dos demais *conceitos*.

Ainda assim, prosseguindo no exercício proposto, parece ter cabimento, considerar que a classificação dos tipos de *capital* inclui os *capitais simbólico, cultural ou informacional, social, econômico e político* (Cf. *Réponses*, 1992). Quer dizer, se para todos os *campos de produção cultural* Bourdieu apresenta a possibilidade de reconhecimento dos tipos de *capitais* acima referidos, ou melhor, se tal classificação consiste em uma determinação *gramatical*, no caso, determinação interna ao próprio *conceito* de *capital* e assim deste *objeto*, seria o *campo científico* uma *realidade* diferenciada? Haveria uma incoerência *gramatical* ou um desrespeito às próprias *normas*? Apostaríamos mais na dinâmica e complexidade deste *jogo de linguagem* e na vagueza suposta nos próprios limites entre o *gramatical* e o empírico em discursos científicos e, talvez, mais expressiva nas ciências sociais, esta tão distante do *jogo da matemática*.⁸

⁸ Diferentes dos *jogos de linguagem* relativos às ciências experimentais, o papel normativo das proposições matemáticas na relação com o *mundo* constituem *regras de substituição* para *descrições* dos números de objetos, de formas, relações espaciais etc. (Cf. GLOCK, 1998).

Pois, muito resumidamente, e de algum modo escapando às *regras* adotadas para esta *descrição*, lembramos que a *gramática* do *objeto capital* supõe que os diferentes tipos de *capital* (econômico, *cultural*, *social* e *simbólico*) (Cf. *Réponses*, 1992) estão postos hierarquicamente, de formas diversas, a depender do *campo* e das configurações sucessivas de um mesmo *campo*, pois, de acordo com Bourdieu (*Réponses*, 1992, p. 77): “[...] um capital só existe e funciona em relação com um campo [...]”.⁹ Mais precisamente, se as espécies fundamentais de *capital* são o econômico, o *cultural* e o *social*, o *capital simbólico* consiste na “[...] forma que uma ou outra destas espécies reveste-se quando é percebida através das categorias de percepção que reconhecem a lógica específica ou, se preferirem, que desconhecem o arbitrário de sua posse e de sua acumulação” (*Réponses*, 1992, p. 94).¹⁰

De um mesmo golpe, parece que também nos deparamos com uma *regra essencial* ao *jogo sociológico* de Bourdieu ou à perspectiva relacional. Bem próximo do que está sustentado aqui pelos pressupostos wittgensteinianos, todo “conceito”, nos termos defendidos pelo sociólogo, tem seu “sentido” na dependência de seu “sistema conceitual”. Esta, portanto, é uma *regra* explícita e, nesse sentido, apenas admitida, até então, em seu caráter preparatório. Entretanto o caso acima apresentado parece ser um exemplo de como Bourdieu *segue* suas próprias *regras* e, em razão do “desvio” operado para o esclarecimento e da importância central da referida *norma*, nos provoca a continuar perseguindo a observação desta em outras aplicações.

Reiteramos o caráter especulativo deste exercício que, com *certeza*, pode ser questionado por diversas dimensões, até porque muito distante de tomar a completude dos escritos de Bourdieu, que incluem o *gramatical* e as *descrições* decorrentes, e ambos também relativos ao *conceito capital*. Acreditamos, porém, que tal exercício expresse uma *lógica* ou um *olhar* pelo qual valha a pena refletir mais detidamente.

Considerando que o reconhecimento de algumas das *convicções não fundamentadas* que *fundamentam* os discursos sociológicos de Bourdieu é um dos objetivos deste trabalho, apresentamos o exercício acima apenas para ilustrar as dificuldades implicadas neste propósito. Acrescentamos ainda que há uma característica na obra de Bourdieu, suscitada no primeiro capítulo, ou o entrelaçamento entre sua *teoria do conhecimento social* e sua sociologia que, a despeito da veemente demarcação da fronteira que as separa, por ele explicitada, oferece um *obstáculo* a mais para esta reflexão.

⁹ “[...] un capital n’existe et ne fonctionne qu’en relation avec un champ [...]” (*Réponses*, 1992, p. 77).

¹⁰ “[...] la forme que l’une ou l’autre de ces espèces revêt quand elle est perçue à travers des catégories de perception qui en reconnaissent la logique spécifique ou, si vous préférez, que méconnaissent l’arbitraire de sa possession e de son accumulation.” (*Réponses*, 1992, p. 94).

Nesse sentido, acreditamos que, de algum modo, Chauviré e Fontaine (2003, p. 5), em *Le Vocabulaire de Bourdieu*, estão corroborando a ideia de que um traço importante dos discursos de Bourdieu é a significativa presença de reflexões filosóficas, quando destacam o extenso diálogo deste sociólogo com pensadores como Merleau-Ponty, Pascal, Leibniz, Austin, Wittgenstein, Hegel, Kant, Sartre e Heidegger, e afirmam:

[...] este vocabulário deveria permitir ler Bourdieu (1930-2002) como um filósofo considerável, e não apenas como o grande sociólogo que ele foi. As partes mais teóricas de sua obra se configuram, com efeito, em diálogo e, frequentemente, em ruptura com as grandes filosofias do passado, notadamente do século XX, ao tempo em que se esforçam para ultrapassar a “ilusão escolástica” que deforma o pensamento dos filósofos [...] a abundância de influências e referências filosóficas em sua obra não deve mascarar o caráter verdadeiramente pessoal e construído de sua filosofia, contido em uma rede densa de conceitos (senso prático, habitus, jogo, campo, reprodução, *illusio*, violência simbólica, capital, distinção, etc) que compõem um sistema.¹¹

Portanto, considerando que a reflexão filosófica não exige “compromissos” com o empírico, suscitamos que a expressiva presença de conteúdos filosóficos ou que funcionem como tais, em *descrições* sociológicas no estilo de Bourdieu, parece exigir um esforço maior para reconhecer a distinção entre *regras* e *descrições*. Lembramos, nesse sentido, que as *descrições* do *objeto social* realizadas pelo sociólogo estão inscritas na ordem das constatações científicas ou devem consistir em respostas oferecidas pelo trabalho de *constatação* “autorizado” pela *construção* de proposições empíricas.

Entretanto, como o desvelamento de um *jogo de linguagem* é dependente da atenção à aplicação de palavras e proposições, como nos exercícios de esclarecimento enunciados pelo filósofo austríaco, buscaremos apresentar um pouco mais do funcionamento do *jogo de linguagem* do sociólogo, tomando o seguinte enunciado:

O processo de diferenciação do mundo social conducente à existência de campos autônomos concerne, ao mesmo tempo, ao ser e ao conhecer: ao se diferenciar, o mundo social produz a diferenciação dos modos de conhecimento do mundo: a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que *cria* seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto. (*Meditações*, 2001, p. 120).¹²

¹¹ “Ce vocabulaire devrait permettre le lire Bourdieu (1930-2002) comme un philosophe considérable, et non pas seulement comme le grand sociologue qu’il a été. Les parties les plus théoriques de son oeuvre sont en effet en dialogue, et souvent en rupture, avec les grandes philosophies du passé, notamment du XX^e siècle, tout en s’efforçant de dépasser l’ ‘illusion scolastique’ qui déforme la pensée des philosophes [...] le foisonnement des influences et références philosophiques dans son oeuvre ne doit pas masquer le caractère véritablement personnel et construit de sa philosophie, contenue dans un réseau dense de concepts (sens pratique, habitus, jeu, champ, reproduction, *illusio*, violence symbolique, capital, distinction, etc.), qui font système.”

¹² “Le processus de différenciation du monde social qui conduit à l’existence de champs autonomes concerne à la fois l’être et le connaître: en se différenciant, le monde social produit la différenciation des modes de connaissance du monde ; à chacun des champs correspond un point de vue fondamental sur le monde qui *crée* son objet propre et qui trouve en lui-même le principe de compréhension et d’explication convenant à cet objet.” (*Méditations*, 1997, p. 119).

Com a ressalva fundamental de que pretendemos apenas mostrar do que é dependente o *jogo de linguagem* de Bourdieu, e não criar uma alternativa de apresentação do *social* que fosse mais própria, como no caso de Wittgenstein, que está ao mesmo tempo construindo outras *imagens da linguagem*, diferentes das de Santo Agostinho, a seguir parodiamos Wittgenstein (2002, § 1) para destacar as afirmações de Bourdieu na citação anterior. *Nestas palavras encontramos, parece-me, uma certa imagem do processo histórico-social, nomeadamente a seguinte: o mundo social sofreu um processo de diferenciação – o processo de diferenciação produziu campos autônomos. Nesta imagem do processo sócio-histórico encontramos também as raízes da seguinte ideia: no mundo social existem os campos; a cada campo corresponde um modo de conhecimento do mundo.*

Se observamos, no trecho mencionado, a forma de Bourdieu apresentar o *objeto campo* como produto da história, quer dizer, tomando o *paradigma* associado ao *conceito história*, indiretamente mobilizado pela palavra *processo*, *campo* seria um produto do “Conhecimento ou relação de acontecimentos do passado, fatos relativos à evolução da humanidade [...] que são dignos ou julgados dignos de memória [...]” (REY; REY-DEBOVE, 1990, p. 931).¹³ Tendo aqui como referência uma definição comum da palavra *história*, parece possível afirmar que o *paradigma* tragado pelo *conceito história*, presente por *semelhança* no uso da palavra *processo*, atribui veracidade praticamente inquestionável ao *objeto campo*.

Destacamos que, de modo algum, a remissão ao *conceito história* pretende desprezar as pesquisas históricas realizadas por Bourdieu, que conferem a legitimidade empírico-sociológica a seus discursos e, muito menos, reduzir suas conclusões a uma determinação arbitrária operada por uma conexão de palavras. Até porque, vale lembrar, que os *jogos de linguagem* não podem ser confundidos com arranjos forjados ou determinações arbitrárias, e sim são produzidos nas práticas linguísticas associadas a *formas de vida*. O objetivo, aqui, é tão somente suscitar a reflexão sobre uma *linguagem* que, ao conectar o *conceito/objeto campo* ao *paradigma* mobilizado pela palavra *história*, via o uso da palavra *processo*, conecta as respectivas *gramáticas* e, assim, apontar para uma nuance ou *técnica* linguística de *descrições* presentes no próprio movimento dos *jogos de linguagem* no âmbito da *polêmica sociológica*.

Em outras palavras, o recurso ao *processo histórico* associado ao uso da palavra *campo*, aparece como uma *técnica* que estabelece o *mundo social*, deixando, mais uma vez, embaçados os liames entre o *gramatical* e o empírico. Apesar de Moreno (1995) afirmar a

¹³ “Connaissance ou relation des événements du passé, des faits relatifs à l’évolution de l’humanité [...] qui sont dignes ou jugés dignes de mémoire [...]”

possibilidade da *terapia filosófica* reconhecer a distinção entre conteúdos *gramaticais* e empíricos, o que aparece a esta leitura são as dificuldades para estabelecer este discernimento.

Arriscamos dizer que uma *linguagem* científica, nos termos mesmos defendidos por Bourdieu, “perde-se” em seus discursos ao mesmo tempo *gramaticais* e *descritivos*. Pois, por mais que tenhamos em mente que a palavra *campo* constitui “apenas” um dos *princípios de busca de verdades* e não uma *verdade de princípio*, a *linguagem* parece poder “fintar” tal condição. Vejamos a citação a seguir:

[...] para indicar uma direção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária: nestas matérias, a oposição entre um formalismo nascido da teorização de uma arte que chegara a um alto grau de autonomia e um reducionismo empenhado em relacionar directamente [sic] as formas artísticas com formas sociais – com o qual o marxismo, apesar da noção de autonomia relativa, tendia a identificar-se, especialmente com Lukacs e Goldmann – encobria o que as duas correntes tinham em comum, a saber, o facto [sic] de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objectivas [sic]. (*O poder simbólico*, 2003, p. 64).

Não obstante, neste trecho, Bourdieu estar apresentando a *noção de campo*, ao enunciar as recusas inerentes às *regras* previstas nesta *noção* – notadamente a recusa às perspectivas internalistas e externalistas – ele *usa* a palavra *campo* como *objeto*, além de já também incluir um *aspecto* deste *objeto*, ou o *ver campo como espaço social de relações objetivas*, e este, aparentemente, não como pressuposto ou *regra*, mas como “realidade do mundo”.

Especificamente, sobre o discernimento necessário entre as *regras* e as *constatações* por elas possibilitadas em discursos científicos, propomos outro exercício voltado, desta vez, para o *uso* da palavra *habitus*. Bourdieu enuncia:

A lógica específica de um campo se institui em estado incorporado sob a forma de um *habitus* específico, ou melhor, de um sentido do jogo, ordinariamente designado como um “espírito” ou um “sentido” (“filosófico”, “literário”, “artístico” etc.), que praticamente jamais é posto ou imposto de maneira explícita. (*Meditações*, 2001, p. 21).¹⁴

Partindo da reflexão anterior sobre o conteúdo ou o caráter *gramatical* implicado no *uso* das palavras *lógica*, *campo* e *habitus*, perguntamos: se estendermos ao extremo as aplicações de seus *usos*, poderíamos também derivar como *regra* a *inexistência* da *imposição explícita* dos “sentidos” do *habitus*? Ao deslizar para essa *verdade transhistórica*, não estaria

¹⁴ “La logique spécifique d’un champ s’institue à l’état incorporé sous la forme d’un *habitus* spécifique, ou, plus précisément, d’un sens du jeu, ordinairement désigné comme un ‘esprit’ ou un ‘sens’ (‘philosophique’, ‘littéraire’, ‘artistique’, etc.), qui n’est pratiquement jamais posé ni imposé de façon explicite.” (*Méditations*, 1997, p. 23).

Bourdieu transitando para uma “ontologia”?¹⁵ Será o destino ou condição de toda *linguagem* científica? Ou, ainda, o fato dele negar a possibilidade do *fundamento de origem* “salvaria” todas as suas ênfases linguísticas ou *imagens do social* de tal “pecado”, ao mesmo tempo, filosófico e sociológico? Filosófico porque parece que sua *linguagem* não favorece o discernimento entre *proposições gramaticais* e empíricas, e sociológico por conter informações sobre o *mundo* que não se sujeitaram à constatação.

Colocadas algumas das preocupações que apontam condições para este exercício, seguiremos observando trechos do livro *Para uma Sociologia da Ciência* (2004), mais especificamente, os voltados à *descrição do campo científico*.

Ora, percebe-se imediatamente que o laboratório é um microcosmo social situado num espaço que abrange outros laboratórios constitutivos de uma disciplina (ela própria situada num espaço, também hierarquizado, de disciplinas) e que deve uma parte muito importante de suas características à posição que ocupa nesse espaço. Ignorar esta série de encaixes estruturais, ignorar esta posição (relacional) e os efeitos de posição correlativos, significa sujeitar-se, como no caso da monografia regional, a procurar no laboratório princípios explicativos que estão no exterior, na estrutura do espaço em que ele está inserido. Só uma teoria global do espaço científico, como espaço estruturado segundo lógicas simultaneamente genéricas e específicas, permite compreender realmente um determinado ponto deste espaço, laboratório ou investigador particular. (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 51-52).¹⁶

Ora, a *percepção imediata*, que aparece na *descrição* da “realidade” do *objeto campo científico*, admitida por Bourdieu, ou melhor, a *descrição* apropriada, para ele, dos laboratórios científicos, parece ser exclusivamente dependente de *regras* previstas em sua *gramática*. No caso, *gramática* suscitada pelo próprio autor nos parágrafos subsequentes ao citado, quando ressalta que *a noção de campo* operou rupturas com a visão *interacionista* e com o *intencionalismo ingênuo* por “[...] levar em conta a existência da estrutura de relações objectivas [sic] entre os laboratórios e entre os investigadores que comanda e orienta as práticas [...]” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 52).¹⁷

¹⁵ Wacquant (2004) refere-se ao método e à trama conceitual de Bourdieu como “ontologia social”.

¹⁶ “Or, on voit d’emblée que le laboratoire est un microcosme social qui est lui-même situé dans un espace comportant d’autres laboratoires constitutifs d’une discipline (elle-même située dans un espace, lui aussi hiérarchisé, des disciplines) et qui doit une part très importante de ses propriétés à la position qu’il occupe dans cet espace. Ignorer cette série d’emboîtements structuraux, ignorer cette position (relationnelle) et les effets de position corrélatifs, c’est s’exposer, comme dans le cas de la monographie de village, à chercher dans le laboratoire des principes explicatifs qui sont à l’extérieur, dans la structure de l’espace à l’intérieur duquel celui-ci est inséré. Seule une théorie globale de l’espace scientifique, comme espace structuré selon des logiques à la fois génériques et spécifiques, permet de comprendre vraiment tel ou tel point de cet espace, laboratoire ou chercheur singulier.” (*Science*, 2001, p. 68).

¹⁷ “[...] en ce qu’elle prend acte de l’existence de cette structure de relations objectives entre les laboratoires e entre les chercheurs qui commande ou oriente les pratiques [...]” (*Science*, 2001, p. 68).

Na citação imediatamente acima, acreditamos ser possível suscitar que o *uso* das expressões *existência* e *que comanda*, embora relativas aos pressupostos ou *regras* presentes nos *conceitos* de *campo* e *habitus*, confere à proposição “ares” de verdade *constatada* ou dependente da verificação empírica. Quer dizer, segundo Bourdieu, seu *ponto de vista* é o que permite *levar em conta* a “realidade” dos laboratórios. De acordo com os princípios definidos neste exercício, perguntamos: Bourdieu, apesar da recusa à *ambiçãõ de fundamento* e da defesa de que as *noções* são *princípios de busca de verdades* e não *verdades de princípio*, estaria exercendo em sua atividade com a *linguagem* um ultrapassamento? Ou, mais propriamente, seu estilo veemente contribui para que *proposições gramaticais* sejam tomadas como *proposições empíricas*?

Um bourdieuniano convicto poderia argumentar que o sociólogo estaria livre de tais suspeitas ao ter afirmado que a história das ciências construiu a possibilidade da *construção de verdades transhistóricas* e ao admitir que suas teorias também são um *ponto de vista* entre os demais, notadamente ao esboçar sua *autoanálise*. Não obstante, mesmo considerando que apenas podemos refletir sobre as afirmações de Bourdieu de acordo com seu conjunto de proposições ou seu sistema sociológico, as *imagens* constituídas em suas práticas linguísticas não parecem poder ser desprezadas.

E mais, inscrito no âmbito das ciências, os discursos sociológicos, como o próprio Bourdieu sustenta, não podem escapar à unidade dos *atos epistemológicos*, quer dizer, em seus termos, as *construções* devem poder ser submetidas a *constatações*, sob pena de integrarem o que denomina, criticamente, de *filosofia social*. Exemplo da defesa desses princípios encontramos, quando ele afirma:

A teoria do campo orienta e comanda a investigação empírica. Obriga a formular a questão de saber a que é que se joga nesse campo (só na base da experiência, portanto, e correndo naturalmente o risco de cair numa variante positiva do círculo hermenêutico), o que está em jogo, quais os bens e propriedades procuradas e distribuídas ou redistribuídas, e como é que se distribuem, quais são os instrumentos e as armas que se deve ter para jogar com hipóteses de ganhar e qual é, em cada momento do jogo, a estrutura da distribuição dos bens, ganhos e trunfos, ou seja, do capital específico (a noção de campo é, como vemos, um sistema de questões que se especificam constantemente). (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 54).¹⁸

¹⁸ “La théorie du champ oriente et commande la recherche empirique. Elle l’oblige à se poser la question de savoir à quoi on joue dans ce champ (cela, sur la seule base de l’expérience, donc en s’exposant la plupart du temps à tomber dans une variante positive du cercle herméneutique), quels sont les enjeux, les biens ou les propriétés recherchées et distribuées ou redistribuées, et comment elles se distribuent, quels sont les instruments ou les armes qu’il faut avoir pour jouer avec des chances de gagner et quelle est, à chaque moment du jeu, la structure de la distribution des biens, des gains et des atouts, c’est-à-dire du capital spécifique (la notion de champ est, on le voit, un système de questions qui chaque fois se spécifient).” (*Science*, 2001, p. 71-72).

Neste trecho, muito interessante para esta reflexão, especialmente pela ressalva relativa ao risco de sucumbir ao *círculo hermenêutico*, ou às próprias *regras*, Bourdieu parece suficientemente atento às preocupações wittgensteinianas referentes ao discernimento entre o *gramatical* e o empírico.

Outrossim, na tentativa de não nos distanciarmos do *modus operandi* proposto para este exercício, ou para a observação sem explicações dos *usos* das palavras e mais especificamente do foco deste capítulo, as *descrições* do *social*, optamos por continuar a nos deter no livro *Para uma Sociologia da Ciência*, por entendermos ser este um exemplo de *descrição*, no caso, a *descrição* do *objeto campo científico* e, assim, trilharemos o *uso* do adjetivo *científico* e suas derivações, para apresentarmos o *ver* a ciência *como campo científico* ou *modo de apresentação* do *mundo científico*, de acordo com Bourdieu.

Encontramos o adjetivo *científico* em conexão com as palavras: *campo, habitus, capital, espaço, universo, jogo, vida, tradição, domínio, mundo, comunidade, disciplina, agentes, instituições, associações (corporações), administradores, trajetórias, lutas, conflitos, forças, autoridade, libido, prática, ato, atividade, tomadas de posição, estratégias, poder e poder simbólico do tipo, considerações, critérios, escolha, visão do mundo, reconhecimento, representação, inovações, produção, revoluções, trabalhos, concepções, validade, produtos, bens, obras, construção, fato, crédito, virtude, fraudes, razão, troca, tipo, recursos, lucro, valor, discurso, conhecimento, conhecimento verdadeiramente, objetivação, objeto e objetividade*.

O emprego das palavras e *conceitos* acima enumerados, em associação com o adjetivo *científico*, ainda nos aparece como uma nomeação ou preparação para o *jogo de linguagem* que *descreve o científico* neste discurso de Bourdieu e, portanto, sua *gramática* da palavra *científico/a* parece absorver em diversas dimensões a *gramática* de *social* do autor, podendo ***ser vista como*** determinação da *lei geral dos campos* e, assim, substituída por termos como: *artístico, político, da moda, jurídico* e mesmo *econômico*. Apenas *usos* mais esporádicos de conexões com *artigos* ou *textos científicos* apresentariam algum grau de especificidade, mas ainda conteriam a possibilidade de estarmos tratando de *campos* como o *jornalístico* ou *literário*.

Nessa perspectiva, a sugestão é voltarmos ao nível das proposições buscando encontrar as *descrições* do que se refere, propriamente, às especificidades do *campo científico*, a exemplo da citação a seguir:

Os agentes, cientistas isolados, equipas ou laboratórios, criam, pelas suas relações, o próprio espaço que os condiciona, embora este exista apenas graças aos agentes que nele se encontram e que, para falar como a física, “deformam o espaço envolvente”, conferindo-lhe uma determinada estrutura. É na relação entre os diferentes agentes (concebidos como “fontes de campo”) que se engendra o campo e as relações de

força que o caracterizam (relação de forças específica, propriamente simbólica, dada a “natureza” da força capaz de se exercer nesse campo, o capital científico, espécie de capital simbólico que age na e pela comunicação). Mais exactamente [sic], são os agentes, ou seja, os cientistas isolados, as equipas ou os laboratórios, definidos pelo volume e pela estrutura do capital específico que possuem, que determinam a estrutura do campo que os determina, ou seja, o nível das forças que se exercem sobre a produção científica, sobre as práticas dos cientistas. O peso associado a um agente, suportado pelo campo ao mesmo tempo que contribui para o estruturar, depende de todos os outros agentes, de todos os outros pontos do espaço e das relações entre todos os pontos, ou seja, de todo o espaço (quem conheça os princípios da análise das correspondências múltiplas perceberá a afinidade entre este método de análise matemática e o pensamento em termos de campo). (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 52-53).¹⁹

Com exceção da identificação de alguns dos *agentes científicos* e da característica do *capital científico, que age na e pela comunicação*, este trecho poderia ser utilizado para, por exemplo, descrever qualquer outro *campo escolástico*. Conjunto basicamente de *proposições gramaticais*, o trecho acima apresenta *regras* para falar do *campo científico*, o que, com muito sentido, vem acompanhado da observação entre parênteses sobre a proximidade com um método matemático.

Considerando importante destacar a conexão entre conteúdos *gramaticais* e empíricos relativos ao *conceito/objeto campo científico* ou um exemplo em que tal distinção se explicita, acrescentamos:

O campo das disciplinas e dos agentes que tomam a ciência como tema – filosofia das ciências, epistemologia, história das ciências, sociologia das ciências –, campo de fronteiras mal definidas, é atravessado por controvérsias e conflitos que, espantosamente, ilustram de modo exemplar as melhores análises das controvérsias propostas pelos sociólogos da ciência (comprovando assim a fraca reflexividade deste universo, do qual se poderia esperar que se servisse dos seus conhecimentos adquiridos para se controlar). (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 19).²⁰

¹⁹ “Les agents, savants isolés, équipes ou laboratoires, créent, par leurs relations, l’espace même qui les détermine, bien qu’il n’existe que par les agents qui s’y trouvent placés et qui, pour parler comme la physique, ‘déforment l’espace à leur voisinage’, lui conférant une certaine structure. C’est dans la relation entre les différents agents (conçus comme ‘sources de champ’) que s’engendrent le champ et les rapports de force qui le caractérisent (rapport des forces spécifique, proprement symbolique, étant donné la ‘nature’ de la force capable de s’exercer dans ce champ, le capital scientifique, espèce de capital symbolique qui agit dans et par la communication). Plus précisément, ce sont les agents, c’est-à-dire les savants isolés, les équipes ou les laboratoires, définis par le volume et la structure du capital spécifique qu’ils possèdent, qui déterminent la structure du champ qui les détermine, c’est-à-dire l’état des forces qui s’exercent sur la production scientifique, sur les pratiques des savants. Le poids associé à un agent, que subit le champ en même temps qu’il contribue à le structurer, dépend de tous les autres agents, de tous les autres points de l’espace et des rapports entre tous les points, c’est-à-dire de tout l’espace (ceux qui connaissent les principes de l’analyse des correspondances multiples saisiront là l’affinité entre cette méthode d’analyse mathématique et la pensée en termes de champ).” (*Science*, 2001, p. 69-70).

²⁰ “Le champ des disciplines et des agents qui prennent la science pour objet, philosophie des sciences, épistémologie, histoire des sciences, sociologie des sciences, champ aux frontières mal définies, est traversé par des controverses et des conflits qui, chose étonnante, illustrent de façon exemplaire les meilleures analyses des controverses proposées par les sociologues de la science (attestant ainsi la faible réflexivité de cet univers dont on pourrait attendre qu’il se serve de ses acquis pour se contrôler).” (*Science*, 2001, p. 21).

Proposições derivadas desta citação – a exemplo de: *o campo das disciplinas que tomam a ciência como tema tem fronteiras mal definidas* – permitem apresentar a associação das *regras* instituídas, ou as *construções*, nos termos de Bourdieu, e informações sobre o *mundo* ou o *extralinguístico*, respectivamente, através da presença do *conceito/objeto campo* e da afirmação de uma das características de *campos* específicos ou o fato destes terem *fronteiras mal definidas*. Esta, portanto, passível de ser verificada, embora dependente das necessidades impostas pela *noção de campo*.

Sobre o *uso* da expressão *capital científico*, selecionamos algumas proposições:

O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento. Poder que funciona como forma de crédito, pressupõe a confiança ou a crença dos que o suportam porque estão dispostos (pela sua formação e pelo próprio facto [sic] de pertença ao campo) a atribuir crédito. (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 53).²¹

O prémio [sic] do “crédito científico” não é o dinheiro, mas as recompensas asseguradas pela avaliação dos pares, reputação, prémios [sic], cargos, participação em sociedades. Este “crédito honorífico” (*honorific credit*) é pessoal e intransmissível (propriedade privada, não pode ser transmitido por contrato ou por testamento: não posso legar o meu capital simbólico a ninguém). (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 77).²²

O capital científico é um conjunto de propriedades que são produto de actos [sic] de conhecimento e de reconhecimento realizados por agentes envolvidos no campo científico e dotados, por isso, de categorias de percepção específicas que lhes permitem fazer as diferenças pertinentes, conformes ao princípio de pertinência constitutivo do *nomos* do campo. Esta percepção *diacrítica* só é acessível aos detentores de um suficiente capital cultural incorporado. Existir cientificamente significa ter “algo mais”, segundo as categorias de percepção em vigor no campo, ou seja, para os pares (“ter dado um contributo”). É sobressair (positivamente) através de *um contributo distintivo*. Na troca científica, o cientista dá um “contributo” que lhe é reconhecido por actos [sic] de reconhecimento público tais como, notadamente, a referência como citação das fontes do conhecimento utilizado. Significa que o capital científico é produto do reconhecimento dos concorrentes (um acto [sic] de reconhecimento que dá tanto mais capital quanto mais reconhecido é aquele que o realiza, portanto, mais autónomo [sic] e mais dotado de capital). (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 80).²³

²¹ “Le capital scientifique est une espèce particulière de capital symbolique, capital fondé sur la connaissance et la reconnaissance. Pouvoir qui fonctionne comme une forme de crédit, il suppose la confiance ou la croyance de ceux qui le subissent parce qu’il sont disposés (par leur formation et par le fait même de l’appartenance au champ) à accorder crédit, croyance.” (*Science*, 2001, p. 70).

²² “Le prix du ‘crédit scientifique’ n’est pas l’argent mais les récompenses assurées par l’évaluation des pairs, réputation, prix, postes, participation à des sociétés. Ce ‘crédit honorifique’ (*honorific credit*) est personnel et il ne peut être transféré (propriété privée, il ne peut pas être transmis par contrat ou par testament: je ne puis par faire de tel ou tel le légataire de mon capital symbolique).” (*Science*, 2001, p. 105).

²³ “Le capital scientifique est un ensemble de propriétés qui sont le produit d’actes de connaissance et de reconnaissance accomplis par des agents engagés dans le champ scientifique et dotés de ce fait des catégories de perception spécifiques qui leur permettent de faire les différences pertinentes, conformes au principe de pertinence constitutif du *nomos* du champ. Cette perception *diacritique* n’est accessible qu’aux détenteurs d’un capital culturel incorporé suffisant. Exister scientifiquement, c’est avoir quelque chose en plus selon les catégories de perception en vigueur dans le champ, c’est-à-dire pour les pairs (‘avoir apporté quelque chose’). C’est se distinguer (positivement) par un *apport distinctif*. Dans l’échange scientifique, le savant apporte une ‘contribution’ qui lui est reconnue par des actes de reconnaissance publique tels que notamment la référence comme citation des sources de la connaissance utilisée. C’est dire que le capital scientifique est le produit de la reconnaissance des concurrents (un acte de reconnaissance apportant d’autant plus de capital que celui qui l’accomplit est lui-même plus reconnu, donc plus autonome et plus doté de capital).” (*Science*, 2001, p. 110-111).

A primeira citação ainda não revela propriamente especificidades, pois, embora os termos *conhecimento* e *reconhecimento* já estejam envolvidos pela palavra *científicos* e, fatalmente, assim são referendados pelo *paradigma* mobilizado por tal palavra, tanto o *conhecimento das regras* como o *reconhecimento de seus pares* constituem *capital simbólico* em outros *campos*, como o próprio Bourdieu afirma: “[O capital político também é um capital simbólico de conhecimento e de reconhecimento ou de reputação, mas ele é obtido junto a todos na lógica do plebiscito.]” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 82).²⁴ Já as afirmações contidas nas citações subseqüentes trazem informações sobre as especificidades do *capital científico*, embora também carreguem os *a priori* encerrados nos *conceitos* de *campo*, *nomos* e *capital*. Assim, estas deixam mais claros os limites entre o *gramatical* e o empírico, ao descreverem propriedades peculiares ao *objeto capital científico*.

Para introduzir as *descrições* do uso do termo *habitus científico* vale, inicialmente, trazer à luz uma observação de Bourdieu, para destacar o que marca, em muitos trechos, a *gramática do social* deste sociólogo ou o *paradigma incorporação*: “Um cientista é um campo científico feito homem, no qual as estruturas cognitivas são homólogas à estrutura do campo e, deste fato, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo” (*Science*, 2001, p. 84).²⁵ Em outras palavras, a *certeza* de que o *social* pode *fazer-se e faz-se homem* é uma das afirmações, *nem verdadeiras nem falsas*, mais centrais e estruturantes da referida *gramática*. Vejamos:

O direito de entrada é, portanto, a competência, mas uma competência como recurso teórico-experimental feito corpo, tornado sentido do jogo ou *habitus científico* como domínio prático de vários séculos de pesquisas e de aquisições de pesquisa – sob a forma, por exemplo, de um sentido dos problemas importantes, interessantes ou de um arsenal de esquemas teóricos e experimentais que podem se aplicar, por *transfert* a novos domínios. (*Science*, 2001, p. 102).²⁶

²⁴ “[Le capital politique est aussi un capital symbolique de connaissance et de reconnaissance ou de réputation, mais il est obtenu auprès de tous dans la logique du plébiscite.]” (*Science*, 2001, p. 113).

²⁵ Neste caso, consideramos que o estilo, ou mais propriamente a *imagem* mobilizada por Bourdieu para falar do *social*, notadamente do *habitus*, é muito característica da *linguagem* do autor para ser apresentada em outras palavras. Assim, optamos mais uma vez pela tradução de George Mascarenhas. O texto original em francês: “Un savant est un champ scientifique fait homme, dont les structures cognitives sont homologues de la structure du champ et, de ce fait, constamment ajustées aux attentes inscrites dans le champ.” A tradução consolidada: “Um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homólogas à estrutura do campo e, por isso, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo.” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 62).

²⁶ Do mesmo modo que explicitado na nota imediatamente anterior, mais uma vez, optamos pela tradução de George Mascarenhas do trecho original: “Le droit d’entrée, c’est donc la compétence mais une compétence comme ressource théorique-expérimentale faite corps, devenue sens du jeu ou *habitus científico* comme maîtrise pratique de plusieurs siècles de recherches et d’acquis de la recherche – sous la forme par exemple, d’un sens des problèmes importants, intéressants ou d’un arsenal de schèmes théoriques et expérimentaux qui peuvent s’appliquer, par *transfert* à des domaines nouveaux.” (*Science*, 2001, p. 102). Tradução consolidada: “O requisito de admissão é, portanto, a competência, mas uma competência como recurso teórico- experimental materializado, tornado sentido do jogo ou *habitus científico* como domínio prático de vários séculos de investigações e de dados da investigação – na forma, por exemplo, de um sentido dos problemas importantes, interessantes ou de um arsenal de esquemas teóricos e experimentais que se podem aplicar, por *transfert*, a novos domínios.” (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 74-75).

Tendo em vista uma proposição derivada do trecho acima, ao ressaltar que *o habitus científico constitui-se em uma competência feita corpo, um sentido do jogo científico*, mais uma vez, **vemos** a qualidade de ser *científico como* uma nomeação e, portanto, ainda nada diz propriamente sobre o *objeto habitus científico*, para além das *regras* supostas no *conceito habitus*. Entretanto, **ver** o *habitus científico como domínio prático de vários séculos de pesquisa e de aquisições de pesquisa* traz uma aproximação ou, mesmo, a ideia de *semelhança de família* com o *conceito capital científico*. E, ainda, se articulamos à *certeza* admitida na proposição *habitus científico é o campo científico feito homem*, encontramos também a *parecença* entre *campo e habitus*. Traços das *semelhanças de família* que aparecem sob o *uso* do *conceito científico*, e poderíamos dizer aqui, o *nome* de quaisquer *espaço/corpo/propriedade* do *objeto social visto como campos/habitus/capitais* e, assim, da unidade e onipresença conferidas pela *gramática* bourdieuniana ao *objeto social*, configuram a aplicação da *regra: o real é relacional*. Quer dizer, tal proposição explicita uma das raízes das *descrições* do *objeto social* nos discursos de Bourdieu.

Não obstante, este exercício pode ser estendido, revelando inúmeros *aspectos* da *linguagem* de Bourdieu e, notadamente, dos contornos entre o *gramatical* e o empírico. Fazer uma leitura com vistas a estabelecer tais fronteiras seria, talvez, dependente da sistematização da *gramática* de cada *conceito* e suas possíveis aplicações ou distribuições apenas dependentes de sua *lógica* interna, por assim dizer. O que significaria uma visita à história dos *usos* dos *conceitos* ao longo de sua obra, observando a rotina de acréscimos de necessidades ou *regras* que a estes parecem se agregar conforme também as *constatações*, embora Bourdieu, aparentemente vigilante às armadilhas do *círculo hermenêutico*, afirme:

As questões que vou formular e colocar a mim próprio a propósito do campo científico serão de dois tipos: trata-se de perguntar se encontraremos nele as propriedades gerais dos campos, e, por outro lado, se este universo particular terá uma lógica intrínseca, ligada aos seus fins específicos e às características próprias dos jogos que nele se desenrolam. (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 54).²⁷

As próprias determinações, no caso, do *conceito campo* e a unidade relativa a *habitus* e *capital* já direcionam o *olhar* para encontrar as características que, por seus

²⁷ “Les questions que je vais poser et me poser à propos du champ scientifique seront de deux types: il s’agira de se demander si l’on y retrouve les propriétés générales des champs; et d’autre part si cet univers particulier a une logique spécifique, liée à ses fins spécifiques et aux caractéristiques spécifiques des jeux qui s’y jouent.” (*Science*, 2001, p. 71).

princípios, devem ser colocadas à prova no trabalho de *constatação*. Ou seja, se todo *campo* possui uma *lógica intrínseca e específica*, como não encontrar no *campo científico* tal característica? Claro está que aqui já não estamos refletindo, exata ou exclusivamente, sobre as práticas linguísticas de Bourdieu, mas transitamos para uma reflexão provocada pelas observações destas e, desse modo, lembramos que a atividade com a *linguagem* inclui as atividades a ela atreladas. No caso das práticas científicas, talvez pudéssemos questionar se o acesso apenas aos discursos ou relatórios de pesquisas é suficiente para conhecer a inteireza destes *jogos de linguagem*, embora aqueles sejam, para grande parte dos que compartilham esses *jogos*, o único acesso possível. E como não há exposição do detalhamento das atividades atreladas à *linguagem* científica, a exemplo das proposições empíricas que orientaram a pesquisa e das fontes de informação, como discernir até que ponto, tratando-se inclusive de uma das últimas elaborações de Bourdieu, está presente a *gramática* construída em sua trajetória e quais são as *constatações* decorrentes das pesquisas sobre o *campo científico*?

Mais uma vez, parodiando Wittgenstein (2000, § 1, p. 15), embora circunscrito à *gramática* do referido sociólogo e não a toda *linguagem*, parece ser possível dizer: **se Bourdieu, de fato sabe que aqui está o social, admitiremos tudo mais.**

A polêmica, decerto, é muito mais complexa, posto que as diversas investigações anteriores, ou as múltiplas *constatações* relativas a *objetos* bem próximos ou dimensões do mesmo *objeto*, como apresentada em *Homo Academicus* (1984), fazem parte do que autoriza Bourdieu a tantas *certezas* sobre o *campo científico*. Isto também inclui todos os acordos tacitamente aceitos nas *formas de vida* associadas a este *jogo de linguagem*, notadamente as sociológicas, antropológicas e mesmo científicas e seus respectivos *jogos de linguagem*.

Não por coincidência, para refletir sobre as questões acima esboçadas, encontramos nas palavras do próprio Bourdieu uma “resposta” que mobiliza a noção wittgensteiniana de “*seguir uma regra*”:

Temos de nos deter por um momento na questão da relação entre a prática e o método que me parece ser uma forma particular da questão wittgensteiniana de saber o que significa o facto [sic] de “seguir uma regra”. Não se age de acordo com um método, tal como não se segue uma regra, por um acto [sic] psicológico de adesão consciente, mas essencialmente deixando-se levar por um sentido do jogo científico que se adquire pela experiência prolongada do jogo científico tanto com as suas *regularidades* como com as suas regras. Regras e regularidades que são permanentemente lembradas, quer através de formulações expressas (as regras que regem a apresentação de textos científicos, por exemplo), quer através dos índices inscritos no próprio funcionamento do campo e muito especialmente nos instrumentos (entre os quais se devem contar as

ferramentas matemáticas) que exigem a destreza do cientista experiente. (*Para uma sociologia da ciência*, 2004, p. 62).²⁸

Retomando a *certeza* wittgensteiniana de que as *regras* são *sinais postados a meio do caminho*, parece ser possível entrever algo sociológico na vagueza característica das práticas linguísticas que, desse modo, pode ser também a vagueza das *práticas sociais com a linguagem do campo das ciências sociais*. Quer dizer, mesmo considerando as especificidades da *linguagem científica*, suas *vivências características* e, dentre estas, a exigência do que Bourdieu denomina, com Bachelard, de *vigilância epistemológica*, parece que o conteúdo *gramatical* previsto no *uso* da palavra *científico* está mais próximo das *regras* presentes em *jogos de linguagem* comuns que dos *jogos* matemáticos, como já mencionado.

Com essa observação, pretendemos também exorcizar qualquer nuance de crítica que por vezes as observações *gramaticais* podem insinuar, ou mesmo atestar, como que exigindo veladamente outros modos de dizer. Sentido, admitimos, difícil de afastar, quando temos em mente a expressão *terapia filosófica*, termo que propositadamente evitamos, com a intenção de buscar *seguir as regras* wittgensteinianas relativas ao *uso* da palavra *descrição*, o que parece não nos livrar tanto da vagueza já citada como da ambiguidade aparentemente pressuposta, quando buscamos desvelar os limites entre o *gramatical* e o empírico. Posto que, ao suspeitarmos, por assim dizer, do “tráfego ilegal” de conteúdos *gramaticais* em proposições aparentemente empíricas, ou de uma contraposição às *regras* anunciadas para os discursos científicos, o que transparece é que a *linguagem científica* ainda é “inadequada” a seus próprios propósitos. Quer dizer, para além do empírico feito *regra*, presente notadamente em seus *conceitos*, faz das *regras descrições* empíricas, através das *proposições gramaticais*.

Inspirados por “resultados” que, pelo caráter não exaustivo deste trabalho, para nós, se colocam mais como provocações que como *constatações*, iniciamos a conclusão deste derradeiro capítulo, colocando duas questões para as quais não podemos aqui apresentar respostas, mas que, por sua vez, instigaram a digressão que apresentamos a seguir: Bourdieu teria sido excessivamente confiante em sua distinção em relação aos autores tão criticados por ele pela construção de “filosofias do social”? Não teria ele operado a *reflexividade* a ponto de

²⁸ “Il faut s’arrêter un moment à la question du rapport entre la pratique et la méthode qui me paraît être une forme particulière de la question wittgensteinienne de savoir ce que signifie le fait de ‘suivre une règle’. On n’agit pas conformément à une méthode, pas plus qu’on ne suit une règle, par un acte psychologique d’adhésion consciente, mais pour l’essentiel en se laissant porter par un sens du jeu scientifique qui s’acquiert par l’expérience prolongée du jeu scientifique avec ses *régularités* autant que ses règles. Règles et régularités qui se rappellent en permanence soit à travers des formulations expresses (les règles qui régissent la présentation des textes scientifiques par exemple), soit à travers des indices inscrits dans le fonctionnement même du champ, et tout spécialement dans les instruments (au nombre desquels il faut compter les outils mathématiques) appelant les tours de main du bon expérimentateur.” (*Science*, 2001, p. 83-84).

submeter seus próprios automatismos linguísticos a uma crítica mais severa, considerando que, para além das *certezas* por ele admitidas como necessárias ao *fazer verdadeiramente científico*, há em seus escritos uma herança significativa de palavras pertencentes ao vocabulário das “filosofias sociais”?

Animados pelos *paradigmas* e *sentidos* relativos à palavra *certeza*, propomos uma reflexão que conforma uma digressão a propósito do encontro entre as *convicções* epistemológicas e sociológicas de Bourdieu e a *afirmação categórica* wittgensteiniana de que a *linguagem é autônoma* na determinação dos *sentidos*. E, repetindo o *uso* de um recurso muito explorado no capítulo anterior, lembramos que *certeza* é definida por Ferreira (1999, p. 447) como: “Qualidade do que é certo. Conhecimento exato. Convicção. Coisa certa. Estabilidade, segurança. Afirmção categórica; intimativa.” Ressaltamos, entretanto, que, aqui, as observações relativas à *gramática* da palavra *certeza* estarão a serviço do estabelecimento de algumas inferências sobre as proximidades e distinções entre os autores em questão.

Nesse sentido, reiteramos que Bourdieu admite como necessários ao *fazer científico* conteúdos que sejam colocados no lugar *das certezas*, para que seja possível desenvolver o trabalho de *constatação*. Portanto, se levarmos em consideração a unidade dos *atos epistemológicos*, deve haver *certezas* estabelecidas ou assumidas como tal, e de forma intencional, em todo processo de produção do conhecimento *científico*. Isto porque, na efetivação das *construções*, notadamente, há *certezas* presentes nos aceites e recusas relativos aos “conceitos”, estes tomados em sentido corrente nas ciências, como ele mesmo expõe quando se refere à gênese de *campo* e *habitus*; e, também, claramente nas *rupturas* operadas, que, por sua vez, são dependentes das *certezas* últimas, por assim dizer, discriminadas no metadiscurso da sociologia proposto pelo referido autor. Nessa perspectiva, poderíamos então afirmar as *parecenças de família* entre termos wittgensteinianos, como a própria palavra *certeza*, mas também *bases inamovíveis*, ou *o que não é verdadeiro nem falso*, e expressões como: *princípios de busca de verdade*, *noções* e, mesmo, *construções* no vocabulário de Bourdieu. Até porque, encontramos em *A Profissão de Sociólogo* a afirmação de que *um sistema de conceitos é o único critério de cientificidade*, mesmo que sempre passível de *retificações*. Ainda nos termos de Bourdieu, parece também ser possível afirmar que a palavra *certeza* poderia, por *semelhanças de família*, ser relacionada aos sentidos das expressões *pré-construções* e *senso comum*. Estas, no caso, como *certezas* de *outrem* e indesejadas, que devem ser colocadas em questão, porque se configuram como *obstáculos epistemológicos* com base nas *certezas* legitimadas na *teoria do conhecimento social*; e a sociologia proposta por Bourdieu pode destas duvidar, porque compatível com suas finalidades.

Gostaríamos de chamar a atenção, no entanto, para que tais *certezas* bourdieunianas, nos termos de Wittgenstein, poderiam ser compreendidas à luz da condição imanente à própria *linguagem*, ou da *certeza da existência de um fim* para toda *justificação*. E, ainda, da *convicção* de que o *fim* de uma *justificação* é determinado pelas necessidades relativas às finalidades de um *jogo de linguagem*, embora sujeito a questionamentos, considerando que outras bases ou sistemas possam sustentar dúvidas que exijam, por sua vez, outras referências para o fim de uma outra *justificação*, desde que não esqueçamos: “Uma dúvida sem fim nem sequer é uma dúvida.” (WITTGENSTEIN, 2000, § 625, p. 177). Não obstante as proximidades aparentes, ao menos, das “lógicas” impressas respectivamente às condições do *fazer científico* e da *linguagem*, embora possamos admitir que as posições bourdieunianas revelariam mais uma confirmação da *certeza* de Wittgenstein sobre a *autonomia da linguagem* – posto que estamos tratando, afinal, do *jogo de linguagem* científico que, como qualquer *linguagem*, estaria sujeito aos limites e possibilidades de sua própria autodeterminação – não parece, no entanto, que Bourdieu assumia com tamanha radicalidade os pressupostos da *gramática de jogos de linguagem*. Apesar da grande presença do filósofo austríaco nos escritos do sociólogo francês, não identificamos, até então, qualquer remissão mais direta de Bourdieu a compromissos com o pressuposto da *autonomia da linguagem*, e sim em uma direção contrária, como veremos nas *Confissões Conclusivas*. Ou seja, não registramos a adesão à *certeza* relativa a que os “sentidos” são inteiramente determinados no interior da “linguagem”. Assim, aparentemente, supomos que a defesa das *certezas* teórico-metodológicas, admitidas por Bourdieu, emerge das *razões* indissociavelmente inscritas na *prática* e na *racionalidade científicas*, oriundas da história dos *campos científicos*. E muito resumidamente, talvez, pudéssemos afirmar: o *fim da justificação* de Bourdieu, para os discursos sobre os limites da “linguagem” científica, está na “natureza” da história e, para Wittgenstein, está na “natureza” da *linguagem*.

Entretanto, estendendo esse exercício especulativo, também poderíamos nos perguntar se, com base na noção de *formas de vida*, não seria possível ressaltar um outro ângulo sobre o *fim da justificação* wittgensteiniana. Quer dizer, se, em última instância, os *jogos de linguagem* são estabelecidos por *formas de vida*, ou seja, por práticas linguísticas realizadas na história, poderíamos supor que a história também seja o *fim da justificação* de Wittgenstein? Reconhecemos, aqui, uma inquietação, pois parece que, para o filósofo austríaco, embora os *jogos de linguagem* sejam assumidos como produto de práticas humanas, estas apenas estão por ele apontadas e, assim, em seu nome, pelas leituras realizadas para este trabalho, aqui, nada sobre isso pode ser dito.

O reconhecimento do referido limite, no entanto, não nos impede de supor que pode não haver incompatibilidade em desenvolver uma reflexão que dedicasse atenção às práticas linguísticas, no sentido atribuído por Bourdieu a *práticas sociais*, com a intenção de tentar capturar como as relações sociais, com todas as implicações relativas ao *poder simbólico*, poderiam estar relacionadas ao estabelecimento destas *práticas* ou às determinações relativas aos *usos* das palavras, admitindo, desse modo, a possibilidade de certa complementaridade entre a sociologia e a filosofia da *linguagem* de Wittgenstein. Isto, se tivermos em vista que a força atribuída por Wittgenstein à *revolução na ordem das palavras* pode ser expressão da força oriunda da *revolução na ordem das coisas*, defendida por Bourdieu.

Não obstante, para encerrarmos a digressão conclusiva deste capítulo, também apresentamos outras questões: mesmo considerando a possibilidade de complementaridade acima esboçada, poderíamos anexar a *certeza* wittgensteiniana sobre *autonomia da linguagem* às *razões sociológicas* de Bourdieu? A autonomia conferida à *linguagem*, pelo filósofo austríaco, pode ter seu “sentido” inteiramente determinado pelas *bases inamovíveis* da gramática de *jogos de linguagem*?

CONFISSÕES CONCLUSIVAS

Talvez o título mais apropriado para este exercício fosse: *esboço de um uso do pensamento de Wittgenstein*. Com esta observação, a despeito do risco de *cerrar o ramo* que sustenta o trabalho ora apresentado, consideramos importante esboçar um exercício de reflexividade, com a intenção de apontar mais claramente para alguns de seus limites, que se constituem, indissociavelmente, lógicos e sociais.

A ênfase inicial apoiou-se na crença de que, pela observação da trama conceitual ou das *regras* previstas nos “conceitos”, notadamente nos *usos* das palavras *campo*, *habitus* e *capital*, seria possível “apanhar” as *bases inamovíveis* dos discursos de Bourdieu. Entretanto a tessitura que permitiu estabelecer algumas condições para o uso da *gramática de jogos de linguagem* como instrumento para a efetivação do exercício proposto constituiu-se em uma trajetória bem mais árdua do que a alvissareira captura dessa possibilidade em leituras iniciais. Mais precisamente, a difícil escritura das respectivas *gramáticas* de *regras*, *imagem*, *paradigma*, *objeto*, *conceito*, *proposições gramaticais*, entre outras noções wittgensteinianas, em forma de instrumentos para a observação dos discursos de Bourdieu, consumiu parte considerável das energias à disposição desta construção. Este esforço, ao mesmo tempo, apontou para a complexidade e vagueza das *regras* previstas na *gramática de jogos de linguagem*, de tal modo que, em certo sentido, a filosofia wittgensteiniana parecia “blindada” para o *uso* pretendido. Dificuldades estas que, também, revelam possibilidades e limites de uma reflexão inscrita na fronteira disciplinar que une e separa a filosofia e a sociologia, alvo de tantas críticas do próprio Bourdieu. Ele identifica este espaço como um “*paraíso fiscal*” teórico ou a *sociologia-filosófica da ciência* (Cf. *Wittgenstein, le sociologisme*, 2002).

Ainda sobre o propósito de reconhecer algumas das *convicções não fundamentadas que fundamentam as convicções bem fundamentadas* de Bourdieu ocorreu algo muito inquietante: embora parecessem estar evidentes, e de algum modo estão, tais *bases* revelaram-se quase inefáveis, pois, pela “natureza” dos referidos discursos sociológicos, são apresentadas sobremaneira entrelaçadas aos resultados das pesquisas empíricas ou aos conteúdos submetidos à prova da experimentação. Mesmo diante da “evidente” impossibilidade de submeter algumas *certezas a constatações*, como a *existência da lógica do social*, o *esquecimento de relações com as instituições de ensino* ou, ainda, *nosso enredamento no mundo*, estas transpareciam como resultados das regularidades identificadas nas investigações sociológicas. Deste modo, as

referidas proposições pareceram perder o lugar de *regras*, que então havíamos suposto ocuparem, e adquirir uma concretude inquestionável.

Aqui surge, mais claramente, o reconhecimento do limite acima esboçado pela sugestão de um outro título, pois este trabalho parece ter constituído sua centralidade muito mais no esforço de ativar a *gramática* de *jogos de linguagem* para refletir sobre os automatismos do *habitus linguístico* bourdieuniano, seja através de *usos* dos *conceitos* como *imagem* e *paradigma*, seja pela concepção de *proposições gramaticais* que, propriamente, no desvelamento do *normativo* nestes discursos. Consideramos também que em busca das *bases normativas*, as observações sobre os impasses para o estabelecimento dos limites entre o *normativo* e o *empírico* adquiriram uma relevância inesperada.

Não obstante os limites, reiteramos que este esforço ainda parece capaz de apontar para importantes discernimentos que acreditamos úteis à *vigilância epistemológica*, como também anunciado na introdução, e, portanto, nesse sentido, para uma reflexão indissociavelmente epistemológica e sociológica. Transitando da linguagem do filósofo para a do sociólogo, postulamos sociológica, porque relativa ao *habitus linguístico* de Bourdieu constituído pelo e contra o *campo* que nele também *se fez homem*, com todas as implicações de um *mercado escolástico*; e epistemológica, porque, à medida que colocamos em pauta uma linguagem científica, colocamos de um mesmo golpe a reflexão sobre a lógica ou o metadiscurso que orienta uma *prática científica*.

Entretanto, mesmo sobre um ponto essencial a este trabalho, ou a defesa de que o pensamento de Wittgenstein, ao direcionar a atenção para as forças da *gramática*, coloca questões importantes para a *polêmica incessante da razão*¹ sociológica, uma questão fez-se fundamental. Ou melhor, diante da *crença* na possibilidade de que observações inspiradas na *gramática* de *jogos de linguagem* possam contribuir para a *vigilância epistemológica*, como anunciado na introdução e reiterado acima, uma inquietação também apontada no final do capítulo quatro, para nós, tornou-se incontornável: será mesmo cabível que uma perspectiva sustentada na *autonomia da linguagem* na constituição do *sentido* seja entrelaçada a uma concepção que defende ser a *gramática só muito parcialmente* responsável pela definição do “sentido”? (Cf. *O que falar quer dizer*, 1998).

Grosso modo, não haveria interdições, mas apenas a adesão a um pressuposto aparentemente não admitido pelo discurso tomado como objeto de reflexão. Isto porque não há o que obrigue a acatarmos os pressupostos de um autor para tratar de seus discursos. Mas será mesmo que o pensamento wittgensteiniano é contraposto, essencialmente, às *regras*

¹ Expressão tomada do Racionalismo Aplicado de Gaston Bachelard.

bourdieunianas? Seria a filosofia de Wittgenstein uma exceção dessa crítica voltada, no caso, diretamente contra a linguística? (Cf. *O que falar quer dizer*, 1998).

Esta questão nos levou de volta a Wittgenstein e à possibilidade de seus *usos* sociológicos e, assim, a outras questões, semelhantes às apontadas a propósito da conclusão do último capítulo, quais sejam: qual a extensão prevista na *gramática de jogos de linguagem* para a palavra *sentido*? Essa extensão em alguma medida comportaria os “sentidos” privilegiados pelo *olhar* sociológico, a exemplo do relativo às determinações da linguagem, para Bourdieu, decorrentes da *violência simbólica*? A concepção de *formas de vida* e a própria perspectiva de *linguagem*, ao incluir as atividades a ela entrelaçadas, não seriam capazes de contemplar as nuances do *poder simbólico* ou das *sanções e censuras específicas do mercado linguístico* na determinação do *sentido*?

No entanto, tais questões pareceram perder o *sentido*, e não apenas porque, de acordo com o próprio Bourdieu, “Wittgenstein insiste sobre o caráter fundamentalmente social e prático de todo pensamento e de todo conhecimento” (*Wittgenstein, Le sociologismes*, 2002, p. 348),² mas sim, quando retornamos ao eixo das *bases inamovíveis do jogo de linguagem* wittgensteiniano, quer dizer, ao pressuposto que informa que o *sentido* é determinado pelos *usos*. Deste modo, seguiremos as provocações acima, porém, já antecipando que, se voltamos aos instrumentos da *gramática* do filósofo austríaco, o esclarecimento do *sentido* da palavra “sentido” depende da observação do *uso* da palavra “sentido” nos textos de Bourdieu. Vejamos então, a seguir, o trecho que inspira esta reflexão conclusiva:

A gramática só muito parcialmente define o sentido, e é na relação com um mercado que se opera a determinação completa da significação do discurso. Uma parte, e não a menor, das determinações que fazem a definição prática do sentido, chega ao discurso a partir de fora e automaticamente. Na base do sentido objectivo [sic] que se gera na circulação lingüística [sic] está, antes de mais, o valor distinto que resulta das relações estabelecidas pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto lingüístico [sic] oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado. (*O que falar quer dizer*, 1998, p. 15).³

² “Wittgenstein entend insister sur le caractere fondamentalement social et pratique de toute pensée et de toute connaissance.”

³ “La grammaire ne définit que très partiellement le sens, et c’est dans la relation avec un marché que s’opère la détermination complète de la signification du discours. Une part, et non la moindre, des déterminations qui font la définition pratique du sens, advient au discours automatiquement et du dehors. Au principe du sens objectif qui s’engendre dans la circulation linguistique, il y a d’abord la valeur distinctive qui résulte de la mise en relation que les locuteurs opèrent, consciemment ou inconsciemment, entre le produit linguistique offert par un locuteur socialment caractérisé et les produits simultanément proposés dans un espace social déterminé.” (*Ce que parler veut dire*, 1982, p. 15).

Observamos que a opção pela tradução portuguesa deve-se a um aparente lapso da edição brasileira na qual consta o seguinte fragmento: “A gramática define apenas muito parcialmente o sentido, e não é na relação com um mercado que se opera a determinação completa do significado do discurso.” (*A economia das trocas linguísticas*, 1998, p. 24). O acréscimo da palavra “não” coloca uma inversão radical do sentido original apresentado por Bourdieu.

Aqui importa uma ressalva: para esta digressão tomamos a palavra *gramática* apresentada no fragmento acima citado, no sentido wittgensteiniano, ou como o conjunto *das regras que definem o uso das palavras* e instituídas inteiramente pelas próprias atividades com a *linguagem* (Cf. GLOCK, 1998). Entretanto, diante da significativa presença de Wittgenstein nas obras de Bourdieu parece pertinente suspeitar que possa haver alguma inflexão no *sentido* dessa palavra que não tenha sido observada. Nesse sentido, cabe ainda questionar o que o sociólogo quer dizer, quando se refere à *definição prática do sentido*. E supondo que a *definição prática do sentido* refere-se ao “fato” de que o “sentido” se define no *jogo social*, perguntamos: tal suposto seria suficiente para determinar como necessário o ultrapassamento da esfera da *gramática* na instituição do *sentido*?

Na tentativa de avançarmos um pouco mais nessa reflexão, propomos revisitar, mais de perto, e agora com a intenção de uma espécie de cotejamento com a *imagem* relativa à constituição do “sentido” mobilizada por Bourdieu no trecho acima, a noção de *autonomia da linguagem* em Wittgenstein. Sobre esta, afirma Glock (1998, p. 57):

Não podemos invocar fatos para alicerçar regras gramaticais sem expressá-los na linguagem. Sendo assim, justificar uma regra gramatical só poderia equivaler a sustentá-la pela apresentação de uma PROPOSIÇÃO. Qualquer proposição desse tipo é, no entanto, expressa em alguma língua, e pressupõe, portanto, um certo quadro de referência gramatical. Não dispomos de um ponto de vista extralingüístico [sic] ou pré-conceitual, exterior a toda e qualquer gramática, a partir do qual poderíamos justificar um dado sistema gramatical [...]

Ao adotarmos essa norma wittgensteiniana, propomos a observação das afirmações a seguir, considerando que, por *semelhança de família*, podemos atribuir à palavra “sentido” o mesmo *sentido* mobilizado no *uso* da expressão *produto linguístico*. Vejamos:

Há ainda o facto [sic] de o produto linguístico só se realizar completamente como mensagem quando é tratado como tal, ou seja, decifrado, e que os esquemas de interpretação que os receptores põem em acção [sic] na sua apropriação criadora do produto proposto podem estar mais ou menos afastados daqueles que orientaram a produção. (*O que falar quer dizer*, 1998, p. 15).⁴

Em relação à dimensão referida acima ou às possibilidades de realização do *produto linguístico* trazidas por Bourdieu para questionar as determinações como exclusivamente pertencentes à *gramática*, lembramos, também com Glock (1998, p. 57), que, na perspectiva

⁴ “Il y a aussi le fait que le produit linguistique ne se réalise complètement como message que s’il est traité comme tel, c’est-à-dire déchiffré, et que les schèmes d’interprétation que les récepteurs mettent en oeuvre dans leur appropriation créatrice du produit proposé peuvent être plus ou moins éloignés de ceux qui ont orienté la production.” (*Ce que parler veut dire*, 1982, p. 15).

wittgensteiniana: “Não podemos, entretanto, justificar as regras da linguagem com base em um objetivo como a comunicação, uma vez que a relação entre a linguagem e a comunicação é conceitual, não instrumental.”⁵

E sem nos alongarmos em relação ao suscitado no parágrafo anterior, seguimos, mais uma vez, ativando as *regras* de Wittgenstein, para tratar o *sentido* da palavra “sentido” tal como *usada* por Bourdieu no fragmento observado. A possibilidade de desvelar o referido *sentido*, a despeito de poder estar encoberto pela aparente igualdade da palavra *sentido*, encontra-se na observação de seus *usos* nos escritos de Bourdieu, quer dizer, ao *ver* a palavra “sentido” *como conceito e objeto* desses discursos sociológicos ou, ainda, ao reconhecer as *regras* instituídas na *gramática* do sociólogo para falar do *conceito* “sentido”.

Por outro lado, e também seguindo as pistas apresentadas no quarto capítulo, se imaginamos, como suposto da *gramática de jogos de linguagem*, os acordos tácitos entre os participantes dos respectivos *jogos* e admitindo algo em comum entre o sociólogo e o filósofo nos *usos* da palavra *sentido*, parece possível indagar: se a realização de *jogos de linguagem* é posta por *formas de vida* que constroem tais acordos, estariam fora do *jogo* todos aqueles que não captassem, por assim dizer, os *sentidos* que neles pudessem ser identificados como mais próprios? E o que seriam os *sentidos* mais próprios? Essas imprecisões não seriam a expressão da vagueza constitutiva dos *jogos de linguagem*? A *gramática de semelhanças de família* já não suporia essa possibilidade? Ou, a diversidade de *sentidos* seria entendida como confusão a ser resolvida? Essa última alternativa, a despeito de parecer próxima às preocupações do *esclarecimento filosófico*, comporta uma ambiguidade: o mesmo *esclarecimento*, que fornece critérios para alcançar a clareza dos *usos*, pode acabar se colocando contra a *regra* intencionada e, assim, ser entendido como uma tentativa de colocar uma *linguagem* na “forma correta”. E como o que existe são os *usos* e não uma *linguagem* padrão, aparentemente, teríamos um paradoxo.

Algumas das questões acima foram objeto de atenção do segundo capítulo. Em relação à *linguagem* comum, acreditamos que tenha ficado claro que a vagueza é constitutiva dos *jogos de linguagem* e, assim, estes também comportam confusões, dissipadas ou não na dependência das “necessidades” relativas aos respectivos fins. Entretanto, há algo pontuado e não explorado no trabalho que são as distinções entre a *linguagem* comum e *linguagem*

⁵ É importante ressaltar que, Segundo Glock (1998), essa afirmação é relativa à resistência de Wittgenstein em admitir qualquer justificação para as *regras* da *linguagem* com base em objetivos da comunicação, porém, observa o comentador que tal posição *não se coaduna bem* com a defesa de que “Um sistema de sons que não satisfaz o propósito da comunicação não é uma linguagem, piorada; simplesmente não é uma linguagem”. (GLOCK, 1998, p. 57).

científica. Portanto, aqui, mesmo sem o aporte mais específico de Wittgenstein, e apenas tomando como referência as finalidades de *jogos de linguagem* inscritos nas ciências e, notadamente, a finalidade das ciências sociais de acordo com Bourdieu, propomos retomar as referidas questões.

Como já citado, Bourdieu assume com veemência a necessidade da *crítica lógica das noções* e, mais amplamente, o princípio de que o conhecimento define-se como *científico* pela forma como é *construído*. Nesses termos, mesmo considerando a ciência como um *jogo social* semelhante aos demais, a *reflexividade*, indissociavelmente epistemológica e sociológica, constitui-se em *critério* e, assim, deve ser efetivada em *práticas verdadeiramente científicas*. Este entendimento nos direciona a supor que a *terapia filosófica* wittgensteiniana, no caso de *jogos de linguagem* nesta esfera, possa ter uma função “interventiva”, ou melhor, que os esclarecimentos por ela proporcionados possam integrar os instrumentos de *vigilância epistemológica*.

Considerando por outro ângulo, não obstante ter sido esboçada uma defesa da capacidade da *gramática* de *jogos de linguagem* dar conta dos “sentidos” sociológicos, surge aqui uma nova confissão: algo se anuncia como aparentemente fora de lugar, pois a *gramática* parece não poder “abraçar” toda a densidade e concretude do “social”, assim como a “dor” parece não “caber” no *conceito dor*. Nesse sentido, reconhecemos a força dos argumentos sociológicos na reflexão sobre a constituição do sentido.

A derradeira das confissões, no entanto, consiste em apontar a lacuna relativa à ausência do debate sobre os usos de Wittgenstein nas ciências sociais. Embora este não seja de tão fácil acesso e, mesmo, pouco evidente, há obras clássicas como *A Idéia de uma Ciência Social*, de Peter Winch (1970), cuja primeira edição foi publicada em 1958, e contemporâneas como, *Les Formes Sociales de la Pensée. La Sociologie après Wittgenstein*, de Albert Ogien (2007), que mereceriam ser objeto de atenção, pois, muito provavelmente, possibilitariam um *olhar* mais abrangente sobre algumas das questões postas para este trabalho.

Sem exatamente consistir em uma justificativa, lembramos que as pesquisas desenvolvidas aqui apenas apontam para questões mais especificamente relativas às fronteiras entre a filosofia de Wittgenstein e a sociologia de Bourdieu. Mesmo nesta conclusão, tais questões tão somente foram colocadas como uma inquietação, até porque provocadas pelo própria trajetória de nosso exercício, ao tempo em que também revelam a exigência de outros esforços de investigação para que sejam enfrentadas.

Entretanto, apenas para indicar alguns pontos suscitados em uma breve consulta às obras citadas, interessa destacar que Ogien (2007) afirma a legitimidade das reflexões que

aproximam Wittgenstein da sociologia, lembrando que foram filósofos wittgensteinianos, como Winch e von Whight que, ainda na década de 1950, desenvolveram estudos nessa direção, além de, chamar a atenção para alguns comentários do autor sobre a forma como Bourdieu incorpora a filosofia wittgensteiniana.

Apresentadas sob o título *El Sentido Práctico*, as observações de Ogien (2007) sobre a proximidade das teses de Bourdieu e o filósofo austríaco podem ser resumidas no seguinte trecho: “Es sabido que lo que justifica ese acercamiento es una semejante sensibilidad a las trampas del intelectualismo, a la primacía del carácter práctico de la acción, a la importancia del fenómeno de la incorporación.” (OGIEN, 2007, p. 61). Apoiando-se em Bouveresse, Ogien (2007) acusa Bourdieu de supor uma extrema semelhança entre as noções de *habitus* e de *seguir regras* e de, assim, operar um reducionismo historicista pendente ao relativismo sociológico. Ainda nesse sentido, ele afirma que Bourdieu não supõe qualquer confusão entre as duas noções mencionadas, por não admitir separações entre as necessidades lógicas e sociais. Esses argumentos sustentam a “condenação” do que Ogien (2007) denomina “adaptação” realizada por Bourdieu do pensamento wittgensteiniano.

Reiteramos que uma posição *fundamentada* sobre essas colocações de Ogien (2007) exigem uma leitura voltada para fora dos limites deste trabalho ou para a *construção* da presença de Wittgenstein na obra de Bourdieu como *objeto*. Não obstante, acreditamos que as razões sociológicas bourdieunianas, e ainda, mais propriamente, os *usos sociais* de Wittgenstein feitos por Bourdieu, merecem uma atenção mais ampla, já que, em última instância o que parece estar na *base* das afirmações de Ogien (2007) é a *certeza* apresentada nas palavras de Bouveresse (1995 *apud* OGIEN, 2007, p. 65): “Para Wittgenstein no hay sentido alguno en le que se pueda decir de las reglas de la gramática, en el sentido en que se emplea la palabra, que constituyen el producto de la incorporación de una necesidad objetiva cualquiera.” E, não obstante a *autonomia da linguagem* suportar os argumentos deste exercício, lembramos com Bourdieu (Cf. *Langage et pouvoir symbolique*, 2001), que “A intenção está imersa na situação, nos costumes e nas instituições dos homens. Se não houvesse a técnica do jogo de xadrez, então também eu não podia intencionar jogar uma partida de xadrez” (WITTGENSTEIN, 2002, § 337, p. 374). Assim, reiteramos as inquietações relativas à possibilidade de aproximar o filósofo austríaco e o sociólogo francês, perguntando: por que os costumes e instituições inscritos no que Bourdieu denominou de *habitus linguístico*, por ser oriundo de uma *necessidade objetiva*, seria incompatível com *gramática de jogos de linguagem*? Em que medida a referência à defesa desse *objeto/conceito* sociológico fere a perspectiva da *autonomia da linguagem*?

Essas questões, decerto, assemelham-se às anteriormente postas ou às possibilidades de aproximação ou distanciamento entre as *razões sociológicas de Bourdieu* e as *bases inamovíveis do jogo de linguagem wittgensteiniano* e, desse modo, como já muitas vezes reiterado, suas “respostas” estão inacessíveis ao esforço desta reflexão. Portanto, o que parece ser possível dizer aqui, é que os próximos lances do *jogo sociofilosófico* serão decididos, necessariamente, pela *gramática sociológica e filosófica*, na dependência das *formas de vida* a estas associadas e constituídas historicamente nos respectivos *campos*. Encerramos, assim, essa breve visita ao que, neste momento, mais nos parece um “limbo fiscal”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACHELARD, Gaston. *O racionalismo aplicado*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antônio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 2-3, p. 88-104, 1976.

_____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

_____. Le mort saisit le vit. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 32-33, p. 3-14, 1980.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Pierre Bourdieu*. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. p. 9-52.

_____. *Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions Du Seuil, 1994.

_____. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

_____. *Les usages sociaux de la science*. Pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: INRA, 1997.

_____. *O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas*. Trad. Wanda Anastácio. Algés, PT: DIFEL, 1998.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 1998.

_____. *O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Du Seuil, 2000. Deuxième partie.

_____. *Meditações pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Science de la science et réflexivité*. (Cours du Collège de France 2000-2001). Paris: Raisons d'agir, 2001.

_____. Wittgenstein, le sociologisme & la science sociale. In: BOUVERESSE, Jacque et al. *Wittgenstein, dernières pensées*. Marseille, FR: Agone, 2002. p. 343-353.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Para uma sociologia da ciência*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais*. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *Le métier de sociologue: Préalables épistémologiques*. 4. ed. Berlin; New York; Paris: Mouton, 1983.

_____; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ ; WACQUANT, Loïc. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BOUVERESSE, Jacques. Règles, dispositions et *habitus*. *Critique*, Paris, v. 51, n. 579-580, p. 573-594, 1995. Apud OGIEN, Albert. *Las formas sociales del pensamiento*. La sociología después de Wittgenstein. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. (Colección Claves).

_____ et al. *Wittgenstein, dernières pensées*. Marseille, FR: Agone, 2002. p. 343-353. Apud OGIEN, Albert. *Las formas sociales del pensamiento*. La sociología después de Wittgenstein. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. (Colección Claves).

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Valério Rohden. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHAUVIRÉ, Christiane. *Wittgenstein*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____ ; FONTAINE, Olivier. *Le vocabulaire de Bourdieu*. Paris: Ellipses Édition Marketing, 2003.

DE LA DISTINCTION à la “gauche de gauche”. *Sciences Humaines. Dossier. Le monde selon Bourdieu*, Paris, n. 105, p. 29, maio de 2000.

DELSAUT, Yvette; RIVIÈRE, Marie-Christine. *Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu*. Suivi d'un entretien sur l'esprit de la recherche. Paris: Les Temps Cerises, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLAUBERT, G. *L'éducation sentimentale*. Paris: Gallimard, col. Bibliothèque de la Pléiade, 1948. Apud MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia da cultura. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, Dossiê Ensino Superior, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 maio 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIANNOTTI, José Arthur. *Apresentação do mundo: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de Alexandre Fradrique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia da cultura. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, Dossiê Ensino Superior, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 maio 2009.

MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Tomos I (A-D), II (E-J), III (K-P) e IV (Q-Z). Tradução de Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno e Nicolás Nyimi Campanário. Revisão Renato da Rocha Carlos. São Paulo: Loyola, 2001.

MORENO, Arley R. *Wittgenstein: através das imagens*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem. Ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. (Coleção LOGOS).

_____. Prefácio. In: SILVA, João Carlos Salles Pires. *A gramática das cores em Wittgenstein*. Campinas: Unicamp, Centro de Lógica Epistemologia e História da Ciência, 2002. p. 11 à 23. (Coleção CLE; v. 35).

OGIEN, Albert. *Las formas sociales del pensamiento. La sociología después de Wittgenstein*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. (Colección Claves).

PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

REY, A; REY-DEBOVE, J. *Dictionnaire: alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1990.

SALLES, João Carlos. *O retrato do vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006.

SILVA, João Carlos Salles Pires. *A gramática das cores em Wittgenstein*. Campinas: Unicamp, Centro de Lógica Epistemologia e História da Ciência, 2002. (Coleção CLE; v. 35).

WACQUANT, Loïc J. D. Pierre Bourdieu: o “antropólogo total”. *Cultura Vozes*, Petrópolis, RJ, n. 4, v. 97, p. 22-27, 2003.

_____. *O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal*. *Rev. Sociol. Polit.* [online] n.19, p. 95-110, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200007&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 12 fev. 2004.

WINCH, Peter. *A idéia de uma ciência social*. Tradução de Anísio Teixeira e Vera Freitas de Castro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da certeza*. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa, PT: Edições 70, 2000.

_____. *Tratado Lógico-Filosófico * Investigações Filosóficas*. Tradução e Prefácio M. S. Lourenço. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.